

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

Nádia Fujiko Luna Kubota

Bon Odori e Sobá:

***As Obasan* na Transmissão das Tradições Japonesas em
Campo Grande - MS**

**Marília
2008**

**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

***Bon Odori e Sobá: As Obasan na Transmissão das
Tradições Japonesas em Campo Grande - MS***

NÁDIA FUJIKO LUNA KUBOTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Marília como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (Área de Concentração: Antropologia).

Orientadora **Prof^a. Dr^a. Ethel Volfzon Kosminsky**

**MARÍLIA
2008**

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Kubota, Nádía Fujiko Luna.

K95b *Bon Odori e Sobá: as Obasan na transmissão das tradições japonesas em Campo Grande - MS / Nádía Fujiko Luna Kubota. – Marília, 2008.*

210 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2008.

Bibliografia: f. 191-195

Orientador: Prof^a Dr^a Ethel Volfzon Kosminsky

1..Imigração japonesa. 2. Cultura japonesa – Campo Grande (MS). I. Autor. II. Título.

CDD 301.32

Nádia Fujiko Luna Kubota

***Bon Odori e Sobá: As Obasan na Transmissão das Tradições Japonesas em
Campo Grande - MS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação para obtenção do título de
Mestre

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Março de 2008

Banca Examinadora:

Co-Orientador: _____
Prof Dr Odair da Cruz Paiva. Departamento de Sociologia e Antropologia
Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Marília/SP.

2º Examinadora: _____
Profª Drª Célia Sakurai. NEPO – UNICAMP – Campinas/SP..

3º Examinadora: _____
Profª Drª Claude Lépine. Departamento de Sociologia e Antropologia
Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Marília/SP.

Suplente: _____
Profª Drª Ana Maria Gomes. Departamento de Ciências Humanas
Centro de Ciências Humanas e Sociais, UFMS – Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul – Campo Grande/MS.

*Ao Téo, que me mostrou a beleza da
orientalidade e que me acompanha sempre, dos
momentos mais fáceis aos mais difíceis de
suportar. Ao meu querido que nunca me deixou
desabar ou abandonar antigos sonhos.*

Agradecimentos

A realização desse trabalho não seria possível sem a ajuda de velhos amigos e companheiros. Agradeço em especial ao Téo, que há uma década tem me ajudado e apoiado a seguir correndo atrás de meus sonhos e ideais. A minha mãe e á minha prima Éveny pela ajuda e apoio. A Regina e Ricardo que sempre foram solidários e carinhosos.

Minhas gratidões aos imigrantes que aceitaram entregar um pouco de suas vidas á essa pesquisa, concedendo entrevistas e respondendo a todas as minhas dúvidas. Agradeço ao casal Saeko e Hiroshi Gushiken, por abrirem as portas de sua academia e me mostrarem um pouco de sua dedicação em manter e ensinar não só aos japoneses e descendentes, mas á toda a população campo-grandense um pouco dos costumes e tradições do Japão. Ao casal Hanshin e Rosário Oshiro, pela contribuição. Ao senhor Júlio Fukuchi.

Agradeço especialmente á Camila Kohatsu e sua família, Clarinda, sua mãe e Toyo e Luiza, suas tias, que contribuíram plenamente com minha pesquisa.

Não posso esquecer dos amigos que fiz nesses últimos anos: Élson, Rodrigo, e especialmente, Mônica, que tanto me ajudou nos momentos finais. Agradeço imensamente por toda sua ajuda. Nunca esquecerei das nossas conversas, nem de sua “participação especial” no dia D.

Ao meu amor e aos amigos, que como eu, são migrantes, sem porto e sem paradeiro fixo, agradeço por todo o apoio e pelo carinho, assim como agradeço aos de raízes fincadas, ancorados, que perambulam pelo mundo apenas em sonhos, mas que não deixam nunca de voar!!

RESUMO

Campo Grande recebeu a partir de 1909, grande contingente de imigrantes japoneses. Tornou-se assim, uma das cidades com o maior número dessa população no Brasil. Uma de suas características é o fato de possuir boa parte de seus nipônicos oriundos da ilha de Okinawa.

O grupo oriental exerceu – e ainda exerce grande influencia na cidade, possuindo como uma de suas festas turísticas o *Bon Odori*, incorporado pela Prefeitura Municipal ao calendário de festividades de comemoração do aniversário da divisão do Estado do Mato Grosso do Sul. A cidade possui também como carro-chefe de sua gastronomia um prato japonês, chamado *sobá*, trazido á Cidade Morena pelos novos habitantes provenientes de Okinawa.

O presente trabalho, portanto, pretende compreender qual a importância desses dois elementos diacríticos da cultura japonesa e Campo Grande na construção de uma identidade nipônica nessa cidade, levando ainda em consideração, o fato de que as mulheres orientais, possuem na família e na colônia papel importantíssimo, como mantenedoras das tradições e costumes. São as “peças de resistência” que transmitem aos descendentes os conhecimentos e informações sobre seu país de origem, através da socialização das crianças – filhos e netos – e através de sua intensa participação nos Clubes e Associações Japonesas em Campo Grande.

Palavras-Chave: Imigração Japonesa, Mulheres Japonesas, Cultura Japonesa, Campo Grande-MS

ABSTRACT

Campo Grande received from 1909 large contingent of Japanese immigrants. It is thus one of the cities with the largest number of the population in Brazil. One of his characteristics is the fact possess much of its *nipponics* from the island of Okinawa.

The eastern group exercised - and still exerts great influence in the city, having as one of its tourist festivals the *Bon Odori*, built by the Municipality the timing of the festivities commemorating the anniversary of the division of the State of Mato Grosso do Sul the city has also car-head of its Japanese cuisine a dish called *sobá*, brought to "Cidade Morena" by the new inhabitants from Okinawa.

This study, therefore, aims to understand how important these two elements characters of Japanese culture and Campo Grande in the construction of an identity nipponic this city, even taking into account the fact that women east, have in the family and in the colony role important, as maintainers traditions and customs. They are the "pieces of resistance" that transmit the offspring the knowledge and information about their country of origin, through the socialization of children - children and grandchildren - and through its participation in the intense Japanese Clubs and Associations in Campo Grande.

Key-Words: Japanese Immigration, Japanese Women, Japanese Culture, Campo Grande-MS

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	11
Lista de Figuras.....	12
Introdução.....	13
1. Partindo da terra do Sol Nascente – A Imigração Japonesa para o Brasil.....	29
1.1 Os Primórdios – A História da Imigração Japonesa para o Brasil.....	29
1.2 Novos Rumos – Das Fazendas Cafeeiras a Cidade Morena.....	44
1.3 A História dos Imigrantes – A Chegada em Campo Grande e o Trabalho.....	48
1.4 O Desejo do Retorno – Contatos com Parentes no Nihon, Dekasseguis e Visitas Esporádicas.....	57
2. A Família Japonesa.....	65
2.1 O Sistema Familiar Japonês no País de Origem e no Brasil.....	66
2.2 As Mulheres Japonesas.....	69
2.3 “Peças de Resistência”: Mulheres Nipônicas e a Manutenção das Tradições.....	75
2.4 Família japonesa – A Educação de Filhos e Netos, o Uso do Idioma Japonês na Família e a Importância das Mulheres Japonesas.....	80
2.5 A Manutenção das Tradições – Costumes, Cultura e Religião.....	87
2.6 Participação na Colônia, nos Grupos Culturais e nas Festas.....	98

3. <i>Bon Odori</i> e <i>Sobá</i> – Elementos Diacríticos da Cultura Japonesa em Campo Grande.....	112
3.1 <i>Bon Odori</i> - A Lenda.....	117
3.2 <i>Bon Odori</i> em Campo Grande.....	118
3.3 <i>Bon Odori</i> – Edições XXII e XXIII (2006 – 2007): Conservação e Variações de elementos na realização da festa em Campo Grande. Uma Comparação Etnográfica.....	124
3.4 <i>Sobá</i> – A Continuidade Através da Comida.....	132
3.5 “Comida de <i>obasan</i> ” - A relação dos descendentes com a comida japonesa.....	139
4. Relações Sociais e A Construção de Uma Identidade Étnica Nipo-Campo-Grandense.....	147
4.1 Referencias Teóricos sobre Identidade Étnica e Grupos Étnicos.....	148
4.2 O relacionamento entre Okinawanos, Não-Okinawanos e Ocidentais em Campo Grande.....	152
4.3 Preconceitos.....	170
4.4 A Identidade Étnica Japonesa em Campo Grande.....	178
Considerações Finais.....	187
Referências Bibliográficas.....	191
Anexos.....	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Universo de homens jovens entrevistados.....	21
Tabela 02 – Universo de mulheres jovens entrevistadas.....	21
Tabela 03 – Universo de mulheres adultas entrevistados.....	22
Tabela 04 – Universo de homens adultos entrevistados.....	22

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Navio <i>Kasato-Maru</i> no Porto de Santos em 1908.....	34
Figura 02 – Imigrantes recém chegados ao Brasil.....	35
Figura 03 –Momento anterior aos ensaios.....	77
Figura 04 – Momento de ensaio de uma das danças.....	78
Figura 05 – <i>Obasan</i> Takako preparando <i>sobá</i>	116
Figura 06 – XXII Festa do <i>Bon Odori</i> em Campo Grande.....	118
Figura 07 – Imagem do palco momentos antes do início das celebrações.....	120
Figura 08 – Entrada das <i>obasan</i> no salão do clube no momento em que começa a festividade.....	121
Figura 09 – Primeiros jovens a entrar na dança.....	123
Figura 10 – Salão do clube onde está instalado o palco. Esse é parte do publico que acompanha as <i>obasan</i> . Os visitantes mantêm-se em circulo rodeando todo o pequeno tablado.....	126
Figura 11 – Grupo de cantores que embalaram a festa.....	127
Figura 12 – Apresentação de <i>Taiko</i>	128
Figura 13 – Área externa do clube, onde estão instaladas as barracas de comida.....	129
Figura 14 e 15 - Grupo de J – Rock cantando as músicas de <i>anime</i>	130
Figura 16 – Jovens assumindo o palco, onde anteriormente apenas as <i>obasan</i> dançavam.....	130
Figura 17 – Foto do <i>Sobá</i> comercializado na Feira Central de Campo Grande.....	133
Figura 18 – Foto do <i>Okinawa Sobá</i>	134
Figura 19 - Dia de grande movimento em uma das barracas de <i>sobá</i> na Feira Central da cidade.....	138
Figura 20 – Freqüentadores da Feira Central de Campo Grande.....	139
Figura 21 – Entrada da Feira Central de Campo Grande.....	139

INTRODUÇÃO

“Não sei o que sou. Quando estou aqui, tenho vontade de ir para lá. Quando estou lá, tenho vontade de vir para cá”¹.

Imigrados para o Brasil a partir de 1908, os japoneses que aqui chegaram vivenciaram algumas situações de conflito com os “nativos”, devido não só a sua origem étnica, mas também a sua aparência física diferenciada do modelo ocidental. Muito se discutiu sobre a aceitação ou não de imigrantes orientais no país tropical, principalmente no período da II Guerra Mundial (devido ao Movimento Nacionalista da década de 1930 e, posteriormente, aos problemas advindos da criação, por parte de um grupo de japoneses, da *Shindo Renmei*), o que gerou a construção do chamado “perigo amarelo”.

Como se deu a construção da identidade étnica dos imigrados japoneses e de seus descendentes no Brasil, visto que, aparentemente, os orientais seriam mais “estrangeiros” que os outros? Partindo dessa questão, a presente pesquisa busca compreender se alguns elementos da cultura japonesa – *Bon Odori* e *Sobá*² – poderiam ser considerados como elos entre sua cultura na cidade de Campo Grande e as tradições e costumes de seus antepassados no Japão, o que os ligaria a uma etnicidade mais “orientalizada”. Torna-se importante, ainda, verificar qual o papel das mulheres nipônicas na construção dessa identidade oriental, pois são elas as maiores freqüentadoras das Associações japonesas na cidade, e, em muitos casos, as que se dedicam à criação e à educação dos descendentes – filhos e netos.

¹ Fala de um nissei que nasceu no Brasil, mas na infância, ao visitar o Japão com seus pais pouco antes do início da II Guerra Mundial, ficou impedido de regressar ao país, ficando na terra de seus ancestrais por cerca de 20 anos. Ao término da guerra, foi quem segurou a bandeira de rendição em Okinawa.

² *Bon Odori* é uma festa em homenagem aos antepassados. *Sobá* é um prato típico da colônia japonesa de Campo Grande. Ambos serão tratados detalhadamente em capítulos seguintes.

Historicamente, durante toda a sua vida de participação no Clube Nipo, as imigrantes, assim como as já nascidas no Brasil, mas com idade superior aos 60 anos, são o principal elemento da festa do *Bon Odori*, pois são elas as detentoras de todo o conhecimento musical e das coreografias realizadas no evento. Desde a primeira edição dessa festa, foram elas as que receberam a incumbência de transmitir ao público que ali comparece todas as informações visuais³ sobre a cultura japonesa. A festa torna-se, assim, um elemento constituinte da identidade étnica japonesa na cidade.

O interesse em pesquisar a colônia japonesa de Campo Grande - MS, surgiu como uma tentativa de compreender e responder a alguns questionamentos que fizeram – e fazem – parte de minha vida desde a infância, quando já era possível (ao menos para mim) perceber que os descendentes – filhos e netos – de imigrantes japoneses não eram considerados “normais” pela sociedade abrangente (brasileiros, supostamente⁴ ocidentais).

Filha mais velha de um casal composto por um imigrante de *Hokkaido*⁵ e de uma brasileira descendente de nordestinos (cuja ascendência é européia), nunca possuí muita intimidade com a colônia⁶ e a cultura japonesas, pois, aparentemente, nunca houve empenho de meu pai em nos ensinar os costumes e tradições⁷ apreendidos durante toda a infância no seio familiar dentro do país de origem. Porém, apesar dessa pouca – ou nenhuma – participação e intimidade com a “japonesidade”⁸, essa era a identidade forçadamente assumida na sociedade abrangente, pois no caso dos orientais, as feições faciais são um importante

³ Considero esse evento um elemento de informação visual, pois é a partir apenas da observação das danças – gestos e coreografias – que tanto a população japonesa (imigrantes e descendentes) quanto a ocidental abraçam e acolhem essa manifestação como representação da cultura e tradição nipônica em Campo Grande.

⁴ Digo “supostamente”, pois o que define a orientalidade dos japoneses é a fisionomia, sempre reconhecível. Porém, no caso de Campo Grande, há um grande número de imigrantes árabes (palestinos, libaneses e sírios, entre outros), que não são imediatamente reconhecidos como “estranhos” devido à aparência física.

⁵ Meu pai e sua família (pais e três irmãs) vieram para o Brasil em meados da década de 1960, dirigindo-se inicialmente ao Paraguai e posteriormente para Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

⁶ Uso o termo *colônia* para identificar os imigrantes e descendentes que participam, mesmo que de forma esporádica, de alguma das Associações e Clubes japoneses na cidade de Campo Grande/MS.

⁷ Talvez essa falta de disposição em nos ensinar seus costumes seja justamente por ser homem, visto que, no decorrer deste trabalho, percebe-se que, aparentemente, a transmissão das tradições às gerações mais jovens é responsabilidade das mulheres orientais.

⁸ Uso a categoria “japonesidade” como referência à cultura, hábitos, costumes e tradições japoneses.

elemento de reconhecimento. Eu, no entanto, interiormente não sabia onde me situar. Por um lado, porque era descendente de imigrantes nipônicos em um país ocidental, e, por outro, pela própria formação familiar (inter-étnica). Essa “crise de identidade” não era produto apenas do relacionamento (de certa forma conturbado⁹) com os “brasileirinhos”, mas também do contraste da educação e da forma de viver as tradições dentro de minha própria família, uma vez que os costumes orientais, que não eram bem vindos¹⁰, aos poucos foram sendo abolidos de nosso cotidiano. Desse modo, a distância entre “ser brasileira” e “ser japonesa” aumentou ainda mais.

Conforme os anos passavam, era possível perceber que o preconceito e as brincadeiras de mau-gosto continuariam por muito tempo. Na adolescência e mais tarde, na fase adulta, várias foram as vezes em que ouvi frases como: “*Nossa, aqui tem mais japoneses do que gente!*”, ou mesmo algum comentário mais indelicado quando não percebiam de imediato que eu era descendente de japoneses, como: “*Você é japonesa? Achei que você era normal!!*”.

Felizmente, com o tempo esses comentários deixaram de surtir efeito negativo e desisti de me preocupar com o que diziam ou não de minhas origens, assim como renunciei à necessidade anterior de me identificar como A ou B. Percebi que poderia viver sendo um e outro ao mesmo tempo, ou nenhum, se assim desejasse. Entretanto, as dúvidas em compreender as causas dessa relação de certa maneira “conflituosa”¹¹ entre brasileiros e japoneses persistiram, não mais de forma individual, na necessidade de sanar questões pessoais, mas academicamente, no intuito de compreender como a identidade étnica pode ser um importante elemento a ser investigado no caso de grupos migrantes.

⁹ Os jovens descendentes sempre foram tachados como diferentes, fosse nas escolas ou no bairro. Havia sempre uma diferenciação entre os grupos e daí nasciam os velhos apelidos conhecidos por todos. Até a fama de inteligentes era de certa forma prejudicial, pois os professores ameaçavam indiretamente os alunos não-japoneses, alegando que se algum dos ocidentais quisesse passar no vestibular, por exemplo, seria necessário “matar” um japonês, uma vez que, enquanto os brasileiros dormiam, os orientais estudavam.

¹⁰ Devido ao desconhecimento e à intolerância, os costumes japoneses eram tidos como “impróprios” no seio familiar. Hábitos como o de manter um altar para reverenciar os antepassados eram considerados de certo modo, pecaminosos, visto que o contraste entre budismo e cristianismo era gigantesco.

¹¹ O termo *conflituosa* adquire aqui um sentido jocoso, de chacota ou zombaria, pois imigrantes e descendentes de japoneses ainda atualmente sofrem com certo preconceito “velado”, apesar de não haver perseguições e combates físicos.

Foi nesse momento que ingressei no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2000. A partir de então encontrei, devido, inicialmente, aos estudos de sociedades indígenas, a possibilidade de compreender a questão da identidade étnica, ao conhecer conceitos e categorias usados para o estudo dos povos indígenas e também dos povos de fronteiras. Fui, ainda na graduação, apresentada aos estudos de gênero, que me possibilitaram uma visão diferenciada do mundo, o que me levou à participação no movimento feminista de Campo Grande – Articulação de Mulheres de Mato Grosso do Sul, junto ao Núcleo de Estudos de Gênero da UFMS.

Nos quatro anos de graduação, apesar da necessidade de compreender a questão da etnicidade do grupo japonês, acabei por trabalhar com sociedades indígenas, mas sempre discutindo a construção da identidade étnica, levando em consideração um grupo quando em situação de contraste com outro¹².

Ao final do curso, após defender a monografia, comecei a me preparar para os exames de seleção de mestrado. Só então, depois de muitas leituras sobre o processo migratório japonês para o Brasil e de reflexões sobre minha própria história de vida, iniciei, finalmente, a elaboração do projeto de pesquisa sobre imigrantes japoneses participantes da colônia de Campo Grande.

Já no mestrado, muitas dificuldades surgiram. A principal delas foi o trabalho de campo, visto que os japoneses, sempre vistos como um povo muito reservado, acabaram por confirmar “parcialmente” a veracidade dessa afirmação¹³. Mesmo eu sendo descendente de japoneses, vários eram os empecilhos colocados pelos entrevistados para que não houvesse entrevistas, tais como o idioma (boa parte dos mais velhos – homens e mulheres – foi alfabetizada primeiramente em *Nihongo*¹⁴, mesmo tendo nascido no Brasil). A falta de estudos também era um impedimento para a realização das conversas, pois eles achavam que somente alguém

¹² Meu estudo abordou a questão do grupo indígena Terena, localizado na cidade de Campo Grande numa área denominada Aldeia Urbana Marçal de Souza.

¹³ Ao menos nos primeiros contatos houve certa resistência das entrevistadas em aceitar conversar sobre o assunto.

¹⁴ Idioma japonês.

“estudado” poderia dar informações válidas sobre a colônia japonesa. Isso demonstra porque os japoneses são considerados ainda hoje como um grupo “inteligente”: a educação sempre foi uma exigência nessas famílias, que faziam questão que seus filhos e netos lessem e escrevessem diariamente. As crianças eram constantemente cobradas e seu rendimento escolar deveria ser dos melhores. Não à toa surgiram piadas a esse respeito sobre os jovens orientais¹⁵.

Outro obstáculo para o desenvolvimento do trabalho de campo foi a característica timidez oriental¹⁶. Atualmente sabe-se que os nipônicos são tão (ou mais) extrovertidos quanto qualquer outro grupo étnico, porém, a impressão é a de que eles realmente, num primeiro momento, não se sentem muito à vontade para falar. E, por isso mesmo, vários meses foram necessários até que os jovens aceitassem conceder entrevistas, demonstrando sempre um certo acanhamento. Mas, com o passar do tempo, foram aos poucos se tornando mais receptivos e as conversas tornaram-se mais fáceis.

Para a realização das entrevistas¹⁷, usei como forma de contato pessoas conhecidas que faziam parte da colônia japonesa em Campo Grande e que poderiam apresentar-me a algumas famílias de imigrantes. Assim, sempre que algumas senhoras¹⁸ aceitavam conversar, eram marcadas visitas a suas casas, onde lhes perguntava sobre suas lembranças e histórias de vida. Era comum que, após alguns minutos contando sobre suas experiências e memórias, a entrevista fosse interrompida para que fosse oferecido um café ou chá. O mais comum nesses momentos era que mudássemos de local, transferindo-nos da sala para a cozinha, ou do quintal para a sala. Em uma das visitas, um casal entrevistado mostrou-me sua oficina, onde o marido constrói os famosos *taiko*¹⁹. Quase todas as peças já

¹⁵ Como citado anteriormente, havia a cobrança, não só por parte das famílias de ocidentais, mas também pelos professores, que diziam a todo o momento que os japoneses “tomariam” suas vagas na universidade caso eles não estudassem.

¹⁶ Essa era uma situação quase cômica, como uma via de duas mãos, pois tanto os entrevistados quanto a entrevistadora possuíam a dificuldade em iniciar as conversas, mas, logo que as perguntas iam sendo feitas, as duas partes aos poucos iam se desinibindo.

¹⁷ Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas.

¹⁸ Iniciei a pesquisa entrevistando senhoras a partir dos 60 anos de idade.

¹⁹ A palavra *taiko* se refere tanto à arte dos tambores japoneses, quanto ao instrumento em si. O *taiko* foi utilizado como instrumento para intimidar e assustar os inimigos com seu som, sendo também, por volta de 1500, usado em batalhas para dar ordens e coordenar, já que era o único instrumento que podia ser ouvido em todo o campo de batalha. A apresentação com os tambores é hoje uma das

prontas foram mostradas, e até uma breve aula sobre como produzir os instrumentos eu recebi. Esse senhor comentou sobre a dificuldade encontrada em passar adiante seus conhecimentos, pois não há interessados em aprender as técnicas de construção dos artefatos, e, sendo ele um dos poucos²⁰ artesãos desse produto no Brasil, sua experiência poderá ser perdida caso não seja passada às gerações mais jovens.

Freqüentei também a festa do *Bon Odori* durante vários anos seguidos, e visitei um dos locais de ensaio das danças japonesas, a Academia Gushiken de Cultura Okinawa, que acontecem às segundas, quintas²¹ e domingos²². Neste clube, há aulas de danças e instrumentos musicais, sendo os alunos e alunas das mais variadas idades e origens. A *sensei*²³ de dança, esposa do fundador da academia, é uma das poucas professoras diplomadas do Brasil, tendo passado por diversos cursos e concursos, sempre vencedora das edições em que participou. As alunas de danças okinawanas freqüentam, além dessa academia, os outros clubes da cidade (Nipo e Okinawa) e são as dançarinas oficiais do *Bon Odori* realizado em Campo Grande.

A pesquisa, portanto, embasa-se em quatro pilares principais: a importância das mulheres orientais para as novas gerações, o relacionamento entre okinawanos e não-okinawanos, e dois elementos diacríticos da cultura japonesa em Campo Grande, estrategicamente escolhidos por serem amplamente conhecidos e considerados os mais importantes dessa colônia: a festa *Bon Odori* e o *sobá*. Assim, pretende-se compreender qual a importância desses elementos na construção de uma identidade étnica “nipo-campograndense”²⁴.

manifestações culturais mais presentes nos festivais do Japão e em todo o mundo. Além de anunciar guerras, também esteve presente em cerimônias religiosas. Acredita-se que outra de suas funções tenha sido a utilização na construção de vilas, situação em que as casas eram erguidas até onde chegasse o som dos tambores. O estilo de apresentação com *taiko* comum atualmente só se desenvolveu no pós-guerra, em 1951, tendo como responsável por tal inovação o músico de jazz Daihachi Oguchi, que reuniu vários tambores diferentes numa mesma música e acrescentou mais instrumentos ao espetáculo (MIZUTA, Erin e MINAMI, Thiago. Revista Made In Japan, p. 21, nº. 70, ano 06).

²⁰ Segundo informações, existem apenas dois artesãos no país que produzem os *taiko*.

²¹ As aulas de quinta-feira foram transferidas posteriormente para as sextas.

²² Às segundas e quintas ensaiam as senhoras, e aos domingos apenas as crianças.

²³ *Sensei* é um termo japonês usado para designar professores e mestres de artes japonesas.

²⁴ Uso a categoria nipo-campograndense na tentativa de expor as peculiaridades desse grupo de imigrantes nessa cidade, em contraposição com imigrantes e descendentes de outros locais do Brasil.

A partir da festa do *Bon Odori*, realizada na cidade de Campo Grande pela colônia japonesa ali existente²⁵, o presente trabalho busca compreender qual o papel dessas mulheres nipônicas na construção da identidade étnica dos imigrantes e seus descendentes por meio das danças e da alimentação. Essas senhoras constituem peças importantes na transmissão das tradições às gerações mais jovens, ensinando-lhes os costumes e ligando-os aos velhos hábitos japoneses.

Outro ponto abordado é a relação entre dois grupos distintos de imigrantes japoneses, identificados pelo local de origem de seus ancestrais. Há, portanto, os okinawanos – provenientes da ilha de Okinawa, localizada ao extremo sul do arquipélago japonês – e os não-okinawanos, ou, como são popularmente denominados, *naichi*²⁶ – originários das principais ilhas do Japão. Devido à história de anexação de Okinawa ao Japão, sempre houve certa “inimizade” entre os dois grupos. Os “*naichi*” desconsideram os *uchinaguchi*²⁷ como verdadeiros japoneses. Porém, nos dias atuais, aparentemente tal preconceito tem diminuído cada vez mais²⁸. Desse modo, o *Bon Odori* é um dos momentos em que é possível perceber a interação entre os membros originários dos diversos locais do Japão na participação formal – apresentações artísticas e culturais – e informal – visitantes da festa – sem conflitos.

Tendo em vista tais informações, surge, conseqüentemente, a necessidade de entender como se dá a construção da identidade étnica dos japoneses e de seus descendentes na cidade de Campo Grande, levando-se em consideração a existência desses dois grupos nipônicos (okinawanos e não-okinawanos), considerados diferentes dentro do próprio município, tanto por imigrantes orientais

²⁵ A colônia japonesa em Campo Grande está dividida em três associações distintas: Associação Esportiva e Cultural Nipo Brasileira (Clube Nipo ou Cruzeiro), Clube Okinawa e Associação Campo-grandense de Beisebol. Há ainda a Academia Gushiken, destinada ao ensino de danças okinawanas e do *sanshin*, instrumento musical de cordas, parecido com o violão.

²⁶ Os *naichi* não utilizam esse termo para se auto-identificarem, mas são assim denominados pelos okinawanos e coreanos, de forma pejorativa.

²⁷ Denominação original dos okinawanos.

²⁸ Essa é a fala do grupo estudado, porém, percebe-se que ainda existe um certo grau de preconceito com relação aos okinawanos por parte de algumas famílias. Há também alguns *uchinaguchi* que cobram dos filhos relacionamentos apenas com pares do mesmo grupo, evitando desse modo, namoros e casamentos com não-okinawanos, alegando que a cultura do “outro grupo” é muito diferente da sua, o que causaria problemas futuros para o casal.

mais velhos quanto pela população ocidental, procurando entender se e o quanto esses japoneses se vêem de forma distinta, e ainda, se são vistos de forma diferenciada pelo resto dos campo-grandenses. O intuito aqui é o de desvendar como é a relação entre japoneses e seus descendentes com os não-japoneses, já que a festa do *Bon Odori* foi, há alguns anos, incorporada ao calendário de festividades referentes às comemorações do aniversário da cidade.

Nesse sentido, o objetivo é desvendar se o propósito dessa incorporação ao calendário de festas se dá pela integração da colônia japonesa na sociedade campo-grandense, se há, na realidade, a exploração da festa para fins turísticos e comerciais, ou ainda, se é fruto da junção das duas condições anteriores, ou seja, tanto da integração do grupo na sociedade global quanto do interesse comercial existente na comemoração.

Para a realização dessa pesquisa, além de intenso trabalho de pesquisa bibliográfica, foram entrevistados imigrantes e descendentes de japoneses, que classifico em dois grupos principais – jovens e adultos. Entre os jovens, as idades variam entre 17 e 20 anos e, entre os adultos, senhoras e senhores acima dos 60 anos. No grupo de jovens, foram ao todo 09 entrevistados, sendo 03 meninas e 06 meninos. Entre as mulheres jovens, 02 são de origem okinawana e apenas 01 não-okinawana. Entre as gerações encontradas, 02 são *sansei*²⁹ e 01 *nissei*, filha de um casamento inter-étnico (mestiça). Já entre os homens jovens, apenas 01 é de origem okinawana, e 05 de origem não-okinawana. As gerações encontradas entre eles foram as seguintes: 04 *sansei* (sendo 02 filhos de casamentos inter-étnicos – mestiços), 01 *sansei*³⁰ (mãe *issei* e pai *nissei*), e 01 não sabe ao certo a qual geração pertence. Em ambos os grupos (rapazes e moças) não foram encontrados casos de filhos resultados de casamentos entre as duas origens de japoneses (okinawanos e não-okinawanos).

²⁹ *Issei* são os imigrantes que chegaram ao Brasil. Seus filhos são denominados *nissei*, seus netos *sansei* e seus bisnetos *ionsei*.

³⁰ Nesse caso, a geração do filho depende exclusivamente da geração à qual seu pai pertence. Desse modo, como filho de um pai *nissei*, o jovem é um *sansei*.

Tabela 01 – Universo de homens jovens entrevistados

ORIGEM	Nº DE ENTREVISTADOS	IDADE	NISSEI-SANSEI	SANSEI	NAO SABE
Okinawanos	01	19 anos	00	01	00
Não-okinawanos	05	Entre 17 e 20 anos	01	03	01

Fonte: Nádia F. Luna Kubota

Tabela 02 – Universo de mulheres jovens entrevistadas

ORIGEM	Nº DE ENTREVISTADAS	IDADE	NISSEI	SANSEI
Okinawanas	02	Entre 17 e 20 anos	00	02
Não-okinawanas	01 ³¹	19 anos	01	00

Fonte: Nádia f. Luna Kubota

No grupo de adultos acima dos 60 anos de idade foram entrevistados 03 homens e 04 mulheres. 06 são de origem okinawana e apenas 01 não-okinawana. Dos entrevistados, 05 são *issei* e 02 são *nissei*. As idades variam entre 64 e 81 anos. Também nesse grupo, nenhum dos entrevistados provém de relacionamentos entre okinawanos e não-okinawanos ou de relacionamentos inter-étnicos³² (orientais e ocidentais).

³¹ A jovem de origem não-okinawana é a única mestiça entrevista, sendo seu pai *issei* e sua mãe descendente de italianos.

³² Entre os filhos com ambos os pais japoneses - ou descendentes - é comum a denominação desses indivíduos como "japoneses puros" pela sociedade não nipônica em Campo Grande.

Tabela 03 – Universo de mulheres adultas entrevistados

ORIGEM	Nº DE ENTREVISTADAS	IDADE	ISSEI	NISSEI
Okinawanas	03	Entre 64 e 71 anos	02	01
Não-okinawanas	01	78 anos	01	00

Fonte: Nádia F. Luna Kubota

Tabela 04 – Universo de homens adultos entrevistados³³

ORIGEM	Nº DE ENTREVISTADOS	IDADE	ISSEI	NISSEI
Okinawanos	03	Entre 65 e 81 anos	02	01
Não-okinawanos	00	00	00	00

Fonte: Nádia F. Luna Kubota

O presente trabalho é resultado, além da leitura de extensa bibliografia sobre temas como etnicidade, relações de gênero, migrações internacionais e, principalmente, de material referente à história da imigração japonesa para o Brasil (e especificamente para Campo Grande), de intenso trabalho de campo, realizado durante o longo período em que a pesquisa foi produzida. Foram dedicados aproximadamente dois anos e meio às investigações, sendo o último ano e meio especialmente destinado à observação-participante durante a prática da festa do *Bon Odori* em Campo Grande – MS, juntamente com o comparecimento rotineiro

³³ Para este trabalho foi realizada ainda uma entrevista com o presidente da Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande, que não está contabilizada nesta tabela, pois nossa conversa foi mais direcionada sobre a organização do Clube Nipo e a preparação da Festa *Bon Odori*. Porém, é importante registrá-la, pois ele é filho do casamento entre uma okinawana e um não-okinawano. Assim como ele, sua esposa também é fruto do casamento entre os dois grupos japoneses.

aos ensaios de danças habituais, praticados pelas *obasan*³⁴ na Academia de Cultura Okinawa – Academia Gushiken.

Em minha primeira visita ao local durante um desses ensaios³⁵, fui muito bem recebida, e algumas senhoras ficaram inicialmente muito entusiasmadas em conceder entrevistas em suas casas. Assim que o grupo se formou, saímos da garagem destinada aos treinos de dança³⁶ e nos dirigimos a um local um pouco menor para um breve lanche. Para esta data, o proprietário da Academia Gushiken, sabendo de minha visita, convidou um de seus colegas, japonês de *Nagoya* que vive há cerca de vinte anos no Brasil e que tem como profissão Guia de Turismo, para ser o tradutor, pois, mesmo falando português, sente-se um pouco acanhado em não poder transmitir corretamente seus pensamentos. À hora da refeição, anfitrião sentou-se à cabeceira da mesa e convidou-me para sentar ao seu lado direito. À esquerda ficou o tradutor, enquanto as outras mulheres ocuparam o restante das cadeiras em torno da mesa. Nesse momento foram servidos *sushi*³⁷ e panetone, além de café, água e refrigerante.

Após esse momento de descontração as senhoras foram ensaiar, enquanto o proprietário da academia conversava comigo sobre a importância da academia e da arte japonesa em sua vida. As danças são para ele uma tentativa não só de manter a cultura japonesa no Brasil, mas também de construir uma cultura própria da colônia que se estabeleceu nesse país a partir de 1908. Para ele, o que importa não é ser apenas um professor, e sim poder passar os ensinamentos da arte oriental adiante, para que haja destaque e valorização da cultura nipônica, como no caso da música e da dança, entre outros. Em determinado momento, uma de suas netas

³⁴ As *obasan* são as senhoras mais velhas da colônia. Sua tradução significa *avó* ou *tia*. É comum que sejam sempre carinhosamente chamadas por este termo, tanto por seus netos quanto por pessoas de fora da família. A grafia utilizada no Brasil costumeiramente é *obachan*, mas a escrita correta é *obasan*. Neste trabalho usarei a grafia original, encontrada nos dicionários de japonês-português.

³⁵ Uma visita anterior já havia sido feita, a fim de conhecer o local e marcar futuros encontros.

³⁶ A academia é uma casa comum, onde moram o senhor Gushiken e sua família.

³⁷ O *sushi* é um prato típico japonês, composto de *gohan* (arroz) e legumes ou frutos do mar (há diversas variações) enrolado em folha de algas. Nesse caso, o prato foi preparado pela dona da casa. Num determinado momento, ela ensinou como preparar a iguaria às alunas ali presentes.

juntou-se a nós e falou um pouco sobre o que pensava da relação entre jovens japoneses e *gaijin*³⁸.

Assim, a pesquisa foi se desenvolvendo dentro das possibilidades, apesar das dificuldades já descritas, e mais, do processo doloroso de olhar para dentro de si, já que o universo investigado faz parte das experiências pessoais que levaram às indagações aqui presentes. No decorrer do estudo, varias modificações foram realizadas, até chegarmos aos pontos principais já citados, que acredito serem os mais importantes da pesquisa.

Além de comparecer à festa do *Bon Odori* e aos ensaios, realizei visitas esporádicas a outros eventos e atividades realizadas mais especificamente para o público japonês e seus descendentes – logo, mais restritos – como a comemoração, no dia 18 de junho de 2007, dos 99 anos da Imigração Japonesa para o Brasil, quando o Clube Nipo ofereceu uma pequena festa aos seus sócios e a alguns poucos convidados.

Nesse dia compareceram aproximadamente 200 pessoas para a celebração do aniversário da imigração. A festa foi em estilo *motiori*, em que cada convidado leva um tipo de alimento a ser dividido com outros participantes presentes. A abertura da solenidade contou com uma missa conduzida por um padre descendente de japoneses, e em certo momento as preces foram realizadas tanto no idioma português quanto no *Nihongo*³⁹. Houve também um momento dedicado especialmente aos mortos e antepassados, quando o sacerdote acendeu um incenso em homenagem àqueles que já se foram. Ao final da missa, houve a fala das autoridades, como descendentes de japoneses que fazem parte da sociedade política local e representantes de outras associações japonesas na cidade, como a ACB – Associação Campo-Grandense de Beisebol. No palco, estavam hasteadas, lado a lado, as bandeiras do Japão e do Brasil, simbolizando a união entre o dois países. A noite contou ainda com diversas apresentações de danças tradicionais,

³⁸ *Gaijin* significa estrangeiro em japonês. Estranhamente ela usa esse termo para denominar os brasileiros (campo-grandenses), mesmo sendo ela considerada como o “outro”, visto que ela é reconhecida pelos ocidentais da cidade como “japa”.

³⁹ Nesse momento da oração, o padre dizia uma frase em *nihongo* e os participantes respondiam em português.

tanto de Okinawa quanto do Japão como um todo. Houve também apresentação de *karaokê*, de certa forma visto como uma prévia do que aconteceu, posteriormente, entre os dias 21 e 23 de julho, quando ocorreu em Campo Grande o Campeonato Brasileiro de *Karaokê* – o Brasileirão, como é mais conhecido entre os adeptos dessa prática.

No dia 20 de junho, a Câmara Municipal de Campo Grande realizou uma Sessão Solene em homenagem ao Dia da Comunidade Japonesa de Campo Grande⁴⁰ e ao 99º aniversário da Imigração Japonesa para o Brasil. Nessa noite, foi grande o número de jovens presentes, assistindo, ajudando na organização da festa ou esperando para se apresentarem. Era comum, portanto, ouvir um jovem chamando outro aos gritos: “Oh, japonês!?” ou “Fala, japonês!”. Esse tipo de identificação de seus pares como estrangeiros revelou-se muito comum, sendo encontrada durante toda a pesquisa de campo. É habitual que os descendentes desses imigrantes, quando questionados, não se vejam como “japoneses”, porém é sempre dessa forma que vêem os outros que estão à sua volta e que fazem parte do mesmo grupo de ascendência étnica.

Iniciei, então, com os imigrantes e descendentes, meus primeiros contatos que, a princípio, eram sempre difíceis, pois, da parte dos entrevistados, havia certo receio do que viria pela frente. As senhoras, principalmente, demonstravam muita timidez nos primeiros minutos de conversa, alegando sempre não poderem contribuir com a pesquisa devido à pouca fluência no idioma português e à falta de escolaridade, o que as fazia se sentirem pouco à vontade em conceder entrevistas. Porém, aos poucos foram desabrochando e falando cada vez mais sobre suas histórias de vida, suas vindas para o Brasil, o trabalho que aqui exerceram, a criação dos filhos e dos netos e até sobre o desejo, enfim, de não mais voltarem ao *Nihon*, mas de permanecerem no Brasil, país que em dado momento tomaram como seu. As conversas, que começavam frias e distantes, sempre com palavras medidas,

⁴⁰ Em 26 de junho de 1997 foi instituído o Dia da Comunidade Japonesa, através da Lei nº 3342, por iniciativa da Câmara Municipal de Campo Grande. Desde então, essa data faz parte do calendário escolar, cultural e turístico da cidade. Segundo os organizadores do evento, essa data auxilia a ressaltar a importância da manutenção dos laços de fraternidade que une os povos dos dois países, que juntos construíram (e constroem) Campo Grande. “Japoneses e brasileiros irmanados para construir uma cidade melhor e mais humana” – esse é o slogan das comemorações do 99º aniversário da imigração.

passavam a ser mais afáveis enquanto as lembranças corriam soltas em suas vozes. De uma sala de estar quase distante, passamos a uma casa cheia de vida, com memórias e imagens de uma jornada de sofrimento e luta, mas que trouxe como resultado o bem-estar de seus descendentes, que podem usufruir tudo o que foi construído ao longo de muitos anos de árduo suor.

Aos poucos seus segredos foram sendo desvendados e detalhes esquecidos no tempo acabaram tomando forma. Foi assim quando, em uma de minhas visitas ao Clube Gushiken, a proprietária da academia convidou-me para observá-la preparando o que, segundo ela, são os “verdadeiros *sushis*”, e não aqueles “abrasileirados”, com os quais estamos acostumados. Dirigimo-nos a sua cozinha, muito ampla e repleta de ingredientes japoneses, que fazem parte da culinária diária da família. Coincidentemente, na mesma semana, em Campo Grande, estava sendo ministrado um curso de culinária japonesa em um instituto de cursos profissionalizantes. Ao comentar sobre o método usado pelo professor de *sushi* e *sashimi* (um nordestino sem ascendência japonesa) para preparar tais alimentos, logo percebemos que havia muitas diferenças entre a elaboração “tradicional” e a comum, realizada no Brasil, incluindo o uso de alguns ingredientes. No Japão, costumeiramente se usa, por exemplo, o atum, e não o salmão, para o preparo de *sashimi*⁴¹. Há o uso de algumas frutas mais comuns da região tropical e inclusive a mistura de temperos. Até mesmo a forma de manipulação desses alimentos é diferenciada de um local para o outro, o que leva a sérias críticas quanto às inovações realizadas neste país. Segundo o casal, o professor desse curso está “ensinando tudo errado”.

Além disso, os costumes adquiridos no consumo desses pratos no Brasil também diferem muito do original, segundo os entrevistados. Aqui, eles dizem, é muito comum encontrar nos restaurantes fregueses misturando *wasabi* (conhecida no Brasil como *raiz forte*) ao *shoyo* (molho de soja), quando, na realidade, deve-se deixar a pasta separada em uma vasilha própria, isolada dos outros condimentos.

⁴¹ Quase todos os entrevistados reclamam do uso do salmão na preparação do *sashimi*, afirmando que esse peixe não é o ideal para o consumo nesse tipo de prato. Para os ocidentais, é justamente o oposto, provavelmente pelo desconhecimento dos peixes e pelo fato de o salmão ter sempre sido considerado um alimento mais fino.

Conversamos também sobre o uso da carne de porco, muito comum em Okinawa, que em Campo Grande é elemento integrante do *sobá*, prato típico da colônia japonesa na cidade. Nesse momento, a *sensei* explicou como fazer com que essa carne tão gordurosa seja mais atrativa e menos maléfica para o organismo humano. Segundo ela, a resposta para essa questão está no fato de que em Okinawa, diferentemente do Brasil, há o hábito de escaldar esse alimento de três a quatro vezes antes de prepará-lo para o consumo, fazendo, portanto, com que o máximo de gordura possível seja retirada, para enfim, manipulá-lo da maneira desejada. No Brasil, ao contrário, a carne não passa por nenhum outro processo antes de sua preparação, seguindo diretamente para a fritura ou cozimento. Questiono então se, mesmo após tantos anos nesse país, os hábitos alimentares da família mantêm-se como no Japão antes de migrarem. O casal afirma que permanecem com as mesmas práticas, o que pode ser verificado quando se observa a cozinha. Em todos os armários, só o que se encontram são alimentos japoneses. Desde arroz, molhos e temperos, até biscoitos. O proprietário da academia abre sua geladeira para que eu dê uma olhada, e é possível perceber que sua alimentação, apesar das décadas de moradia no Brasil, é ainda baseada no modelo oriental.

Pergunto, então, se eles acreditam que outras famílias de imigrantes japoneses ainda mantenham esses costumes alimentares em Campo Grande. Para o casal, talvez apenas famílias compostas por *issei* continuem rotineiramente a alimentar-se de acordo com os hábitos nipônicos. Entretanto, entre as gerações seguintes provavelmente tenha sido abandonada essa prática no dia-a-dia, fazendo-se uso desses pratos apenas em datas especiais e esporádicas.

Recordo que nos dias destinados aos ensaios de danças okinawanas, havia sempre um momento reservado para um breve lanche. Nessas datas, cada *obasan* leva algum tipo de alimento, tanto preparado em casa, por elas, quanto industrializado, como bolachas e biscoitos. Apesar de o mais comum ser levarem-se produtos ocidentais preparados em casa, há sempre alguma que leva um alimento oriental, como *mochi* ou *manju*, também caseiro. Vale ainda ressaltar que essas senhoras já passaram dos 60 anos de idade, e que, mesmo tendo nascido no Brasil, receberam influências de suas mães, que lhes ensinaram como cozinhar os pratos

orientais mais corriqueiros. Mas, mesmo nesses casos, é possível observar a influência da cultura ocidental, visto que em alguns desses alimentos há inserção de elementos tidos como brasileiros, como ingredientes e temperos nunca antes utilizados pelos nipônicos⁴². Além da dança, esses dias de ensaios servem também para que as dançarinas troquem informações e receitas entre si. A cada encontro, dependendo dos alimentos levados, o assunto pode variar, desde pedidos de receitas até a história de onde surgiu a idéia de como preparar aquele prato.

Desse modo, é visível que as mulheres orientais, mesmo nascidas no Brasil (*nisseis*) ainda mantêm os costumes alimentares de seus ancestrais, mesmo com a influência culinária ocidental, fazendo desses pratos elementos inter-étnicos.

Entre as adaptações culinárias, encontramos o *sobá*, que desde 2006 tornou-se patrimônio da cultura japonesa em Campo Grande e que atualmente recebe homenagens, sendo título de um festival gastronômico na cidade. É o Festival do *Sobá*, realizado no mês de agosto, incorporado, assim como o *Bon Odori*, ao calendário de comemorações de aniversário da cidade morena. O festival, realizado durante quatro dias na semana (normalmente de quinta a domingo) recebe atrações musicais da região, bem como artistas consagrados em todo o Brasil. Há também apresentações dos grupos culturais da colônia japonesa, como *taiko*, danças okinawanas e um pequeno *Bon Odori*, além do concurso dos “mais rápidos comedores de *sobá*”.

Essas atrações chamam a atenção para a Feira Central de Campo Grande, onde é comercializada grande parte dos alimentos orientais e que, desde sua última mudança de local⁴³, sentiu uma drástica queda no número de clientes devido ao aumento no preço dos produtos.

⁴² Um dos pratos que me chamou muito a atenção foi uma espécie de *manju*, preparado por uma das *obasan*. Além dos ingredientes comuns utilizados na preparação do alimento (doce de feijão - *anko*), a senhora usou, entre outros elementos, rapadura. Bateu tudo no liquidificador e levou ao forno.

⁴³ Assim como feiras comumente são realizadas em ruas de bairros escolhidas especialmente para esse comércio, a Feira Central de Campo Grande situava-se em torno de uma quadra (com terreno baldio) no centro da cidade de Campo Grande. Porém, devido à aquisição desse terreno por uma grande Igreja Evangélica conhecida nacionalmente, os feirantes tiveram que realizar um acordo com a prefeitura do município, que destinou para esse tipo de comércio outro local. Esses comerciantes mudaram suas barracas então para o espaço onde anteriormente era a Estação Ferroviária – coincidentemente construída com a ajuda dos imigrantes japoneses. Inicialmente os feirantes

CAPÍTULO I – Partindo da Terra do Sol Nascente: A Imigração Japonesa para o Brasil

1.1 Os Primórdios – A História da Imigração Japonesa para o Brasil

A imigração japonesa iniciou-se após a reforma da Era *Meiji*⁴⁴, quando, de acordo com Woortmann (1995, p. 02), a crise decorrente da modernização econômica gera significativos movimentos migratórios internos no Japão e, posteriormente, altas taxas de emigração para outros países e continentes, devido a um rápido crescimento populacional com acentuado declínio da mortalidade, consequência de melhores condições de saúde e da proibição do aborto. Isso gerou um significativo excedente demográfico, incompatível com as suas dimensões territoriais e com a tecnologia produtiva. Os trabalhadores japoneses dirigiram-se, então, às ilhas do Hawái. Em seguida, as correntes migratórias seguiram para o oeste dos Estados Unidos⁴⁵, Peru, Canadá e, mais tarde, para o Brasil. Esses japoneses atuaram nos Estados Unidos como trabalhadores da frente pioneira, no Peru e no Canadá exerceram a função de operários das indústrias pesqueiras e madeireiras e, finalmente no Brasil, trabalharam como colonos nas fazendas de café (SAITO, H. 1973, p. 18).

Para compreender o processo de imigração japonesa para o Brasil é necessário que se entenda, antes de tudo, o que é um imigrante e quais as teorias sobre imigração presentes nas Ciências Sociais.

sofreram economicamente com essa mudança, pois há mais de trinta anos aquele era considerado um ponto tradicional da cidade e grande parte da população campo-grandense o considerava uma referência da Feira.

⁴⁴ Período que vai de 1868 a 1912. Com a queda do *shogunato Tokugawa* e a restauração do poder imperial, opera-se uma ampla reforma. A ocidentalização do Japão ocorre a olhos vistos, e exemplo disso é a adoção do calendário ocidental. A guerra sino-japonesa e a russo-japonesa implantam patriotismo no povo, reforçando o militarismo. O país passa da economia agrícola para industrial (Disponível em: < http://www.nippobrasil.com.br/2.historia_jp/250.shtml > Acesso em: 10 ago. 2005).

⁴⁵ Segundo Sakurai (1995, p. 131), a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil aumenta consideravelmente quando os Estados Unidos proibem a entrada de imigrantes oriundos do Japão em seu território em 1924, estabelecendo o *Quota Immigration Act*.

Vários têm sido os autores que há algumas décadas dedicam-se aos estudos sobre imigração e/ou identidade étnica. É necessário, portanto, que sejam demonstradas as bases teóricas diversas que fornecem os subsídios para a análise dos temas propostos nesta pesquisa.

Segundo Sayad (1998, p. 14), o fenômeno da imigração deve ser visto como um duplo processo. Nas palavras do autor:

“(...) na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo (...), pois o que chamamos de imigração, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de emigração; como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração(...)”.
(SAYAD, 1998, p. 14).

Dessa forma, é possível dizer que o imigrante só existe, de fato, no momento em que cruza fronteiras. Esse momento é descrito por Abdelmalek Sayad (1998, p. 16) como do nascimento do indivíduo para a sociedade em que adentra.

“De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa” (SAYAD, 1998, p. 16).

A imigração, que inicialmente pode ser vista apenas como um processo de deslocamento geográfico, possui em si, juntamente, um processo de deslocamento de sentidos, de modo que o imigrante transita em novas realidades culturais, sociais e políticas, entre outras. Trata-se, portanto, de um fato social total.

Essa mudança de membros ou parte de grupos étnicos para outras sociedades é retratada por vários autores como de caráter temporário, como foi o caso dos japoneses que se dirigiram ao Brasil e a outros países, visto que o real intuito era a de acumular certa quantidade de bens que lhes possibilitasse o retorno

ao país de origem, podendo assim desfrutar de maior qualidade de vida. No entanto, no caso dos imigrantes japoneses, esse regresso ao país de origem raramente ocorre, e a fixação definitiva no Brasil é então realizada, tornando-se esse país lar definitivo de muitas dessas famílias que aqui chegaram.

Para Sayad (1998, p. 45),

“a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição; não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se trata-se de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento do provisoriedade”.

À respeito de tal situação, Saito (1961, p. 10) cita o exemplo dos imigrantes japoneses que, ao se dirigirem para os Estados Unidos, almejavam a migração de forma temporária. Porém, para vários dos imigrantes, o período de tempo para realização de suas metas foi oscilante, já que

“(...) para alguns, o lapso (de tempo) foi de meses e, para outros, de dezenas de anos. Assim, muitos viram desfeito seu plano inicial, sendo que uma parcela considerável o transformou em “transferência definitiva de residência”.

Dessa forma, o autor mostra as dificuldades das distinções entre migração temporária e definitiva.

No Brasil, os estudos sobre o fenômeno migratório tinham como ponto principal focar o processo de assimilação e aculturação dos grupos étnicos que aqui chegavam. As pesquisas (tanto sociológicas quanto antropológicas) entre as décadas de 1940 e 1950 dedicavam-se essencialmente à questão da interação social entre sociedade nacional e imigrantes⁴⁶. Junto a essas discussões estava

⁴⁶ FAUSTO, Boris. **Historiografia da Imigração para São Paulo**. Série Imigração. São Paulo: Editora Sumaré, FAPESP, 1991.

centrada a temática sobre as vantagens ou desvantagens em receber determinados grupos.

Segundo Seyferth (2005, p. 13) as análises antropológicas sobre a imigração eram voltadas para o fenômeno da assimilação

“sob uma perspectiva que engloba a emigração e as mudanças sociais e comportamentais decorrentes do processo migratório. Isto é, procuraram dar conta, ainda que de forma incipiente, das condições sociais que produzem emigrantes; mas sua atenção estava voltada para a inserção no país de acolhida, as mudanças e os conflitos do contato com outra cultura e sociedade e a conseqüente assimilação ou aculturação”⁴⁷.

Esses estudos que, a princípio, focalizavam os movimentos migratórios apenas como processos aculturativos, passam a ser re-elaborados, enfocando primordialmente a questão da mudança de indivíduos de uma sociedade para outra. Entretanto, o que se leva em consideração não é apenas o movimento migratório em si, mas, segundo Seyferth (2005, p. 16), também o imigrante numa perspectiva weberiana de ação social que considera os indivíduos e a sociedade, dentro da qual se passam a abordar os conceitos de atitudes e valores.

“The cause of a social or individual phenomenon is never another or individual phenomenon alone, but always a combination of a social and a individual phenomenon. Or in more exact terms: the cause of a value or an attitude is never an attitude or a value alone, but always a combination of an attitude and a value... If we wish to

⁴⁷ Segundo a autora, há divergências sobre o real significado de ambos os conceitos, visto que eles têm mudado ao longo do tempo. Porém, segundo Park (Assimilation, social, In: ENCLYCLOPAEDIA OF THE SOCIAL SCIENCES. V. II. New York: Macmillan, 1937), a assimilação está supostamente ligada à interação igualitária dos grupos imigrantes à sociedade nacional. O conceito de aculturação, no entanto, compreende mudanças no padrão original de todos os grupos envolvidos em situação de contato (SEYFERTH, 2005, p. 14). No Brasil o conceito de assimilação passa a ser utilizado no sentido de busca por um “abrasileiramento”, excluindo-se, assim, características culturais dos povos imigrantes no país. Em contraposição ao uso dos conceitos de assimilação e aculturação está o conceito de “etnicidade” (BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT & STREINFF-FENART. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998), que propõe a pertença a um grupo étnico, sem desconsiderar o processo de migração. Esse conceito será tratado mais detalhadamente em capítulos posteriores.

explain the appearance of a new attitude – whether in one individual or in a whole group – we know that this attitude appeared as a consequence of the influence of a social value upon the individual or the group, but we know also that this influence itself would have been impossible unless there had been some pre existing attitude...” (THOMAS & ZNANIECKI, 1974, 44-45, In: SEYFERTH, 2005, p. 16).

Nos estudos migratórios, leva-se em conta que o fenômeno da imigração produz alterações tanto nas atitudes (individuais ou grupais) como nos valores sociais, a partir de um processo de “desorganização” (que pode resultar no deslocamento de uma sociedade para outra) e, posteriormente, em uma “reorganização” social (no local de chegada)⁴⁸.

Dessa forma, estabelecem-se as migrações para o Brasil. Dentre os diversos movimentos migratórios iniciados há alguns séculos encontra-se a imigração japonesa para o Brasil, inaugurada no começo do século XX.

Os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil em 18 de junho de 1908, no porto de Santos, estado de São Paulo, transportados pelo navio *Kasato-Maru* (HANDA, T. 1987, p. 04). Essa imigração iniciou-se por uma convergência de interesses da lavoura cafeeira paulista e das companhias de emigração nipônicas (LEÃO, 1990, p. 13).

⁴⁸ SEYFERTH, G. Cartas e Narrativas Biográficas no Estudo da Imigração. In: DEMARTINI, Z. B. F. & TRUZZI, O. M. S. **Estudos Migratórios: Perspectivas Metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 17.

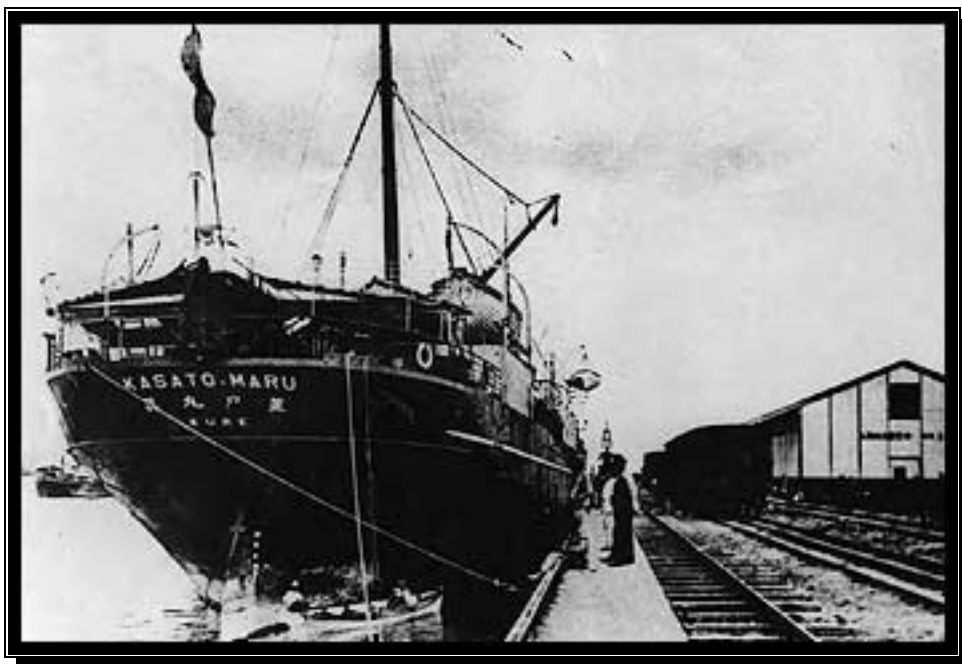


Figura 01 – Navio *Kasato-Maru* no Porto de Santos em 1908

Fonte: Revista Estrela Azul. Disponível em: < www.novomilenio.inf.br/santos/h0150.htm > Acesso em: 23 fev. 2006.

Segundo jornais da época, ao desembarcarem, os japoneses causaram muito espanto nos brasileiros que os viam pela primeira vez e que não sabiam o que esperar daquele povo. Diferentemente dos imigrantes vindos do sul da Europa, que desembarcaram sujos e cansados, os nipônicos chegaram demonstrando extremo asseio; suas roupas estavam impecáveis e muitos dos homens traziam penduradas em seus casacos as condecorações recebidas após as guerras de que participaram (HANDA, T. 1987 p. 04-05).

“Foram os próprios imigrantes que compraram as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro, e só trouxeram roupa limpa, nova, causando uma impressão agradável. As mulheres calçavam luvas brancas de algodão”. (HANDA, T. 1987, p. 06)



Figura 02 – Imigrantes recém chegados ao Brasil

Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: < www.novomilenio.inf.br/santos/h0150.htm > Acesso em: 23 fev. 2006.

No período de 1908 a 1925, o Governo do estado de São Paulo, por meio de empresas de imigração, subsidiou parte da passagem marítima junto com os fazendeiros empregadores, que cobravam dos japoneses essa dívida com a prática do desconto do salário (SAITO, 1961, p. 29-33).

“Mesmo subsidiada em parte a passagem marítima, o imigrante precisava despende cerca de 150 yen por pessoa, o que tornava praticamente inviável a migração de pessoas pertencentes a classes menos favorecidas da zona rural”. (SAITO, 1961, p. 31)

Essa ajuda do Governo do estado de São Paulo foi cancelada devido à difícil fixação dos orientais nas fazendas de café, que se transferiam com frequência para outras áreas cafeeiras, em razão das condições de trabalho impostas pelos fazendeiros. Segundo Handa (1987, p. 55), “do total de 772 japoneses ‘distribuídos a fazendas’, 430 haviam-se retirado depois de seis meses”. Essa suspensão da

imigração japonesa para o Brasil pelo governo paulista é temporária, e em 1916 a “*Brasil Imim Kumiai*”⁴⁹ pleiteia nova concessão e obtém êxito.

De acordo com Hiroshi Saito (1961, p. 31), essa nova concessão expiraria dentro de um prazo de quatro a cinco anos, a partir de 1917. Ao fim desse período, o Governo de São Paulo mostrou-se indeciso quanto à renovação, pois, com o fim da I Guerra, havia colonos europeus em grande número para suprir a falta de trabalhadores nas fazendas cafeeiras.

Neste momento uma outra empresa, denominada *Kaigai Kogyo*, insiste em promover um entendimento junto ao órgão governamental brasileiro para conseguir cotas de imigração subsidiada. Então, em 1920 e 1921, 3.600 imigrantes japoneses chegam ao Brasil. Porém, a partir dessa data, houve a recusa de mais concessões.

A vinda dos primeiros imigrantes em 1908 para o Brasil, segundo Saito (1961, p. 25), era, a princípio, temporária e contava com um plano de retorno, seguindo a fórmula “sucesso rápido e volta ao seu país de origem”.

“O plano inicial de permanência temporária e de retorno ao país de origem sofre uma guinada repentina e não só se transforma em permanência definitiva, mas também, paralelamente, ocorrem mudanças na configuração da coletividade japonesa. É o que se chama aqui de ‘crise de identidade’ e a busca de novos rumos”.
(SAITO, 1980, p. 85).

A idéia desses japoneses ao se dirigirem para o Brasil era, portanto, a de acumular certa quantidade de riqueza, de forma que possibilitasse à família imigrante o seu retorno ao país de origem, para então lá começarem uma nova vida.

Handa (1987, p. 56-60) classifica a imigração japonesa no período que vai de 1908 a 1925 como “*a história do fracasso de imigração japonesa nas fazendas de café*”, já que os colonos orientais permaneciam pouquíssimo tempo nas fazendas, retirando-se desses locais em questão de meses.

⁴⁹ Sociedade de Emigração para o Brasil (SAITO, H. 1961, p. 31).

“Nas fazendas, a experiência de trabalho com os primeiros imigrantes deixou entre os brasileiros impressões um tanto díspares, parecendo ter prevalecido em geral, entre opiniões favoráveis ou mais negativas, certa frustração pelos reduzidos períodos de permanência cumpridas pelos colonos. O Governo do estado de São Paulo, por seu turno, admitiu que a primeira leva “não deu (...) o resultado que era de esperar”. (NOGUEIRA, In: LEÃO, 1990, p. 34).

Para Handa (1987, p. 57-59), a explicação para esse fenômeno está no fato de que, entre os colonos japoneses, apenas um número muito reduzido era composto de verdadeiros lavradores, além de o governo brasileiro aceitar apenas grupos familiares como imigrantes, o que ocasionou a adoção da prática da “família composta”⁵⁰, que consistia em incorporar ao rol dos membros da família pessoas estranhas⁵¹, por meio de adoção e de outros aparatos baseados no código civil (SAITO, 1961, p. 62). A sua estruturação atendia às exigências impostas como condição para imigração, mas não gerava uma composição salutar.

Os casamentos, portanto, reuniam em torno do casal parentes de ambos os lados, podendo o grupo ser composto, em geral, por até dez membros (ENNES, 2001, p. 53). Embora o casamento arranjado tenha criado algumas dificuldades para a família imigrante, essa prática não era uma novidade entre as tradições japonesas (HANDA, 1980, p. 43 In: ENNES, 2001, p. 53-54).

Comum no período da primeira leva de imigrantes⁵², o uso de famílias arranjadas foi, a partir de 1926, diminuindo consideravelmente, apesar de ainda persistir em alguns casos. No período de 1926 até o pós-guerra, persiste apenas a

⁵⁰ Handa explica que os arranjos de família foram feitos sem muito cuidado. Segundo o autor, “esta também é uma das características dos imigrantes ‘saídos em busca de fortuna’ com o fito único de receber salários. Gente das mais diferentes ambições juntou-se em uma aparente família, procurando cada um suportar tudo até a chegada à terra de destino. Sucede que, postos a enfrentar a realidade da fazenda, muitos dos seus componentes tomaram desordenadamente as mais diferentes direções. É que se tratava de um conjunto familiar sem alguém responsável. Muitos evadiram-se à noite”.

⁵¹ Esses estranhos eram pessoas aparentadas ou alheias que até então não pertenciam à família.

⁵² Como dito anteriormente, a primeira fase da Imigração Japonesa para o Brasil compreende os anos entre 1908 e 1925.

prática de inclusão de pessoas aparentadas, em geral irmãos e sobrinhos do casal (SAITO, 1961, p. 71).

Conforme classifica Saito (1961, p. 34), o segundo período de imigração ocorre entre os anos de 1926 e 1941. Neste momento, a vinda dos japoneses para o Brasil foi promovida e subsidiada pelo governo nipônico. Essa medida teve o intuito não apenas de considerar o país como destino dos trabalhadores, mas também o de encontrar aqui um mercado de investimentos.

Para Hiroshi Saito (1961, p. 35),

“Superada a fase de prosperidade, mais ou menos efêmera, que se seguiu a I Guerra Mundial, o capital e o trabalho iam-se desvalorizando no mercado interno e o capital japonês deveria buscar mercados de investimento fora do país”.

Em 1927, uma organização denominada *Tozan Kigyo*, subordinada à *Mitsubishi*, adquiriu terras de criação de gado e produção de café, e ainda estendeu suas atividades aos setores de finanças e comércio exterior. Outras regiões também receberam investimentos do capital japonês, como a Amazônia e o estado do Pará.

Ainda no ano de 1927, foram criadas no Japão, por meio de uma lei, as associações ultramarinas e o seu órgão centralizador, a Federação Ultramarina, localizada em Tóquio. Em seguida foi fundado na cidade de São Paulo um órgão representativo daquela instituição, chamado de Sociedade Colonizadora do Brasil, abreviada por Bratac. A função dessa entidade era a de recrutar e encaminhar os imigrantes de colonização agrícola. Em 1928, a Bratac adquire glebas de terra nos Estados de São Paulo e Paraná, com o objetivo de fundar núcleos agrícolas para ali introduzir os colonos proprietários. Dessa forma, o governo japonês promove a imigração acompanhada de apoio financeiro. Os anos entre 1928 e 1934 correspondem, portanto, ao ápice da imigração nipônica para o Brasil.

O segundo período, portanto, caracterizou-se pelo encaminhamento de imigrantes proprietários e por investimentos de capital. Nesse momento, entretanto,

é apresentado à Assembléia Constituinte o projeto de regime de cotas, segundo o qual

“A entrada anual de imigrantes estrangeiros não poderia exceder dos 2% do total da respectiva nacionalidade entrando durante os últimos 50 anos. O projeto não faz, aparentemente, nenhuma discriminação; no entanto, era sabido que visava em especial ao grupo nipônico, cuja história de corrente migratória era das mais recentes” (SAITO, 1961, p. 37).

Segundo Lesser (2001, p. 212), debates tendo como tema os imigrantes japoneses eram comuns na Assembléia Constituinte, *“na qual os deputados mesclavam história da imigração a teorias eugênicas para tecer cenários sobre o futuro do Brasil”*. Com a aprovação desse projeto em 1934, ficou permitida a entrada de apenas 2711 japoneses por ano no país.

Quando surgiu a retórica antijaponesa, a princípio nos debates sobre a Constituição de 1934 e, posteriormente, no período da campanha de brasilidade,

“As negociações entre maioria e minoria se viram transformadas. Para os integrantes da elite brasileira, as respostas à pergunta de como os japoneses se encaixariam na sociedade estavam inexoravelmente vinculadas a discussões sobre economia e assimilação. (...) tanto os acadêmicos quanto os jornalistas verificaram que poucos brasileiros de ascendência européia estavam dispostos a se casar com alguém de ascendência japonesa” (LESSER, 2001, p. 251-252).

Portanto, apesar dos interesses vigentes na época, tanto do Brasil – que precisava de mão-de-obra para desempenhar as funções próprias daquela atividade econômica – quanto do Governo japonês – que sofria com o excesso populacional – em promover a imigração de nipônicos para trabalhar nas fazendas cafeeiras, sempre existiram opiniões contrárias à entrada deles em solo brasileiro.

Segundo Sakurai (et. al. 1995, p. 135), várias são as reações contrárias à presença de não-brancos no território nacional – judeus também não eram bem-vindos no país e a opção em receber imigrantes negros era inadmissível.

Em suma, *negros* e *amarelos* – usando categorias de cor – eram vistos como elementos perturbadores do processo de formação de uma nação branca e civilizada. (SEYFERTH, In: PANDOLFI, 1999, P. 211).

Pode-se perceber que, para alguns políticos e autoridades da época, aceitar *amarelos* poderia causar um desvio no desejo de se produzir uma sociedade cada vez mais branca e pura, apesar da mestiçagem já existente.

Seguindo-se o curso da história, em novembro de 1937 é declarado o Estado Novo, sob governo de Getúlio Vargas⁵³. Assim, o tema da imigração, que já era corrente na sociedade brasileira desde meados do século XIX, toma novas proporções, tornando-se questão de segurança nacional, principalmente devido à campanha nacionalista imposta por Vargas⁵⁴.

O suposto isolamento das colônias de imigrantes preocupava as autoridades, visto que, pelo fato de viverem em comunidades e até mesmo em bairros etnicamente homogêneos, poderiam não assimilar os costumes do povo brasileiro. Assim, o governo, que abertamente possuía preferência pelo recebimento de imigrantes de origem latina – portugueses, espanhóis e italianos – era reticente quanto à entrada de orientais no país, visto que eles (assim como outros grupos)

⁵³ No dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, que havia assumido a presidência do país através de uma eleição entre os parlamentares em 1934, dá o golpe que o mantém no poder até novembro de 1945. Nesse período, Vargas cercou-se de poderes excepcionais, suspendendo as liberdades civis, dissolvendo o parlamento e desmantelando os partidos políticos existentes. Abriu luta contra o comunismo e instalou repressão policial por toda a parte. Instituiu o salário mínimo e regulamentou a Justiça do Trabalho e a consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como consequência, em nome de uma valorização do trabalhador nacional, o Estado Novo adotou uma política de restrição à imigração. Porém, com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial ao lado dos países aliados, começa-se a desmantelar o Estado Novo e, em novembro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto da presidência da República. (PANDOLFI, D. **Repensando O Estado Novo**. pp. 09-11. Rio de Janeiro: Ed. F. Getúlio Vargas, 1999)

⁵⁴ Essas ações já existiam desde 1917, com a modificação de currículos escolares e exigência do ensino bilíngüe entre as colônias teuto-brasileiras localizadas no sul do país (SEYFERTH, G. Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo, p. 199. In: PANDOLFI, D. **Repensando O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. F. Getúlio Vargas, 1999)

construíam uma identidade étnica própria, baseada nas especificidades de seus costumes tradicionais e em “*sinais diacríticos de natureza primordialista que remetem à idéia de pertencimento a uma nação (língua e origem comuns)*” (SEYFERTH, In: PANDOLFI, 1999, p. 205).

De qualquer modo, é possível afirmar que todos os grupos, nas regiões de colonização e nas cidades, formalizaram, em algum grau, suas etnicidades, fundamentadas por identidades articuladas à origem nacional. As diferenças culturais e sociais produzidas ao longo do processo histórico de imigração ficaram mais evidentes nas colônias do sul, onde o elemento nacional era pouco representativo mesmo na década de 1930, situação derivada do processo de ocupação controlado pelo Estado, que privilegiou o imigrante. Isso não significa que os sentimentos de etnicidade fossem mais intensos na colônia, mas a baixa frequência do contato com a sociedade brasileira e a concentração em áreas relativamente restritas, como eram as “colônias” no seu sentido mais étnico, davam respaldo à imagem mais radical de “quistos” não-assimiláveis construída, sobretudo, durante o Estado Novo (SEYFERTH, In: PANDOLFI, 1999, p. 202).

Os japoneses, bem como os alemães, criaram suas associações, clubes e escolas, que acabaram por representar a “japonesidade” desse grupo no Brasil. Essas instituições eram consideradas como referências para o culto ao imperador e principal centro para realização de atividades e celebrações importantes para o grupo.

Giralda Seyferth (In: PANDOLFI, 1999, p. 206) esclarece que, assim como a escola japonesa, também a imprensa étnica exerceu um papel fundamental na transmissão dos valores nipônicos. Além disso, ela possuía a função de produzir propagandas que levassem imigrantes a se deslocarem para outras colônias espalhadas pelo Brasil, o que incomodava os brasileiros, que viam naquela atitude uma ação imperialista.

Assim, segundo Sakurai (et. al. 1995, p. 135), a expressão “perigo amarelo”, muito utilizada a partir da década de 1920, ganhou maiores proporções, pois temia-se que os imigrantes japoneses tomassem o poder e a soberania nacional. Na fala

de Miguel Couto (In: Leão, 1990, p. 92-93) fica evidente a preocupação dos políticos naquele período:

“Não se trata, porém, repito, de imigração: trata-se da própria existência nacional. Se não se acautelar em tempo e por todos os modos, o Brasil dentre em pouco será uma possessão japonesa”.

A solução encontrada para o problema da existência de etnicidades e organizações comunitárias baseadas nessas identidades, comuns especialmente aos grupos de imigrantes, foi o incentivo à campanha nacionalizadora, que se dirigiu principalmente contra japoneses e teuto-brasileiros (SEYFERTH, In: PANDOLFI, 1999, P. 207-208).

Outras ações da campanha nacionalizadora foram: a imposição do idioma nacional, visto que a língua dos imigrantes era proibida em locais públicos ou mesmo nas associações⁵⁵, e a imposição do “ensino nacionalizador”, que incluía aulas de civismo, o que levou, conseqüentemente, ao fechamento das escolas de orientação étnica, pois estas não cumpriam as exigências contidas na legislação vigente⁵⁶. Posteriormente seria proibida a circulação de imprensa estrangeira no Brasil.

Por fim, a terceira fase de imigração japonesa ocorre no período de 1942 a 1951. Este período é caracterizado, segundo Hiroshi Saito (1961, p. 38), pela decisão dos imigrantes nipônicos de radicarem-se no Brasil, uma vez que foram cortados os laços que os ligavam ao seu país de origem, impossibilitando-os de receberem proteção do Japão.

Saito descreve esse momento como o de uma mudança na atitude dos imigrantes radicados no Brasil, em que houve a desistência do intuito inicial de

⁵⁵ O uso do idioma estrangeiro era proibido em quaisquer atividades das associações, incluindo cerimônias religiosas, o que levou ao fechamento de vários clubes. SEYFERTH, G. Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo, p. 221. In: PANDOLFI, D. **Repensando O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. F. Getúlio Vargas, 1999).

⁵⁶ Tais escolas deveriam possuir seus nomes em português, só brasileiros natos podiam assumir cargos na diretoria, professores também deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados e graduados em escolas brasileiras, e, por fim, era vetado o ensino da língua estrangeira.

migração temporária de curto prazo, havendo finalmente um planejamento de suas atividades econômicas numa base de longo prazo e maior firmeza.

“Essa mudança radical que se operou na atitude dos imigrados não surgiu de um dia para o outro, senão depois de séria reflexão sobre os planos iniciais e sobre a experiência dos anos passados, bem como depois do reexame da situação em que eles e seus filhos estavam colocados. Era inevitável que tão radical mudança provocasse certa confusão e distúrbios no seio do próprio grupo”.
(SAITO, 1961, p. 38)

A expressão “perigo amarelo”, muito usada em períodos anteriores, se torna muito mais enfática com a entrada do Japão na 2ª Guerra Mundial ao lado dos Países do Eixo, em 1941. Segundo Sakurai (et. al.1995, p. 136), os imigrantes localizados no Brasil ficaram em delicada posição, pois, de um lado existia a vontade de ajudar os conterrâneos, mas, por outro, eles se sentiam pressionados pela política nacionalista.

Houve, também, após a guerra, um momento muito delicado entre imigrantes japoneses e demais brasileiros, já que

“(...) o estado da tensão social que prevaleceu nessa época, devido à existência das correntes facciosas⁵⁷ no seio da comunidade, fazendo ocorrer, inclusive, atos de terrorismo, corresponderia nem mais nem menos à fase de transição a que fazia o grupo” (SAITO, 1961, p. 38).

A partir de 1951, há introdução de colonos japoneses em diferentes núcleos mantidos pelo poder público. Saito (1961, p. 39) classifica esses imigrantes em

⁵⁷ Foi formado após a II Guerra Mundial no interior de São Paulo um grupo denominado *Shindo Renmei*. Os japoneses pertencentes ou simpatizantes deste grupo não aceitavam a derrota do Japão na guerra. Eram conhecidos como vitoristas. Sua existência data de 1946 a 1947. (MORAIS, Fernando. **Corações Sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000). Segundo informações de japoneses que conhecem ou viveram no Japão no período citado, não existiram naquele país conflitos, uma vez que era de conhecimento de todos que o Japão havia realmente perdido a guerra.

“(...) imigrantes de colonização agrícola e os trabalhadores. Em contraste com os períodos anteriores à guerra, quando o imigrante trabalhador ocupava absoluta maioria de 96,1% contra apenas 3,9% do imigrante de colonização agrícola, no após-guerra, a proporção é bastante diferente, sendo de 56,4% para o primeiro e 43,6% para o segundo”.

1.2 Novos Rumos – Das Fazendas Cafeeiras à Cidade Morena

Campo Grande, carinhosamente conhecida como “Cidade Morena”, devido ao tom avermelhado de seu solo, foi fundada por migrantes vindos da região do Triângulo Mineiro, e a data de seu nascimento remete a 26 de Agosto de 1899. Seu crescimento se deu principalmente pela implantação da Estrada de Ferro Noroeste, inaugurada em 14 de Outubro de 1914, tornando Campo Grande um centro comercial e de serviços. Em Outubro de 1977 é elevada à capital do novo estado do Mato Grosso do Sul, que se separou de Mato Grosso, cuja capital é a cidade de Cuiabá. Atualmente Campo Grande possui cerca de 749.768 habitantes (Fonte: IBGE⁵⁸).

A imigração japonesa em Mato Grosso do Sul nos anos iniciais se dá de forma secundária⁵⁹, pois esses nipônicos haviam chegado ao Brasil na primeira leva de imigrantes do Japão, cujo destino era o interior do estado de São Paulo. Encaminharam-se a Campo Grande no ano de 1909, a fim de trabalharem na construção da Estrada de Ferro Noroeste, pois a remuneração era muito mais recompensadora que o trabalho nas fazendas. No total, foram 75 imigrantes naquele

⁵⁸ População estimada 2005 em 01.07.2005. Disponível em: < www.ibge.gov.br > Acesso em: 02 nov. 2006.

⁵⁹ Já no segundo momento da imigração japonesa esses orientais dirigem-se diretamente para o então estado de Mato Grosso.

primeiro ano⁶⁰. Houve também a chegada de imigrantes de Okinawa⁶¹, que inicialmente foram do Japão ao Peru, mas se fixaram definitivamente em Campo Grande.

“O que fez com que os japoneses se estabelecessem e construíssem os alicerces de sua economia em Campo Grande foi a possibilidade de colonização da mata virgem dos arredores da cidade”. (HANDA, 1987, p. 392)

Segundo Handa (1987, p. 396), por volta do ano de 1920 havia cerca de 50 famílias japonesas em Campo Grande, sendo que 49 eram originárias de Okinawa e apenas uma procedente de outra província do Japão⁶². Já em 1958, ano do cinqüentenário da imigração japonesa, o número atingia 600 famílias, aumentando para 25% a porcentagem dos imigrantes de outras províncias japonesas. Essa situação não alterou o perfil de Campo Grande como um local de grande concentração de imigrantes de Okinawa, o que, no entanto, não tira o mérito dos não-okinawanos⁶³ em seu desenvolvimento.

⁶⁰ Esse grupo era constituído basicamente de okinawanos.

⁶¹ Okinawa é uma província localizada no extremo sul do arquipélago japonês, mais especificamente em *RyuKyu*. Possui uma população estimada em 1,2 milhões de pessoas distribuídas em quarenta ilhas do arquipélago. Foi anexada ao Japão pela primeira vez em 1609. Durante a II Guerra Mundial foi tomada pelos Estados Unidos, sendo devolvida ao Japão em 1972 (YAMASHIRO, José. **Uma ponte para o mundo**. Disponível em: <: www.nippobrasilia.com.br/saibamais/sobreokinawa/folderokinawataiko > Acesso em: 22 fev. 2006). Sua capital política é a prefeitura de *Naha*, distante de Tóquio 1500 Km. Sua localização privilegiada, situada entre a rota comercial entre Japão, China, Coréia, Sudeste asiático e Austrália, possibilitou o desenvolvimento econômico através da atividade mercantil internacional e do intercâmbio cultural da região durante muitos séculos (Disponível em: < www.okinawa.com.br/geografia/index.htm > Acesso em: 22 fev. 2006). Okinawa possui um dialeto local denominado *Uchinaguchi*, embora a língua japonesa seja o idioma oficial há muito tempo. Durante a Era *Showa* (1926 até 1988) o governo japonês adotou medidas políticas no intuito de difundir a língua oficial japonesa, portanto, eliminando os antigos dialetos das aldeias de todo o país, e desde então Okinawa adotou a língua padrão. Porém, tais medidas não foram suficientes para eliminar o *Uchinaguchi* (GIBO, Lucila. Disponível em: < www.okinawa.com.br/cultura/utinaguchi.htm > Acesso em: 22 fev. 2006).

⁶² Não há informações sobre o local de origem dessa família.

⁶³ Imigrantes originários do maior arquipélago do Japão, formado pelas ilhas *Hokkaido*, *Honshu*, *Shikoku* e *Kyushu* (Ver mapa do Japão em Anexos). Havia o preconceito das pessoas desses locais, que não consideravam os originários de Okinawa como japoneses. Até alguns anos atrás era comum ouvir pessoas referirem-se aos okinawanos de maneira pejorativa ou jocosa: “Mas ele (a) não é japonês, é de Okinawa” era uma frase comum de se ouvir em várias conversas. Aparentemente hoje já não há mais distinções entre esses grupos, sendo todos considerados japoneses. Entretanto, há ainda uma diferenciação entre a cultura dos dois grupos, mas que não leva à desigualdade. Apesar de ambos, nos dias atuais, serem considerados japoneses, sabe-se que cada grupo possui seus valores, costumes e tradições.

Um dos fatores de estabelecimento dos okinawanos em Campo Grande teria sido a facilidade com que formaram um grupo estreitamente ligado, composto por pessoas oriundas praticamente da mesma província. Isso facilitou a fixação do grupo no local, mas também concorreu para seu isolamento.

“À medida que tentavam preservar as suas tradições, incorriam no perigo de cair no conservadorismo. Romper com estas tendências era o papel que cabia ao nissei (...). Quando a agricultura brasileira tentava abandonar as características predatórias do passado para iniciar a implantação de uma agricultura moderna, parece que o isolamento do grupo de okinawanos começava a se romper, internamente, pelo fato de os nisseis terem atingido a fase adulta e, externamente, por outros contingentes de imigrantes provenientes de outras regiões, como se estivessem sendo pressionados a sair do antigo casulo e encarar uma nova tendência”. (HANDA, 1987, p. 398)

Atualmente são cerca de 5000⁶⁴ famílias de descendência japonesa em Campo Grande, aproximadamente 2500 pertencentes ao Clube Nipo. Porém, existem ainda famílias nipônicas participantes de outras associações e as que não são sócias de nenhum desses clubes. Os mais conhecidos são a acima citada Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande⁶⁵ (AECNB -

⁶⁴ Não há precisão quanto ao número de descendentes de japoneses na cidade, visto que não há um censo para contabilizar essa população.

⁶⁵ Segundo o atual presidente da AECNB, os sócios mais velhos usam comumente o idioma japonês para se comunicarem no Clube, falando em português apenas quando algum membro desconhece o *Nihongo*: “A maioria (usa) o japonês. Mas já com grande influência do português. Antigamente era o japonês puro, mas hoje em dia não”. Há ainda o ensino do idioma para os mais jovens interessados em aprender a língua de seus antepassados: “Aqui tem o curso de língua japonesa, o *Shionko*. E nós já tivemos aqui cem alunos matriculados, aprendendo a língua japonesa. É um grande número. Hoje nós estamos com um número menor de alunos, mas sempre tem um pessoal interessado. Lógico que não vai dar só a língua japonesa. A gente dá mangá e eles acabam entrando na escola. Tem karatê e acaba entrando, tem o *Visconde* (Escola Visconde de Cairu, conhecida como Escola de Japoneses por ser fundada por esses imigrantes) e acaba entrando. Vai chamando por outras vias”. Esse interesse se dá por algumas razões específicas, segundo a opinião do presidente do clube: “Acho que uma, são os pais forçando os filhos a ter contato com a cultura japonesa. Alguns (pais) fazem questão. Alguns, para você ter uma segunda ou terceira língua. E outros por curiosidade. De fazer mangá e para entender o mangá. Como é que é essa letrinha, vamos ver aqui. Ou vai cantar um karaokê, como é que fala mesmo, porque é assim? A curiosidade deles em aprender uma nova língua”.

conhecida popularmente como Clube Nipo ou Cruzeiro) e o Clube Okinawa⁶⁶. Segundo funcionários da AECNB, ambos foram fundados por japoneses oriundos da região de Okinawa⁶⁷. O Clube Nipo teve sua primeira versão fundada em 1920, com o nome de Associação Nipo – *Nihon-jin-kai*. Somente em 1964 o clube muda sua nomenclatura para Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira⁶⁸, contemplando assim a população que os recebera durante as décadas anteriores. Com o passar dos anos, imigrantes de outras partes do Japão se associam ao Clube Nipo-Brasileiro, enquanto que no Clube Okinawa persiste a descendência de pessoas vindas dessa província. Como Campo Grande recebeu a maioria dos imigrantes da região de Okinawa, até os dias atuais cerca de 60% a 70% dos associados do Clube Nipo ainda são dessa região, e aproximadamente de 30% a 40% oriundos de outras partes do país.

A Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande realiza anualmente em seu clube duas festas tradicionais japonesas, conhecidas como *Undokai*⁶⁹ e *Bon Odori*. Esta última acontece normalmente entre os meses de julho e agosto⁷⁰, aproximando os japoneses e seus descendentes que vivem em Campo Grande dos seus ancestrais, que são, neste caso, os maiores homenageados.

⁶⁶ Há uma terceira associação, denominada Associação Esportiva de Beisebol, e a Academia Gushiken de Cultura Okinawa, que não é caracterizada como clube, pois possui um dono, ou seja, a diretoria é estática. Nessa academia as atividades principais são as aulas de danças de Okinawa, freqüentadas pelas mulheres, e aulas de instrumentos musicais, especialmente o *sanshin* (instrumento musical parecido com o *shamisen*), destinadas a quaisquer interessados (homens e mulheres, jovens e adultos). Os alunos e alunas dessa academia freqüentam também os outros clubes da cidade, sendo que boa parte das dançarinas da festa *Bon Odori* ensaia nesse local.

⁶⁷ Devido à falta de documentação, não é possível saber com certeza se o Clube Nipo foi mesmo fundado por okinawanos, pois, apesar de essa ser a informação divulgada por alguns dos sócios, há no imaginário campo-grandense a idéia de que neste clube estão os japoneses e descendentes vindos de outras partes do Japão, com exceção de Okinawa. Essa incerteza pode ser notada na fala de uma das entrevistadas (funcionária do clube), que vê de forma negativa a participação dos jovens sócios do Clube Nipo em freqüentar as aulas de *taiko* do Clube Okinawa, pois “o *taiko* é de Okinawa, e eles (os jovens) não são de lá”.

⁶⁸ Devido às várias re-inaugurações, a última fundação da AECNB data de 30 de julho de 1972.

⁶⁹ O *undokai* caracteriza-se como uma gincana familiar, pois todos os membros das famílias participam, dos mais jovens aos mais velhos. A festa costuma durar um dia inteiro, na maioria das vezes no mês de março. São desenvolvidas atividades de diversão, como corridas e cabo de guerra, entre outras. A primeira edição deste evento em Campo Grande data de 1969 e mantém o mesmo formato até os dias de hoje. Trata-se de uma iniciativa proposta por imigrantes do pós-guerra, que transformaram um antigo torneio de atletismo da colônia numa gincana de cunho familiar, possibilitando a participação de todos e o convívio fraternal.

⁷⁰ Devido à anexação da festividade no calendário turístico da cidade, há alguns anos a festa ocorre sempre no mês de agosto, servindo como parte das comemorações do aniversário do Município (26 de agosto).

1.3 A História dos Imigrantes – A Chegada em Campo Grande e o Trabalho

“Saí de lá em 1959. Quando eu vim aqui tinha 16 anos. Vim com meu pai, família, né? Aí vim imigrante do governo do Japão. Era propaganda, assim que quando vai ao Brasil, Brasil é lugar de ouro, lugar de bastante fruta, ganha terra, vai ser fazendeiro, tinha aquele sonho. Aí quando sai de lá, assim, todo mundo, parte de guerra, tinha mesmo sonho”.

Memórias de uma imigrante japonesa em Campo Grande.

As histórias dos imigrantes japoneses em Campo Grande são muito parecidas. Os sonhos eram sempre os mesmos: dirigir-se a um lugar onde fosse possível prosperar economicamente, e assim, fugir das péssimas condições em que se encontrava o Japão no período que se seguiu após a II Grande Guerra.

No Japão, as imagens passadas àquela população sobre o Brasil eram de um país afortunado, onde rapidamente seria possível progredir e acumular bens e certa quantia em dinheiro. Surgiu então o desejo de conquistar uma vida melhor, com certo poder aquisitivo e, conseqüentemente, de regressar ao país natal, quando, finalmente, poderiam viver com mais tranqüilidade. Dessa forma, milhares foram os imigrantes japoneses que entraram no Brasil. Porém, o desejo de retorno raríssimas vezes foi possível, fazendo com que esse grupo se estabelecesse aqui de modo definitivo e criasse futuros laços.

Como dito anteriormente, grande parte dos imigrantes em Campo Grande chegou à cidade secundariamente, uma vez que sua direção inicial era o interior do estado de São Paulo. Outros poucos, após aportarem em Santos, dirigiram-se para Cuiabá, capital do então estado do Mato Grosso ou à cidade de Capem, também naquele estado.

Para explicitar a história da vinda desses imigrantes para o Brasil, destinarei esse trecho do trabalho essencialmente às falas nativas, às narrações das entrevistadas – e entrevistados – sobre a chegada a este país, e, posteriormente, a Campo Grande e outros locais, bem como à fala dessas pessoas sobre os diversos trabalhos exercidos em suas vidas.

A história da senhora Mie⁷¹, de 78 anos, demonstra como foi chegar ao Brasil e, posteriormente, mudar-se para Campo Grande:

“Minha mãe tinha 40 anos, meu pai tinha 82 anos quando veio para o Brasil. Eu tinha um ano e meio. Eu tinha irmãs, tinha quatro irmãos e irmãs. Duas irmãs, dois irmãos. Minha mãe veio para o Brasil em 1930. Então foi pra fazenda. Você sabe fazenda, né? Em São Paulo, Bebedouro. Porque fazenda contrata com governo Brasil, né? Aí também no Brasil, contrata com Governo Japão, né? Aí Governo Japão: ‘quem quer ir ao Brasil?’ Aí meu pai quer ir, aí contrata, navio de graça. Governo brasileiro paga. Aí fazendeiro depois, fala pra Governo, né? Mas nós, meu pai veio no Brasil, mas não ganha. Tem que pagar esse dinheiro com dois anos. Trabalhar sem receber. Sem receber dois anos, obrigação. Chegou ao Brasil, meu pai e minha mãe, comida que não dava certo, mas foi difícil, mas foi indo, foi indo. Aí chegou ao Brasil, um ano, dois anos depois, ele foi pra fazenda que ficava perto do rio, Bate-Palmas. E aí tinha tanta maleita, tanta maleita, tinha trinta e três famílias. Brasileiras, japonesas, trinta e três famílias, todo mundo ficou maleita, malária. Cada família morreu um, dois. Em casa morreu uma pessoa. Morreu com malária. Toda família perdia, morria. Aí eu também quase morri, sabe? Meu pai falava: ‘ah, essa aí já é caçula, né? O que eu pode fazer?, que vai, vai’. Mas graças a Deus eu tive sorte. Estava perigoso morrer toda família, aí mudou pra outros lugares, outras cidades. Ficou lá seis anos, estava na miséria mesmo, não tinha nem dinheiro pra comprar sapato, comida também era duro. Foi indo, foi indo, depois de dez anos, aí que deu um pouquinho pra melhorar, sabe? Desse jeito, né? Foi indo, foi indo, melhorou. Depois naquele tempo, meu pai e minha mãe, né, eu tinha irmão casado, mas não deixava separar. Separar família, pra morar assim, tem que ser tudo junto, pra ganhar dinheiro logo, pra voltar no Japão. Meu pai, quando ele veio do Japão, ele

⁷¹ Todos os nomes reais foram trocados por fictícios nas entrevistas. No entanto, segui a origem de suas nomações. Entrevistados com nomes japoneses receberam pseudônimos da mesma origem, e o mesmo ocorreu com os entrevistados que possuem nomes ocidentais. A partir dessas características pode-se perceber rapidamente, em alguns casos, a que geração pertencem as pessoas que colaboraram com essa pesquisa contando-nos um pouco de suas histórias.

trouxe dinheiro. Tinha guardado, sabe?, aí já que nós não agüentamos fazenda, ele pagou viagem que ele estava devendo. Só trabalhou dois anos, né? Então em vez de trabalhar, ele já pagou dinheiro. Pagou dinheiro e saiu da fazenda. Depois que entrou na outra fazenda, aí que tinha maleita. Aí que pessoal não teve como viver, sabe? Aí que meu pai quis fugir dali. Aí, também já esqueci. Tinha plantado algodão. Patrão disse que não ia dar algodão para meu pai, sabe? Não sei, acho que estava devendo, né? Aí meu pai falou assim, ‘desse jeito nós vamos morrer tudo. Vamos fugir daqui’. Isso aconteceu muito antigamente. Por que nós vamos deixar algodão pra eles apanharem, eles não vão tomar prejuízo. Tinha bastante algodão branco. Aí meu pai fala: ‘deixa, prejuízo patrão não toma. Nós temos que fugir daqui senão todo mundo vai morrer’. Malária, né. Aí que meu pai foi pegar um trator para vir buscar meia-noite. Aí tinha meu irmão mais velho, né? Tinha pinga, levou pra guarda lá, deu bastante pinga pra tomar pra dormir o guarda da fazenda. Aí, ele, coitadinho né, tomou e dormiu. Não tinha jeito, por causa da doença, né? Morreu mesmo, viu? Não sei mais, esqueci muita coisa”.

Ainda muito jovem, Mie começou a ajudar os pais na plantação de verduras e legumes nas fazendas onde trabalhavam. Era mais uma mão-de-obra que ajudaria a família a juntar algum dinheiro para regressar logo ao país de origem. Nessa situação ela ficou até o momento em que se casou. A partir de então, como dona-de-casa, ela ajudava o marido a aumentar a renda da família com os conhecimentos que havia aprendido ainda na adolescência: o corte e costura, que forneciam o rendimento extra que precisavam para sobreviver, principalmente nos longos períodos em que o marido passava fora de casa, trabalhando como caminhoneiro. Nesses momentos, era ela chefe-de-família e provedora.

Assim como a família de Mie, muitas outras fugiram das fazendas onde trabalhavam, na tentativa de escapar do árduo trabalho nas plantações, visto que pouco entendiam desses afazeres e que sofriam com o problema das doenças que afetavam a população rural. No relato acima, percebemos como a fuga era importante para esse grupo imigrante, entendida como a única forma de sobreviver e prosperar. Ficar nas fazendas seria desistir das ambições de adquirir melhores condições de vida. Dessa forma, iniciou-se mais tarde a imigração para Campo Grande. Muitos japoneses chegaram à cidade a fim de trabalhar na construção da Estrada de Ferro Noroeste, como citado anteriormente. Esse trabalho era

considerado mais rentável por esse grupo, que buscava o sonho de acumular capital e voltar ao *Nihon*.

Os imigrantes nipônicos foram, desse modo, chegando à Cidade Morena. Entretanto, como o estado ainda não havia sido dividido, muitos japoneses inicialmente apenas passaram por Campo Grande, indo em direção ao norte do Mato Grosso.

A senhora Aiko, de 64 anos, conta sobre a vinda e chegada a essa região:

“Nós fomos para Cuiabá. Quando veio do Japão, desceu em Santos, de Santos até Campo Grande, uma semana de trem, aí depois de Campo Grande foi para Cuiabá, porque segundo imigrante (segunda leva) foi ver terra lá em Cuiabá. Então primeiro imigrante (primeira leva) soltou mais, esparramou. Não quis ir para aquela terra. Então, nosso responsável, para segurar nosso direito, aí não deixou sair. Então, foi obrigado chegar até Cuiabá. Aí foi em Cuiabá, de Cuiabá até esse lugar de imigrante, era 500 km de Cuiabá para o fundo. Nem sei onde que fica, perto do Amazonas, nem sei. Aí foi lá, demorou uma semana de caminhão de Cuiabá até esse lugar, em cima de caminhão. Aí chegou lá, mato, mato, não tinha nem comida. Não tinha nem plantação de mandioca. Tinha só feijão gandú. Gandú, andu, não sei. Aí nós comemos, vivemos com esse feijãozinho. Não tinha nem mandioca, não tinha nem arroz. É terra fraca, aí quando planta arroz não dava. Aí chefe repartiu toda a terra. Agora vai ser fazendeiro. Aí o chefe de casa era meu pai, meu irmão, que eu tinha, né? Aí entrou nesse mato, começou a abrir a mata. Abriu com enxadão. Enxadão não, machado. Não tinha nem máquina, não tinha nem carroça. Aí depois eles queimaram. Aí todo mundo começou a ficar doente, fraco, tudo. Aí começou a sair de lá. Então, antigamente, antes de guerra, imigrante antes de guerra sofreu mais. Aí eu vim para Campo Grande, casei. Meu marido é japonês. Veio de lá, de Okinawa também. Casei, japonês, tudo, sogro, sogra, cunhado morando tudo na mesma casa. Junto. Aí depois, teve filhos. Aí, quando começou filhos a ter idade de entrar na escola, eu falei: ‘esse ano a gente sai na cidade’”.

A vinda até o estado do Mato Grosso era quase sempre cheia de adversidades. As estradas eram ruins, o que fazia com que a viagem demorasse muito mais do que o esperado. Quando chegavam, encontravam péssimas

condições de habitação, além de nenhuma infra-estrutura para se estabelecerem. A alimentação nessas situações também era precária. Os imigrantes tinham que iniciar as plantações em territórios ainda não explorados, precisando abrir as matas para o cultivo de hortaliças e criação de pequenos animais. Foram anos até que houvesse boas condições de vida nessa região ainda em exploração. Aiko, assim como grande parte dos imigrantes, trabalhou inicialmente no cultivo de hortaliças. Era o trabalho na roça, sempre desgastante e sofrido. Aiko relatou um desses momentos de tristeza em sua vida: a perda de um filho recém-nascido, causada segundo ela, pelo excesso de trabalho que culminava com a falta de cuidados com as crianças:

“Então, eu perdi o primeiro filho. Morreu com três meses de nascido. Eu trabalhava na roça. E, naquele tempo, gente japonesa não pensa em família, pensa só em trabalhar. Aí tinha plantação de tomate. Aí eu não tinha leite, dei mamadeira para neném, coloquei na cama, não deixei arrotar, coloquei na cama e ficava pensando no meu serviço. Agora penso, não pode pensar isso, não pode fazer isso, eu estou arrependida porque fiz isso, mas tem marido, tem sogra, tudo. Primeiro é serviço que pensa”.

Após o período na lavoura, Aiko abriu um comércio com o marido na área urbana de Campo Grande. Ela conta sobre as dificuldades encontradas para se comunicar com os clientes, visto que, mesmo vivendo no Brasil há alguns anos, ainda não havia aprendido o idioma português:

“Abriu comércio. Porque a gente, japonês, não sabe trabalhar, não sabe trabalhar na firma, não sabe falar também, né? E não tem estudo daqui também. A gente não estudou aqui. Então não sabe fazer nada. Comércio todo mundo sabe, aí começou a abrir mercearia, começo né? Não sabia nem falar português, mas contar dinheiro a gente sabe. Não falava, porque morava na fazenda, da fazenda veio para cá, aí colocou toda a mercadoria. E agora: freguesa chegou, freguesa falava: eu quero açúcar. E eu, e agora, o que é açúcar? E eu falava tudo, é esse, esse, esse? Até chegar no açúcar. Aí aprendi: ah, esse aqui é açúcar! Aí dinheiro troco, já sabe dar troco, né? As crianças eram pequenas, estudavam ainda, então só eu e marido. Meus irmãos foram para São Paulo. Irmãos, família, foi tudo para São Paulo. Aqui eu fiquei sozinha”.

Atualmente Aiko leciona em casa aulas de *Nihongo* para futuros *dekasseguis*⁷². Sua família também é proprietária de uma farmácia, que fica no salão de baixo de sua casa.

Assim como Aiko, outra imigrante, a senhora Sayuri, de 69 anos, expõe as dificuldades encontradas na chegada e no trabalho a ser desenvolvido:

“Quando veio pra cá tinha 20 anos. Eu tinha 20 anos, né? Minha irmã já estava casada, vieram dois filhos juntos. Aí minha mãe disse assim: ‘família pra mandar longe, você não quer ir junto para Brasil?’ Então, parecia que vinha aqui passear, sabe? Não sentia nada. Eu vou. Eu vou junto. Aí minha mãe: ‘você vai junto com família de irmã’. Quarenta dias no navio, conheceu marido. Aí que conheceu meu marido. Ele tinha família grande, três homens, uma irmã casada, e pai e mãe junto. Quarenta dias junto, né? Conversamos, assim conheceu. Chegou em Santos, acho que 13 de julho. Aí pegamos trem que vem para cá, maria-fumaça. Gastou 15 dias. Só tinha pão duro com guaraná. Quem deu, eu não sei, mas deram para nós, imin (imigrante), né? Chegou em Campo Grande, todo mundo suado. Eles falavam para quem tem roupa bonita, usar roupa bonita para descer em Campo Grande. Em Campo Grande, pessoal de Okinawa já estava tudo recebendo, né? Homem tudo de paletó, gravata, mas tudo sujo. Aí, bandeira do Japão, né? Aí desceu, ficou todo mundo bem alegre. Aí ia pra Capem, mato, ninguém sabia onde ficava, tinha onça, né? Aí não tinha comida também, ‘não pode ir’, pessoal antigo falou. Aí ficou assim, vai ou não vai. Aí, quem tinha mulher, filho, ficou aqui. Aí, minha família, minha irmã, cunhado que foi. Eu falei: ‘eu vou junto’. Tinha 20 anos, não sabia nada, eu só vou junto. Aí foi até Cáceres. Àquela época estava bem frio, caminhão não tinha nada. Dois caminhões foram. Chegou em Cuiabá. Depois de cinco dias chegamos em Cuiabá. Pessoal de Cuiabá estava esperando também. Aí depois de Cuiabá, Capem. Gastou três dias. Não tem estrada. Na noite que dormi no mato, tinha mosquito. Bem miudinho, calça comprida estava usando, mas encheu tudo dentro. Aí motorista do caminhão trouxe cocô de vaca e pôs fogo pra espantar. Chegamos lá não tinha nada. Tinha que plantar tudo. Terra bem areia, sabe? Aí, pra ir embora não tem, tem que pegar o mesmo caminhão pra ir embora. Aí eu e não sei quantas pessoas voltamos nesse caminhão. Aí voltei para Campo Grande. Aí ele pediu pra casar, né? Não tem

⁷² O termo *dekasegui* é utilizado no Brasil para denominar aqueles que se dirigem ao Japão a fim de trabalhar e, assim como seus ancestrais que vieram ao Brasil, acumular certa quantia em dinheiro para posteriormente regressar ao país de origem. Entretanto, há ainda algumas controvérsias sobre o uso dessa categoria, visto que no Japão ela possui significados diferentes do adotado aqui.

nada, namoro, né? Só conheceu assim. Aí e pensei, minha vida, não tem dinheiro para voltar para o Japão, irmão junto não dá, né? Irmã também tem família, tem que comer. Aí eu falei pra irmã que eu tenho que casar. Depois de casar, fomos pra Cáceres outra vez. Cáceres é terra boa. Muito bom. Três quatro famílias foram juntas. Também não tinha estrada. Era tudo mato. Fui pra lá, plantação de arroz, bem alto, mas alto que o nosso. Fez uma casa comprida, para cinco famílias. Moravam todos juntos, em quartinhos. Tinha cinco rapazes solteiros. Cinco famílias todas unidas, pouquinho coisa separava. Plantação era tudo junto e repartido. Meu marido sabia caçar. Então, domingo, de dia plantava, cortava capim, domingo descansava e saía para o mato caçar passarinho. Para fazer sopa. Comia todo mundo junto. Brasileiro, gaijin também comia, mas não junto de nós. Era capataz. Essa pessoa caçava anta, esse gaijin pegava só o couro. Aí nós pedimos pra pegar a carne, ele falou, pode pegar a carne. Nós não sabíamos, trouxe bastante carne na bacia. Aí quando olhou estava cheio de bicho. Tinha um fazendeiro italiano a 30 km, lá tinha bastante couve, galinha. Era estrada para Bolívia. Então lá passava caminhão. Então os homens iam buscar comida. De manhã saía e de noite voltava. Com arroz, sal, macarrão, essas coisas. E trouxe duas galinhas. A primeira nasceu ovo, mas não podia comer. Para criar. Depois repartiu, nasceu mais pintinho, mas não podia comer nenhum ovo. Aí eu grávida, de sete meses, tive que voltar para Campo Grande, minha sogra tinha plantação de verdura. Eu ganhei minha filha um ano depois (de chegar em Campo Grande). Trabalhávamos juntos com verdura. Depois separamos da família. Meu sogro, meu cunhado, todos foram embora para o estado de São Paulo, Araraquara. Araraquara tinha tio dele, fazendeiro imigrante, aí chamou, né? Aí a gente começou a trabalhar com verdura. Fazer plantação de verdura. Eu vendia com carroça. Naquela época precisava de carteira de carroça, 1970. Precisava de carteira de carroça. Aí eu peguei carteira de carroça. Aí comecei a vender verdura. Plantar e vender na feira. Três horas da madrugada, eu sozinha, deixava filhos com marido, e eu ia para feira vender verduras. Começou assim. Mas só assim não dá. Aí começou a tentar granja. Aí ele pensou: 'vou fazer granja'. Em São Paulo tinha bastante granja. Mandou carta, meu marido não sabe falar nada, não sabia falar nada em português. Para comprar pintinho. Aí ele gastou uma semana, foi lá buscar pintinho. Trouxe trezentos pintinhos. A casa era de madeira. Então a sala, fechamos tudo com cobertor. Deixava tudo aqui em casa, para não entrar vento. A noite inteira acordávamos para cuidar pintinho também. Ele fez tudo sozinho, a casa dos pintinhos. Na rua treze (13 de maio) antigamente era tudo fábrica de arroz. Aquela rua treze, agora tem um monte de Igrejas, mas antigamente tinha um monte de fábrica de arroz de japônês. Uma ou duas ainda têm. Comprava,

fazia tudo separado. Pensamento dele (marido), né, e dava para os pintinhos. Levava água no galão de querosene, e assim fez granja. Andava de fazenda em fazenda comprando frango, matava e vendia limpo. Aí a primeira vez que vendeu galinha limpa. Aquela galinha que tira tudo, eu vendia lá na feira. No Japão eu não sei se já tinha, mas em Campo Grande, o primeiro foi ele que fez. Em 1972 eu fui levar à feira para vender, mas ninguém comprava, só japonês mesmo, de Okinawa, mas só isso também não dava para viver. Aí queria mudar para açougue. Mas para mudar para açougue é difícil. Meu marido nunca tinha cortado carne. Foi a primeira vez. Então, açougueiro era assim bom, mas arrumou açougueiro. No mercadão (Mercado Municipal de Campo Grande) mesmo. Box 02. Num mês, vendia toda a carne, faltavam vinte reais. Carne de primeira, carne de segunda, vendia tudo igual. Começou assim, né? Aí depois ele aprendeu um pouco, aí começou a ganhar dinheiro. Vendia para restaurante, bar, tudo assim. Quando começou a falar, aí que começou a vender. Depois que aprendeu, depois de meio ano, vendia bem carne. Aí que começou a ganhar dinheiro. Tinha bastante açougueiro. Japonês tinha um, só que lá não era carne mesmo, era mais porco. Açougue mesmo era só meu marido. 'Você não é açougueiro, não (falavam os amigos), porque açougueiro é bem bandido, tudo brasileiro que vai ser açougueiro'. Eles falavam: 'não pode fazer açougueiro, não'. Falavam assim. Mas precisava, né? Tinha que fazer mesmo assim. Começou a vender, tinha açougue no mercadão, primeiro foi ele. Ele vendia três vacas por dia".

A senhora Sayuri conta que muitos não gostavam de seu marido, por ele vender muito. Então ele dizia que, se quisessem brigar, que viessem:

"Quer brigar, pode brigar. Eu também tenho. Aí ele cobrava peça por peça. Alcatra, uma peça, contrafilé, uma peça. Aí começou a comprar máquina, máquina de moer, ele que comprou. Arrumou, moía para entregar para bar. Depois que ele comprou, aí pessoal comprou. Aí, quando ficou, assim, não rico, mas que já dava para arrumar, aí mudou para cidade. Até lá morávamos no Cascudo. Sempre lá. Aí mudamos pra cá. Aqui mesmo (em sua atual casa). Alugamos, mas não tinha nada, não tinha fogão, não tinha nada. Fogão era só de boca, não tinha forma (forno), não. Não tinha nem cama, não tinha nada, não. Dormia junto com criançada, tudo junto. Nossa casa eram duas famílias. Nossa e outra família brasileira. Aí comprou carro. Primeiro carro que comprou foi ximbica. Depois da ximbica comprou jipe. Depois do jipe é que mudou pra cá. Começou açougue a ganhar dinheiro, aí começou a entrar no clube, dançar. No Nipo, porque o Okinawa (clube) não tinha ainda, era tudo junto.

Depois separou Nipo com Okinawa, né? Teve inauguração aqui, aí meu marido entrou aqui. Aí eu dançava”.

Essa é a história de Sayuri. Em seu discurso, a imigrante conta sobre todo o percurso percorrido para, enfim, se estabelecer em Campo Grande com o marido, que conheceu durante a viagem para esse país. Em sua fala percebemos o desconhecimento dos japoneses sobre as reais condições que encontrariam no Brasil. As “idas e vindas” seguidas, bem como a descrição da chegada a diversos locais desconhecidos e inóspitos. Sayuri descreve toda a história da família, todos os trabalhos desenvolvidos por ela e seu marido. É possível notar que quando o assunto é trabalho, sua fala está sempre voltada para o marido, visto como o provedor da casa. Porém, o papel de Sayuri foi essencial em todos os momentos, sendo ela quem fazia a ponte entre seu marido e os ocidentais. Era ela – e ainda é – quem vendia todos os produtos comercializados (animais, carnes). Atualmente, Sayuri e seu marido produzem *tofu* e o vendem para outros comércios da cidade (supermercados e feirantes), que, por sua vez, revendem seu produto. Novamente é ela quem oferece e leva esse alimento aos diversos locais da cidade. Percebemos como as mulheres japonesas se vêm presas ao espaço privado da casa e da família, enquanto os homens são vistos como pessoas do espaço público, mesmo quando o que ocorre é o oposto.

Assim como explicitado na fala anterior, o senhor Teruo., de 65 anos, expõe sua chegada e, especialmente, a forma como foi recebido pelos imigrantes que aqui já se encontravam. Ele cita a recepção dos membros da Associação Okinawa aos novos companheiros. Em nossa conversa, foi possível perceber que a presença dos japoneses no momento da chegada era vista como um elemento acolhedor a quem aportava. Além do trabalho nas plantações de verduras e legumes, outros tipos de trabalhos também foram desenvolvidos por alguns imigrantes. O senhor Teruo, por exemplo, assim como a maioria, ao chegar em Campo Grande foi trabalhar na lavoura em uma chácara afastada da cidade. Ficou por lá aproximadamente dez anos, tempo suficiente para casar com uma *nissei* e ter seus três filhos. Como não havia possibilidade de educação para as crianças ali, mudou-se com a família para a área urbana da capital. Trabalhou então como taxista por mais dez anos, quando resolveu abrir seu próprio comércio. Com a ajuda dos filhos manteve uma pequena

mercearia. Porém, com o Plano Cruzado não conseguiu manter o negócio. Nesse momento (começo da década de 1990) surgia o movimento *dekassegui*, e ele resolve voltar ao Japão para juntar um dinheiro. Fica por lá seis anos e volta para Campo Grande. Atualmente trabalha na secretaria da Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira. Já o senhor Tadashi dedica-se ao artesanato, cortando madeiras para a fabricação dos *taiko*, instrumento musical originário de Okinawa. Sua grande tristeza, segundo ele, é não haver interessados em aprender a confecção desses artigos musicais. Seu medo é de que o conhecimento sobre esses produtos se perca com o passar do tempo. Entre esses entrevistados, há ainda o senhor Toshio, filho de imigrantes japoneses, mas nascido no Brasil, que trabalhou na roça com a família até os sete anos de idade, quando voltou para Okinawa, onde ficou por quase vinte anos. Ao regressar para o Brasil, dedicou-se ao ensino do *nihongo* para alunos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e do Clube Okinawa.

1.4 O Desejo do Retorno – Contatos com Parentes no *Nihon*, *Dekasseguis* e Visitas Esporádicas

Vai passar dez anos no Brasil, vai ganhar dinheiro, vai voltar com dinheiro, conseguir vida lá.

Como dito anteriormente, havia entre os imigrantes o desejo de retorno ao Japão após o acúmulo de uma quantia de dinheiro que lhes possibilitasse uma vida melhor naquele país.

Com o passar do tempo, o retorno se torna algo mais difícil de ser alcançado. Desse modo, os imigrantes vão criando laços com o país e as cidades que os abrigaram. Aiko retrata a tristeza que ocorria no Japão com a vinda de parte de sua população para o Brasil:

“Então a gente veio aqui, e totalmente diferente. Não é assim, né? Maioria, a gente fica assim, sentida, de antes da guerra. Tem criança, nenenzinho que deixou

com avó. Porque deixa com avó? Porque gente vai ao Brasil, com dez anos vai voltar. Vai voltar rico. Então deixa na terra, deixa com avó no Japão. Deixa lá, dá estudo de lá. Por isso que deixa criança lá. Aí veio para cá e não é fácil. Depois de 30, 40 anos, maioria assim, sonhando em morrer na terra natal. Voltar para terra natal, quer morrer na terra natal, mas não conseguiu. Tudo, todo imigrante pensava. Mas imigrante antes de guerra que sofreu mais. Não sabe falar nada, e deixou criança lá. Aí essa criança sofreu lá. Eles pensavam: meu pai me abandonou. Criança, sentindo assim, pensando. Mas aqui, está com saudade do filho, mas não tem jeito de trazer e não tem jeito de voltar. Sofrimento, né?”.

Esse sonho da volta vai se tornando mais distante, e hoje muitos sequer cogitam voltar ao Japão. Aiko expõe suas considerações sobre o regresso:

“Para voltar para morar, não. Aqui no Brasil é o paraíso. Brasil tem toda a sujeira que tem no mundo. Político, sujeira, ladrão, aqui o sentimento humano. Coração brasileiro é humano. A gente vai para passear, para morar não. Faz quatro anos que eu fui. Antes também fui, mas senti muita diferença daquele tempo. Aqui ainda era obedecer a marido, lá não é assim mais. Se não trabalhar não dá pra comer. Aqui, com 60 anos não precisa trabalhar. Dá para levar. Lá não dá para fazer isso. Por isso que eu acho que aqui no Brasil é melhor”.

Sayuri conta quais eram seus pensamentos ao embarcar para o Brasil e sobre o plano de voltar ao Japão, que nunca se concretizou:

“Meu pensamento era que eu ia voltar. Eu falei: ‘vou ficar dez anos no Brasil e voltar’. Irmã ainda falou: ‘vamos fazer maquiagem’, e eu disse: ‘eu não. Eu não quero fazer maquiagem, não’. Meu marido eu ainda não conhecia. Eu não tinha nada, pensava que vinha só passear. Hora que subi no navio, eu nem chorei. Todo mundo chorou, chorou. Ai, meu pensamento, eu queria ficar, não queria mais ir embora. Eu queria fugir, né?”.

Atualmente, Sayuri não tem mais o desejo de voltar, pois, segundo ela, o Japão mudou muito e a vida lá ficou bastante difícil. Em outra conversa ela diz

também que os japoneses mais tradicionais⁷³ estão no Brasil, e que o país oriental não é mais como antigamente, devido à grande modernização. Outro motivo apontado pela entrevistada que explica seu desejo de permanecer em Campo Grande são as transformações que o Japão tem sofrido há anos. Segundo ela, os japoneses do *Nihon* estão mais mudados do que os imigrantes japoneses no Brasil. Ela afirma que já foi ao seu país de origem a passeio três vezes, mas morar ali não faz mais parte de seus planos, pois lá tudo está muito diferente. Em sua opinião, é preciso ter muito dinheiro para viver na “Terra do Sol Nascente”. Entretanto, segundo Sayuri, os *dekasseguis* que vão para lá trabalhar acabam se acostumando com a vida e os hábitos locais e não voltam mais ao Brasil. Ela diz ainda que mantém contato com sua família no Japão. Inclusive sua irmã, a quem acompanhou no processo de imigração, voltou ao Japão como *dekassegui*⁷⁴. Ela acabou retornando junto com toda a sua família, comprando imóveis e ali se restabelecendo.

A modernidade e a grande mudança de hábitos na vida dos japoneses no *Nihon* é muito citada por grande parte dos imigrantes que se encontram em Campo Grande. Para essa população, é como se os imigrantes no Brasil tivessem “parado no tempo”, mantendo as tradições e hábitos de quando iniciaram suas jornadas na imigração. Assim, todos os costumes, as tradições e a cultura dos japoneses em nosso país parecem ser mais puros do que em seu lugar de origem.

A fala do presidente do Clube Nipo demonstra essa diferenciação que ocorre nos costumes de japoneses nos dois países:

“A minha mãe foi conhecer a minha tia, irmã dela, há cinco anos. A tia ficou no Japão, em Okinawa, e a minha mãe nasceu aqui. Foram se encontrar só depois de sessenta anos. Ela chegando ao Japão, conversando com minha tia, usando um

⁷³ Esse pensamento de que os imigrantes japoneses mantiveram no Brasil uma “cultura mais tradicional” do que a existente no Japão nos dias atuais é muito comum. Muitos *issei* acreditam que, devido aos valores que trouxeram quando imigraram, mantiveram aqui costumes de certa forma “mais puros”, enquanto no *Nihon*, muitas transformações foram feitas ao longo dos últimos cem anos, tornando-o muito “modernizado” e diferente.

⁷⁴ Poucos foram os imigrantes japoneses que regressaram ao seu país. Os que o fizeram após o período denominado “*dekassegui*” foram assim rotulados. Entretanto, acredito que em estudos futuros seja importante analisar qual a real situação de tais casos. Seriam eles novamente trabalhadores em busca de melhores condições de vida ou teriam enfim encontrado uma possibilidade de retornar ao país de origem?

dialeto okinawano que ela aprendeu da minha avó. E ela se comunicando, a minha tia diz que ria, porque diz que era tão bonito ouvir aquele dialeto que eles não ouviam mais lá. Então dá o exemplo de que fica aqui, né? A colônia ficou aqui e o Japão foi se perdendo”.

Desse modo, assim como a colônia japonesa em Campo Grande parece ser mais próxima às tradições nipônicas mais antigas, o sonho de retorno acaba ficando cada vez mais distante. Apesar desse desejo de regressar ao Japão ter existido inicialmente, alguns entrevistados deixaram claro que suas vidas agora estão intimamente ligadas ao Brasil, principalmente a partir do período do pós-guerra, quando o Japão havia sido praticamente destruído e não havia possibilidade de melhores condições de vida na terra natal. O motivo de alguns era o fato de ter nascido no Brasil, outros desejaram se fixar definitivamente aqui por terem construído suas famílias, visto que em muitos casos os casamentos eram realizados entre gerações diferentes de imigrantes e descendentes. Há também a falta de laços consangüíneos como motivo para não retornarem ao Japão. Muitos não têm mais familiares (tios, primos, etc.) vivendo naquele país. Isso torna o Brasil o lugar definitivo de várias famílias.

Essa foi a situação vivida pelo senhor Teruo, que, ao visitar Okinawa na década de 1980, sentiu-se ali um verdadeiro estranho. Seus parentes e amigos já haviam morrido, e quem ainda estava vivo via nele um outro indivíduo, agora ocidentalizado, diferente do que era antes da imigração. No período em que viveu como *dekassegui*, procurava sempre por amigos brasileiros, pois era com esses que mais se identificava – além do fato de ser visto, segundo ele, como “coitado” pelos outros japoneses, já que necessitou voltar como trabalhador estrangeiro em seu próprio país. Segundo ele, os *dekasseguis* eram vistos como miseráveis.

Percebe-se que alguns chegaram a voltar ao *Nihon* como *dekasseguis*, porém, após um período nesse país, voltaram ao Brasil e deram continuidade as suas vidas, pois, para esses migrantes, há mais facilidades em manter um certo padrão de bem-estar aqui do que no Japão, onde são necessários muitos gastos para se viver com certa qualidade.

Em Campo Grande, milhares de famílias possuem pelo menos um membro no Japão como *dekassegui*. São filhos e netos que retornam ao país de seus pais e avós buscando o que seus antepassados queriam no Brasil: melhores condições sócio-econômicas para suas famílias.

Os filhos de Mie estão no Japão. Segundo ela,

“Foram para trabalhar, porque aqui, você sabe que não dá, não dá dinheiro. Para viver no Japão, é muito rigoroso, trabalha igual escravo. Quem trabalha lá, chama dekassegui, a maioria volta doente, com depressão. Aí chega aqui e não sabe utilizar esse dinheiro. Gasta tudo à toa, ou acontece desastre. Esse menino (um dos filhos) faz dez anos que vai e volta, vai e volta. Tem filha que faz um ano e pouco que está pra lá”.

Algumas de suas netas também estiveram no Japão. Foram com os pais quando eram ainda crianças. Em sua estadia naquele país, pouco se adaptaram, reclamavam aos pais sobre as dificuldades encontradas na escola. Uma de suas netas chegou a engravidar e ter seu filho naquele país, mas logo depois voltou ao Brasil, onde cria o mais novo integrante da família.

Segundo o atual Presidente da Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira, a presença dos imigrantes e descendentes de japoneses campo-grandenses no Japão como *dekasseguis* traz problemas tanto para as famílias, principalmente para as crianças, que freqüentemente ficam sem um dos pais (algumas vezes os dois pais vão ao Japão trabalhar, e assim elas são criadas por parentes, como avós), como para a Associação, que vem sofrendo a cada ano com a diminuição de membros ativos:

“Aqui em Campo Grande ainda tem muita gente lá. Tem muita gente e isso é um problema muito sério que a gente tem enfrentado. Isso dá problemas familiares, dos mais graves. Separa famílias, filhos crescendo sem a presença de um dos pais, ou dos pais. Criados pelos avós. Isso dá um problema muito sério, problema social que a gente já enfrenta na Associação. Os diretores são os mesmos que eram há vinte anos. Não tem uma renovação, porque essa faixa dos jovens dos 18 aos 30

anos de idade é a mão-de-obra que está no Japão. E seria essa mão-de-obra que estaria sendo formada pela Associação e iria passando para eles. Ou você tem muitos jovens, crianças, ou mais idosos. Em Campo Grande tem um número muito grande de famílias que têm um, dois, três familiares próximos no Japão. Ainda é muito grande. Se Deus quiser vamos acabar com isso aí”.

A busca por soluções para esse problema fez com que a Associação tomasse a seguinte medida:

“Nós temos aqui um departamento, que é o Departamento Dekassegui ,que é junto com o SEBRAE. Nós estamos fazendo palestras aqui na Associação, várias reuniões, para dar o apoio ao pessoal que vai, para orientar o pessoal que já está lá, e preparando o pessoal para voltar”.

A união entre o Clube Nipo e SEBRAE tem o intuito de minimizar os problemas que surgem com descendentes de japoneses *dekasseguis*, visto que, claramente, quando essas pessoas retornam ao Brasil, conseguem pouco êxito na aplicação do dinheiro que acumularam. A pouca prática em negócios comumente resulta no gasto desse montante sem que haja nenhum retorno, o que leva à necessidade de mais tempo trabalhando no Japão. Forma-se assim, um círculo vicioso, que muitas vezes resulta, devido ao tempo que viveram – e vivem – naquele país, na incapacidade de adaptar-se novamente no modelo ocidental.

Apesar da grande quantidade de pessoas que se dirigem ao *Nihon* exclusivamente para trabalhar, há japoneses e descendentes que rumam até lá para visitar e até mesmo conhecer familiares que ficaram naquele país. O casal Tadashi e Harumi conta como foi uma de suas visitas á terra do sol nascente e suas impressões sobre os japoneses e o lugar:

“Lá no Japão, eu fui em 1988. Como eles bebem!... mas não bebem puro assim não, eles põem dois dedos daquela pinga deles e misturam com água. E ficam bêbados, bêbados. Ficam a noite inteira. Porque é gente do Brasil, amigo, vão lá, ficam conversando e bebendo. Quando é daqui a pouco eles não agüentam mais levantar para ir embora, aí eles têm que chamar a mulher. A mulher que vem de casa buscar o marido. E lá não entra com sapato. Todo sapato fica ali fora, mas não

fica na chuva, tem sempre uma entrada para proteger o sapato das visitas que entram. Vai com um pé de um e o pé de outro colega, de fogo. Aí no outro dia cedo: vim buscar meu sapato, porque um é meu, outro não. Nós ficamos dois meses passeando. Nós fomos para Okinawa, porque ele nasceu lá. Ele nasceu em Osaka, mas foi criado em Okinawa. Agora eu não. Eu nasci no Brasil e fui para passear, ver meu pessoal. E ele também foi ver o pessoal dele. Eu fui conhecer meu sobrinho, que eu nunca tinha visto, nem a minha irmã. Eu não conhecia minha irmã, mas aí conheci meu sobrinho”.

O jovem Massao conta como foi conhecer os avós:

“Foi quando eu fui para lá. A primeira vez que fui eu tinha, foi em 1994. Eles nunca vieram para cá. Fui visitar, só. Fui duas vezes. Em 1994 e 2000. É outra cultura. Andei o Japão inteiro. Fui em Tóquio, Hiroshima, Nagoya. Nossa, a gente estava caminhando e eu lembro que era bem no horário de pico. Seis, sete horas. Era cheio”.

Ao contrário do que os mais velhos pensam sobre o Japão, Massao acredita que a cultura japonesa é mais interessante e tradicional do que a encontrada no Brasil. Ele usa sua família como parâmetro:

“É interessante porque é outro mundo. É totalmente outra cultura. Não é a nossa cultura japonesa-brasileira. Pelo menos da parte da minha família são, entendeu? Tipo, os irmãos da minha mãe, a maioria tirando a minha mãe que mora aqui, a maioria mora perto da casa do meu avô. Vão lá. Visitam-no”.

Nota-se que apesar de não retornarem definitivamente ao Japão, alguns imigrantes visitam freqüentemente o país oriental. O senhor Toshio é um desses. Ele relata que adora ir visitar os diversos amigos e parentes que lá moram, e que, quando está aqui, seu coração permanece do outro lado do mundo. Porém, o mesmo ocorre quando está em um desses períodos de visita. Nessas épocas, fica sonhando em voltar ao Brasil, pois diz que aqui a vida é muito agradável. Segundo

ele, morar na Cidade Morena tem suas vantagens, pois até a vegetação e clima de Campo Grande lembram-no de Okinawa⁷⁵.

Com base nas entrevistas e observações realizadas no período de realização deste trabalho, fica claro que, passados quase cem anos de imigração japonesa para o Brasil, esse grupo de certa forma encontrou aqui a estabilidade que buscava quando deixou seu país de origem. Após estabelecerem famílias, trabalhos e negócios que lhes trouxeram estabilidade financeira, o Brasil se tornou seu lar e “porto-seguro”, fazendo com que o plano de regressarem ao Japão fosse guardado junto às lembranças que possuem do país.

É imprescindível, desse modo, compreender um dos principais motivos que fizeram com que esse grupo se fixasse definitivamente aqui: a família “nipo-brasileira”. Como ela se formou, quais as mudanças que ocorreram nesse período de quase um século, qual a sua composição na situação de imigrantes, e ainda, qual a importância das mulheres orientais na manutenção do núcleo familiar e na transmissão dos costumes, hábitos e cultura nipônica.

Assim, o capítulo seguinte é dedicado exclusivamente a essas questões, primordiais para a compreender a situação em que vivem atualmente essas pessoas e suas relações com o país de origem e suas tradições.

⁷⁵ Grande parte dos imigrantes japoneses originários de Okinawa comentam sobre as semelhanças existentes entre a cidade de Campo Grande e a Ilha japonesa. O clima, a vegetação e as frutas encontradas em ambos os locais são muito semelhantes. Segundo os entrevistados, isso tornou sua adaptação na cidade brasileira muito mais fácil e tranquila.

CAPÍTULO II – A Família Japonesa e a Importância das Mulheres Nipônicas

Entre os estudos sobre imigração japonesa, é dedicada especial atenção à questão da família, principalmente no que se refere ao seu tamanho e composição (SAITO, 1961, p. 61). Portanto, as análises do processo de absorção dos japoneses no Brasil não poderiam deixar de focar a organização da família e o casamento no grupo étnico (VIEIRA, 1973, p. 109).

Na presente pesquisa, foram enfocadas a questão da família de imigrantes e descendentes japoneses especificamente na cidade de Campo Grande, as relações entre gerações – velhos e jovens – e a manutenção das tradições por meio das mulheres mais idosas da colônia – *obasan* – principais transmissoras de suas experiências de vida e dos costumes orientais aos seus descendentes – filhos e netos⁷⁶.

As avós, segundo Leite (2004, p. 37), são não só um elo entre o passado e presente da família, mas também entre o presente e o futuro, através dos netos. As avós carregam todas as inquietações sobre a reprodução das condições de vida familiar para os netos, bem como o seu processo de desenvolvimento na sociedade. Essas preocupações estão presentes, pois são elas que possuem o papel de manutenção do sistema familiar como um todo.

As avós e os pais garantem a sua própria continuidade na criança que chegou. Porém, as avós terão a função de mediadoras entre a criança, a família e a sociedade, à medida que transmitem e reforçam aos netos as tradições e os costumes da família (LEITE, 2004, p. 40).

⁷⁶ A escolha entre tais gerações – avós e netos – se deu devido à necessidade em compreender como são vividos a cultura e os costumes japoneses nesses dois extremos geracionais, levando-se em conta que há, nesse caso, um longo período de tempo em que muitas transformações ocorrem, tanto no grupo imigrante como um todo, quanto na família, especificamente.

A fim de compreender como se dá a relação entre as gerações de famílias japonesas, bem como a transmissão e manutenção das tradições, costumes e cultura nipônicos especificamente na cidade de Campo Grande, faz-se indispensável uma breve explanação sobre a composição das famílias orientais no Japão, e, posteriormente, no Brasil, após o período imigratório que se iniciou em 1908.

2.1 O Sistema Familiar Japonês no País de Origem e no Brasil

Segundo Bennett e Ishino (1963, p. 33, apud VIEIRA, 1973, p. 109), *“através de toda história japonesa, as famílias formaram unidades solidárias com importantes funções econômicas e políticas, bem como social e ritual”*.

Também é comum nas famílias japonesas a subordinação dos interesses individuais aos do grupo. Segundo Vieira (1973, p. 110), as decisões, tais como casamento e educação, entre outras, eram sempre tomadas pelo chefe da família, pois a organização familiar era baseada na descendência patrilinear⁷⁷ e patriarcal. Uma das expressões mais fortes desse padrão dominação-subordinação está nas relações marido-esposa e pai-filhos. A esposa era legalmente considerada incompetente, sendo a autoridade do homem/marido sobre a mulher/esposa, absoluta. Os casamentos dos filhos dependiam do aval paterno, tendo o pai o poder de anulá-los caso já tivessem sido realizados.

“O chefe de família ordenava a força de trabalho familiar e era responsável pela família, devendo ter em vista sempre o interesse desta como grupo, deixando de lado os próprios interesses ou de qualquer outro membro”. (VIEIRA, 1973, p. 111)

⁷⁷ A família nipônica (CARDOSO, 1995, p. 83) é “apresentada como um sistema hierárquico, organizado a partir do princípio de descendência patrilinear, onde o primogênito de sexo masculino tem direito à herança e sucessão”. Porém, segundo a autora, no caso japonês existem freqüentemente desvios desta regra de sucessão.

No caso de morte ou ausência do pai, o poder recai sobre o filho mais velho. A hierarquização é percebida dentro das famílias desde a infância e dividida em 3 princípios, em que o homem é superior à mulher, os mais velhos possuem poder sobre os mais jovens e os nascidos nas famílias aos que vierem de fora.

Devido à obrigatoriedade do filho mais velho em cuidar dos pais idosos, era comum que nas famílias japonesas fossem esses os jovens destinados a estudar nas cidades e a se profissionalizar, visto que, dessa forma, a família poderia usufruir as vantagens que o nível educacional e profissional oferece ao menos a um de seus membros (CARDOSO, 1995, p. 73). Há, no entanto, a possibilidade de outros filhos seguirem adiante com seus estudos, caso demonstrem afinidades e disciplina com a escola.

Conforme citado anteriormente, os japoneses imigraram em famílias formadas especificamente para atender às determinações brasileiras. Segundo Vieira (1973, p. 113), freqüentemente se acentuam as conseqüências negativas dessa exigência, como a artificialidade do grupo – o que, na sua opinião, resultava em certa desorganização. Porém, a motivação básica de sucesso rápido e retorno ao Japão consolidava a solidariedade familiar, pois

”Todos os membros da família dedicavam-se a uma mesma atividade sob direção do chefe da família, mantendo-se, assim, os padrões tradicionais de hierarquia, autoritarismo e a subordinação dos interesses do indivíduo aos da família como um grupo” (VIEIRA, 1973, p. 113).

Pode-se perceber a manutenção, entre os imigrantes e seus descendentes, da orientação coletiva do sistema familiar japonês⁷⁸, reforçada pelas condições de

⁷⁸ Segundo Befu (1962, p. 34, apud CARDOSO, 1995, p. 82) “para interpretar o sistema de parentesco japonês é preciso distinguir claramente entre família como uma unidade de parentesco e como uma unidade corporativa. A primeira concepção acentua a continuidade genética da família, do pai para o filho mais velho, enquanto a última enfatiza a perpetuidade do nome da família e sua ocupação. As duas não se sobrepõem necessariamente, isto é, uma linha de sangue pode continuar mesmo depois que o nome da família e a ocupação mudaram e, do mesmo modo, o nome da família e a ocupação podem ser continuados não pelo filho mais velho, mas por alguma outra pessoa. Propomos aqui que, no sistema familiar japonês, a maior ênfase não é dada à continuidade do sangue, mas à perpetuação da família como um grupo corporativo através de seu nome e ocupação”.

imigração. Porém, nas zonas urbanas, a ordenação da força de trabalho familiar permitirá uma maior dispersão institucional, que leva a um crescente exercício da responsabilidade individual e da tendência à maior independência pessoal, o que terá repercussão na ordenação das relações, enfraquecendo a autoridade do chefe da família e a própria solidariedade.

Segundo Cardoso (1995, p. 71), a tendência à urbanização, presente nos imigrantes de primeira geração, é maior ainda nas gerações seguintes, sendo muito mais determinante na escolha das profissões do que quando estavam vivendo em áreas rurais.

Nas áreas urbanas, o campo de relações sociais de japoneses e seus descendentes não se limita somente ao círculo familiar e ao grupo étnico, tendo dois importantes fatores atuado no processo de transformação dos filhos dos imigrantes: a escola brasileira e o desempenho de novos papéis na sociedade abrangente. Neste momento, as qualidades individuais, e não a posição e as conexões da família, são o que conta. Segundo Vieira (1973, p. 114),

“Novos padrões de relações prevalecem: relações impessoais entre indivíduos que desempenham papéis específicos e relações onde se acentuam os critérios de eficiências e habilidades e não critérios de idade e sexo”.

De acordo com Cardoso (1995, p. 70), o sucesso como agricultores estimulou as famílias de imigrantes japoneses a novos objetivos, transformando-os em proprietários ou despertando-lhes tal aspiração, o que os leva a radicarem-se de vez no Brasil e deixarem de lado o sonho de voltar ao Japão. Há então um novo problema nessa fixação definitiva no país: como educar os filhos *nissei*, que podem, a partir de então, herdar as terras dos pais e dispor de recursos para se profissionalizar.

Aos *nissei* foram dadas condições para conseguir um nível educacional mais alto, que permitisse o exercício de profissões urbanas. Deste modo, a segunda geração estaria dando continuidade ao processo de ascensão social vivido por estas

famílias, cuja meta era, sem dúvida, oferecer um patrimônio e “uma vida melhor” para os filhos.

Ainda segundo Cardoso⁷⁹ (1995, p. 77), existem diferenças entre os imigrantes e seus descendentes na integração e na posição que ocupavam na sociedade abrangente. O imigrante ex-agricultor chegava à cidade como dono de negócio, ou seja, trabalhava por conta própria, enquanto que entre os *nissei*, a maioria era empregada.

2.2 As Mulheres Japonesas

É preciso entender qual o papel das mulheres japonesas na continuidade, e, conseqüentemente, na transmissão das tradições e costumes nipônicos aos descendentes já nascidos no Brasil, ou aos que se dirigiram para este país ainda antes de aprenderem a balbuciar as primeiras palavras.

Para Liza Dalby, antropóloga norte-americana que durante muitos anos estudou a importância das gueixas⁸⁰ no país do Sol Nascente (2003, p. 32), as japonesas estão acostumadas a servir aos homens, o que é considerado absolutamente natural. Ainda segundo a autora, “*o estilo cultural da masculinidade no Japão tende a exigir a subserviência da mulher (...) uma ideologia na qual os homens são a fonte de autoridade*”.

As palavras da autora reforçam a imagem da mulher oriental como submissa aos homens, a princípio aos pais, e, posteriormente, aos maridos, a quem devem obediência e respeito. Ainda hoje é possível ouvir as histórias sobre o fato de, no passado, as mulheres japonesas andarem sempre dois passos atrás de seus cônjuges. Porém, dificilmente encontramos essa situação no Brasil. Imigradas, as mulheres orientais vivem lado a lado com seus companheiros.

⁷⁹ Dados de 1958 recolhidos pela autora para sua pesquisa de doutorado.

⁸⁰ Liza Dalby viveu durante anos no Japão estudando essas mulheres e, em seu trabalho de campo, com sua vivência extensa no país, acabou tornando-se a primeira gueixa ocidental.

É importante ressaltar, entretanto, que apesar de não reproduzirem a relação de submissão existente no Japão de anos atrás, não podemos dizer que a relação entre homens e mulheres seja de iguais. Elas ainda devem respeito a seus maridos, seguindo-os sempre e sem muita autonomia.

Para compreender o papel das imigrantes japonesas na colônia em Campo Grande, é necessário o uso do conceito de relações sociais de gênero⁸¹. Segundo Kosminsky (2004, p. 284),

“A inclusão de gênero como categoria mediadora nos estudos migratórios proporciona ao pesquisador informações sobre as causas, conseqüências e processos da migração internacional, permitindo também uma ampliação da relação entre o local e o global. Quando o gênero é trazido à frente dos estudos migratórios, vários temas podem surgir, entre os quais, como mulheres e homens vivenciam a imigração de forma diferenciada e como este fato interfere no seu assentamento”.

Para Gláucia Assis (2003, p. 32-33), as mulheres vêm a cada ano ganhando maior visibilidade nos estudos migratórios, o que proporciona novas formas de compreensão sobre os papéis de homens e mulheres migrantes, relacionando-se então, as relações de gênero às relações geracionais e familiares. A autora faz uma revisão teórica da inserção dos estudos de gênero nas pesquisas sobre migrações internacionais. Para exemplificar essa questão, cita como a chegada de homens e mulheres era compreendida de forma diferenciada no início do século XIX nos

⁸¹ Segundo Sorj (1999, p. 187), “os Estudos sobre Mulher, Estudos de Gênero ou Relações de Gênero foram as fórmulas encontradas para institucionalizar a reflexão impulsionada pelo diálogo com o feminismo na academia brasileira”, integrando-se à dinâmica da comunidade científica “mediante a obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das ciências sociais”. Segundo Bacelar (2004, p. 246), com o desenvolvimento dos estudos feministas há algumas décadas, mais tarde denominados como estudos de gênero, a mulher finalmente passa à condição de sujeito da história, tendo, a partir de então, voz e participação nas tramas das sociedades e culturas. Porém, segundo o autor, apesar do reconhecimento dado pela academia a esses estudos, em áreas específicas, como as pesquisas sobre imigração, a mulher ainda permanecia como coadjuvante.

Estados Unidos, momento no qual aos homens era perguntado sobre a possibilidade de trabalho, enquanto para as mulheres, as perguntas referiam-se à vida familiar⁸².

Durante longo período, as mulheres também sempre foram vistas como migrantes que apenas acompanhavam seus companheiros ou parentes, não sendo consideradas como mão-de-obra trabalhadora. Sabe-se, porém, que essas imigrantes atuaram – e atuam – juntamente à sua família, não sendo meras coadjuvantes no processo migratório.

Para Célia Sakurai (1993, p. 71), em seu estudo sobre memória de imigrantes japoneses, é clara a idéia de que a mulher japonesa atuou como um importante reforço para a ascensão econômica da família no Brasil, já que, mesmo em momentos importantes, como a chegada dos filhos, as japonesas precisavam enfatizar o traço da cultura nipônica, em que as parturientes, por exemplo, não podiam soltar nenhum tipo de som ou gemido e, ainda assim, logo após o parto, retornavam ao trabalho, reforçando a idéia de sacrifício e de *gambarê*⁸³. Segundo Sakurai (1993, p. 73), nos romances masculinos japoneses percebe-se a constante mobilidade espacial das famílias. No entanto as mulheres apenas acompanhavam seus maridos, obedecendo-os sem discutir e tendo pouquíssima voz.

Segundo Sakurai (1993, p. 68), existiam ainda outros problemas, e

“O sacrifício para enfrentar todas as diferenças era grande. As mulheres se desdobravam para adaptar a alimentação, com ingredientes disponíveis, aos padrões japoneses. Assim, o arroz e o feijão eram comidos em conservas feitas de mamão verde com missô (pasta salgada de soja fermentada) junto com a carne de peixe seca e salgada”.

⁸² Gláucia de Oliveira Assis (2000) cita as fotos retratadas no Museu de Ellis Island, Estados Unidos, onde às mulheres perguntava-se se eram casadas.

⁸³ *Gambarê* significa suportar todas as adversidades sem reclamar. Aceitação resignada do “destino”. É considerado também força e disposição para seguir adiante. Seu sentido no Brasil é traduzido pela necessidade de trabalhar ao máximo para economizar também ao máximo (SAKURAI, C. 1993, p. 52).

Célia Sakurai percebe nas obras analisadas em sua pesquisa que as mulheres japonesas, apesar de não serem retratadas como personagens principais, são centrais no desenvolvimento das trajetórias familiares (1993, p. 92). Essas mulheres são quase sempre apresentadas com características muito comuns, como a obediência ao marido e a exclusiva dedicação à família e ao bem-estar.

“São essas personagens femininas que exercem como ninguém o espírito do gambarê e sofrem mais de perto as agruras das diferenças culturais. Têm que adaptar a alimentação ao gosto da família, cuidam das roupas com os recursos que dispõe, criam os filhos e ainda trabalham na lavoura para ajudar o marido”.
(SAKURAI, C. 1993, p. 93).

A história de Mie, 78 anos, mais uma vez elucida essa situação proposta por Sakurai, em que as mulheres atuam como forte elemento nas famílias de imigrantes japoneses. Originária da ilha de *Kyushu*, com um ano e meio de idade dirigiu-se ao Brasil com sua família, composta pelos pais e dois casais de irmãos, contratados para trabalhar em uma fazenda de café no interior de São Paulo em 1930. Assim como na maioria das famílias de imigrantes nipônicos, trabalharam de graça, a fim de quitar suas dívidas com os fazendeiros. Após dois anos de trabalho não remunerado, fogem para outra região de São Paulo, mas, chegando ao local, são assolados por uma moléstia que já havia atingido outras famílias: a maleita – malária. Após uma de suas irmãs falecer devido à doença, transferem-se novamente para outra cidade, na tentativa de evitar novas mortes.

Com tantas mudanças, o dinheiro diminui consideravelmente e a família vive em situação miserável, sem dinheiro para roupas ou sapatos e economizando o máximo possível para a comida. Somente após dez anos as finanças começam a melhorar e há sobras nas economias. As mulheres, segundo Mie, sempre trabalharam tanto quanto os homens, na lavoura e em casa:

“Vai pra roça junto com o marido. Faz comida. Quando o marido acorda às cinco horas, mulher já levanta às três horas da manhã. Faz comida, tudo, vai junto com marido”.

Dessa forma, com a ajuda de toda a família, a situação econômica foi melhorando. Havia sempre o desejo de estudar, mas, no seu caso, o sonho estava distante, uma vez que teria que andar até dez quilômetros para chegar à escola. Como sempre falavam em japonês em casa, um único irmão teve a oportunidade de freqüentar o colégio, para que pudesse aprender a língua portuguesa. Ele se dirigia à escola a cavalo devido à distancia, e depois ensinava aos demais o que havia aprendido. A alimentação também era um problema, pois era baseada praticamente em bacalhau e salame. Segundo a entrevistada, sua mãe precisava improvisar nas refeições para sanar os desejos da família. Da melhor forma possível, ela mantinha a culinária japonesa mesmo no Brasil.

“Ah, esse costume (comida) não sai, viu? Porque minha mãe me acostumou com comida japonesa. Esse não tem jeito. Eu gosto da comida daqui, macarronada, tudo é gostoso, mas a comida japonesa, essa não sai. Com minha idade não tem como. Esse costume não sai”.

Dessa forma, Mie diz que os produtos orientais fazem parte da alimentação cotidiana sua e de seus filhos e netos, pois é um dos costumes orientais mais impregnados em sua vida no Brasil.

Quando Mie completou 14 anos, sua mãe resolveu ensiná-la a costurar, pois mais cedo ou mais tarde ela iria se casar e teria que coser para seus marido e sogros. Seis anos mais tarde ela se casa com um caminhoneiro *nissei* e, mais uma vez, mudam-se, mas agora com sua nova família, composta pelo casal e seus três filhos.

“Com 20 anos casei com esse meu marido em Tupi Paulista. Depois tive três filhos. Vim pra cá. Ai eu vim pra cá (Campo Grande), porque meu marido era caminhoneiro. Japonês também. Aí, caminhoneiro, coitado, trabalhava, trabalhava e nunca sobrava dinheiro. Mas ele trabalhou com caminhão, coitado! Andava o Brasil inteiro. Mas não ganhava. Só vai, estraga pneu, não sei o quê. Às vezes ele ficava fora um mês, dois meses. Só pra trazer dinheiro. Quando não dava dinheiro, ele não voltou por oito meses. E eu

trabalhando em casa, costurando. Porque eu aprendi a costurar, né. Costurava fora”.

Mie reforça ainda a desconfiança dos vizinhos em relação a seu marido, mas também a sua fidelidade total ao homem com quem se casou:

“Ficou oito meses sem voltar, aí todo mundo fala: ‘ih, seu marido já foi embora’. Não tinha nada, nada, não sei por quê, mas não tinha nada mesmo. Tinha confiança. Se ele vai no mar, na água, no fundo, eu vou estar no fundo também. Eu casei. Casou é assim, antigamente assim, a mulher, o marido está no fogo, a mulher está no fogo também. Quando marido entra na água para afundar, vamos afundar juntos. Não tinha medo”.

Durante a entrevista, Mie deixa claro que não sente saudades do Japão e que se considera uma verdadeira brasileira, tendo sempre desejado morrer no Brasil. Ela disse ainda que o sonho de seu pai de voltar ao Japão nunca se concretizou; no entanto, o desejo de ter uma vida melhor se realizou finalmente com os netos, que podem usufruir as conquistas realizadas pelos bisavós e avós.

A fala da entrevistada demonstra seu papel na família, como a responsável pela educação dos filhos e no apoio incondicional ao marido. A mulher japonesa imigrante mantém, de certa forma, o modelo de mulher-esposa do Japão no Brasil. É aquela que, aparentemente em um papel secundário, garante a estabilidade familiar, seguindo o companheiro nas mudanças, ou ainda, esperando-o em casa, enquanto sustenta o lar e os filhos desenvolvendo as atividades que aprendeu na infância e adolescência, justamente para cumprir o papel de boa esposa.

Esse papel representado pelas mulheres japonesas imigradas no Brasil corresponde, em certa medida, ao papel que as japonesas exercem quando imigradas aos Estados Unidos. Segundo Glenn (1986, p. 03), em seu estudo sobre mulheres imigrantes japonesas naquele país, essas orientais são as mantenedoras da casa e socializadoras das crianças. Elas se esforçavam para preservar suas

tradições culturais, freqüentemente sob cruéis condições, muitas delas forçadamente introduzidas em uma nova forma de trabalho: o trabalho assalariado fora de casa.

“As maintainers of the family they are active in the creation and perpetuation of group culture, and their labor is an important resource in the effort to secure a viable position within the domination society”.
(GLENN, 1986, p. 06).

Logo, pode-se perceber que as mulheres orientais são de fundamental importância para que as futuras gerações dêem continuidade aos costumes de seus antepassados, mesmo que de forma adaptada⁸⁴, dentro das condições que o novo país lhes oferece.

2.3 “Peças de Resistência”: Mulheres Nipônicas e a Manutenção das Tradições

As mulheres japonesas possuem um importante papel na família e no grupo imigrante em geral. Elas são mantenedoras da casa e instrumentos de transmissão dos costumes e das tradições às gerações que nasceram no Brasil. É possível perceber a continuidade das tradições japonesas por meio das avós das mais diversas famílias freqüentadoras da colônia japonesa em Campo Grande. Elas participam como dançarinas nas festas, como no *Bon Odori*, e também como responsáveis na preparação dos pratos culinários comercializados na Feira Central da cidade. As avós, portanto, merecem atenção especial na presente pesquisa, de modo a compreender qual sua real importância dentro do núcleo familiar.

Segundo Eisenstadt (1959, p. 21),

⁸⁴ É preciso ressaltar que transformações culturais são comuns e estão presentes em qualquer sociedade, visto que o conceito de cultura em antropologia é justamente de dinâmica e movimento. Desse modo, é impossível a busca por uma cultura japonesa “imutada”, que não tenha passado por alterações. Laraia é explícita ao dizer em sua obra “Cultura: Um conceito Antropológico” que “cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender essa dinâmica é importante para atenuar o choque entre gerações e evitar comportamentos preconceituosos”.

“As relações de parentesco, assim como as relações familiares, organizam-se como base na distribuição de papéis etariamente heterogênea. (...) os padrões de autoridade e respeito que existem no núcleo familiar estendem-se às relações entre as diversas gerações de parentes”.

No estudo sobre o papel das avós na família italiana, Leite (2004, p. 153) aponta a importância dessas mulheres na socialização dos netos. São, neste caso, valorizadas suas experiências de vida, passadas de geração em geração.

“A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização. (...) Enquanto os pais se entregam às atividades da idade madura, a criança recebe inúmeras noções dos avós, dos empregados (...)”. (BOSI, 1979, p. 31)

Assim, às avós japonesas cabe a tarefa de passar adiante parte dos costumes de seus ancestrais para as novas gerações que nasceram e cresceram no Brasil.

Devido a sua grande participação no Clube Nipo, aos poucos essas mulheres foram se tornando, oficialmente, as verdadeiras “peças de manutenção e resistência” dessas tradições na cidade.

Para melhor compreender o papel dessas mulheres, foram realizadas visitas durante algumas semanas à Academia Gushiken, local onde as *obasan* realizam seus ensaios de dança, a fim de estabelecer certo grau de intimidade que possibilitasse futuras entrevistas⁸⁵.

⁸⁵ Foram realizadas entrevistas abertas, tendo como técnica de coleta de dados a história de vida e as experiências pessoais. Segundo Queiroz (1988, p. 19), “a história de vida (...) se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. (...) através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar”. Foram trabalhados dois grupos de participantes da colônia japonesa em Campo Grande: Mulheres imigrantes ou descendentes acima dos 60 anos de idade que participam de algum dos clubes da cidade e jovens descendentes entre 17 e 20 anos de idade.

Compareci às aulas de dança em que doze alunas ensaiam regularmente, às segundas e quintas-feiras de cada semana, no período das 15:00 as 17:00. Antes de cada ensaio há um momento reservado para um lanche, durante o qual as dançarinas aproveitam para contar as novidades, brincar e contar piadas. São episódios únicos, em que é possível perceber que nos momentos de intimidade há muita descontração – visto que, em ocasiões mais formais, normalmente as orientais são vistas sempre sérias.



Figura 03 – Momento anterior aos ensaios

Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

Após a refeição, elas se dirigem ao local de ensaios, onde dançam por aproximadamente meia hora, ou seja, cinco ou seis músicas diferentes a cada dia. A vestimenta é confortável: cada uma usa suas roupas do dia-a-dia (bermudas ou calças e camisetas), porém, sempre calçando meias – normalmente brancas – pois nas festas dançam descalças.

Para cada coreografia são usados adereços específicos, tais como leques, fitas e cordas, entre outros. As músicas normalmente referem-se a romances, saudades de casa ou de lugares visitados. A *sensei* participa de algumas danças, porém, em outros momentos apenas verifica se os passos estão sendo realizados com precisão, já que eles são, na maior parte das vezes, lentos, com mãos suaves e pernas semi-flexionadas. Seus rostos se mantêm durante quase todo o tempo sérios e serenos.

Ao final de cada ensaio há sempre alguma conversa e alguns risos. Assim, cada uma segue em direção a sua casa. No ano de 2006, excepcionalmente, houve um período de férias, em que as *obasan* não praticaram suas danças, para que cada uma pudesse preparar suas casas para as festas de final de ano com mais calma. Porém, logo no início do ano seguinte retornaram aos ensaios com força total para o planejamento de novas apresentações.



Figura 04 – Momento de ensaio de uma das danças

Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota

É nesse contexto de (re)criação e adaptação que estão inseridas as avós japonesas imigrantes na cidade de Campo Grande. As mulheres mais velhas dessa colônia possuem o importante papel de nutrir em seus filhos e netos o desejo de preservar as tradições de bisavós, tataravôs e antepassados mais longínquos, para que as histórias e experiências de suas vidas não se percam no tempo.

A partir dessas informações, das observações e conversas realizadas com imigrantes e seus descendentes na cidade de Campo Grande, fica claro que as mulheres japonesas, normalmente vistas como secundárias na história das famílias e da imigração, são, na realidade, verdadeiras forças de manutenção⁸⁶ e reprodução da identidade de seu país de origem, mesmo nas situações mais adversas, seja acompanhando o marido no trabalho ou contribuindo na socialização e educação das crianças. As danças apresentadas por essas senhoras, assim como a elaboração das comidas típicas, demonstram seu mérito na construção de uma identidade japonesa que se mantém mesmo após quase um século de imigração. São as “peças de resistência” de uma cultura que se apresenta impregnada na sociedade campo-grandense, tendo como um de seus principais símbolos o *sobá*, uma comida inicialmente consumida às escondidas por esses imigrantes que trabalhavam na feira central da cidade, e que, ao despertar a curiosidade dos clientes, tornou-se o carro-chefe da gastronomia local.

Visto que essas mulheres possuem claramente um papel importante na colônia e na família, nos tópicos seguintes serão abordados dois elementos que considero essencialmente funções femininas. As nipônicas são as responsáveis pela organização familiar e educação de filhos – e muitas vezes dos netos – além de possuir o compromisso social⁸⁷ de, em determinados momentos oficiais, manter as tradições e costumes japoneses na situação de imigrantes em Campo Grande.

⁸⁶ A força das mulheres japonesas é descrita por Glenn (1986), ao desvendar os maus-tratos e injustiças sofridas por elas, além do estado de privação e pobreza em que se encontravam. Porém, apesar dessas adversidades, elas conseguiram suportar tais situações de penúria.

⁸⁷ As mulheres japonesas foram escolhidas como as porta-vozes da cultura japonesa em Campo Grande, visto que possuem o papel de abrir e dirigir o *Bon Odori*. Sua presença – imprescindível na festa – deve-se aos conhecimentos sobre as tradições e costumes orientais, como a dança, que são apresentados nesse evento ao público, composto tanto de descendentes de japoneses quanto de outras origens étnicas.

2.4 Família japonesa – A Educação de Filhos e Netos, o Uso do Idioma Japonês na Família e a Importância das Mulheres Japonesas

Entre as famílias de japoneses imigrantes, a educação dos filhos e, posteriormente, dos netos parece ser função exclusiva das mulheres. São elas que se dedicam aos cuidados das crianças e dos afazeres domésticos. O que os descendentes recebem como informação sobre os costumes, tradições e hábitos japoneses passa inicialmente pelo crivo das orientais. São elas que ensinam o idioma japonês quando acham que esse conhecimento é importante para as novas gerações, que ensinam às filhas – e filhos – qual o preparo correto dos alimentos consumidos em casa e, talvez o mais importante, quais os valores que os jovens carregarão pelo resto de suas vidas.

Hoje aos 64 anos de idade, Aiko conta como foi criar os filhos, todos nascidos no Brasil:

“Eu tive seis filhos. Agora tenho três filhos. Bom, naquele tempo, criança obedecia, não precisa mandar, não precisa nem bronca, quando chega da escola, criança tem que ajudar mamãe, sem reclamar e trabalhava”.

Ela conta que, devido ao trabalho exercido em Campo Grande, o uso do idioma japonês deixou de ser importante, visto que o primordial naquele momento era comunicar-se com os clientes de sua mercearia. Seus filhos, portanto, nunca aprenderam o *Nihongo*:

“Não, por causa do comércio (os filhos não aprenderam japonês), eu que aprendi Português. Aí, meus filhos não falavam japonês. Se começa a falar em japonês, falam: ah, fala Português logo. Não gostam. Aí, quem foi para o Japão, tenho dois filhos que estão no Japão, eles estão aprendendo. Fala bem, igual japonês. Eu deixei mais como brasileiro. Podia fazer isso, mas eu não fiz isso. Tipo, japonês é só estudar, mas mais trabalhou, quer namorar, deixa namorar”.

A criação dos filhos era uma tarefa árdua para famílias que possuíam pouco dinheiro. Muitos precisavam estudar fora, fazendo com que os pais precisassem se desdobrar para sustentá-los.

A imigrante Mie relembra dos tempos em que seu filho mais velho saiu de casa pela primeira vez, em busca de formação escolar, procurando maiores chances de progredir no Brasil.

“Aí eu também casei, com vinte anos casei, com esse meu marido em Tupi Paulista. Depois teve três filhos, né? Mas depois meus filhos cresceram, já cresceram. Depois com vinte anos já casou. Meu filho também estava estudando, né. Ele foi pra São Paulo, estava estudando aqui em Campo Grande, depois ele foi pra São Paulo, né. Aí, coitado, nós não mandávamos nem um centavo de dinheiro. Era o filho mais velho. Não tinha dinheiro pra mandar, né? Não tinha, não sobrava, né? Só pra comer que dava. Aí meu filho estava trabalhando no banco, banco América. Aí ele entrou na faculdade. Trabalhando e estudando. Aí, sabe, ele estudava à noite, de dia ele trabalha, ele mandou dinheirinho pra pai. ‘Pai, esse mês sobrou pouquinho no caminhão, pode gastar o dinheiro’. O meu filho mandou dinheiro. Aí eu falei, ‘não, não vou gastar esse dinheiro. Esse dinheiro do meu filho eu vou guardando pra comprar um lote’. Aí ele mandava dinheiro, aí eu comprei um lote pra ele. Na Vila Ieda. Aqui em Campo Grande”.

Quando solteira, a família de Mie usava diariamente o idioma japonês para se comunicar. Porém, depois de casada, o mais comum era que falassem somente o idioma português. Seus descendentes pouco entendem do *Nihongo*.

Como em boa parte das famílias japonesas em Campo Grande, no grupo familiar do Senhor Teruo o Português também é a língua vigente. Ele afirma que nunca ensinou a seus filhos o idioma japonês, pois eles não deveriam aprender sobre a cultura do pai, e sim aprender a cultura e os costumes do país que o recebera. Segundo ele, cada vez mais crescia sua necessidade de adaptar-se aos moldes ocidentais.

Para a entrevistada Harumi, o fato de não falar o *Nihongo* causa situações inconvenientes. Em determinado momento, quando amigos vindos do Japão visitaram sua casa, sentiu-se incomodada pelo fato de apenas entender o idioma, mas não o falar. Seu depoimento ilustra a situação citada:

“Os amigos trazem a mulher, não entende nada de Português, eu tenho que ficar quietinha, né. Não pode falar nada, porque ela não entende, eu entendo quando ela fala, mas ela não me entende. Aí eu fico assim, pensando: ‘ai, meu Deus, a dona deve estar chateada. Porque não está gostando, porque ela não fala comigo’. Aí eu tenho que explicar, falo pra ele (seu marido) falar pra ela que eu não sei falar Japonês, mas é esse problema!”

Percebe-se que a questão do idioma em determinados momentos afasta-se do âmbito familiar e aproxima-se do social. Membros da colônia japonesa que não falam ou não entendem o idioma de seus ancestrais possuem mais dificuldades de interagir com visitantes do país do sol nascente. Em um município próximo a Campo Grande há uma colônia, de propriedade do famoso soldado japonês conhecido por ser o último a se render na II Guerra Mundial, que recebe turistas o ano todo, a fim de conhecer a personalidade. Os membros desse local, particularmente, possuem o costume de ensinar a seus filhos o *Nihongo* desde a primeira infância, ao contrário do que ocorre na Cidade Morena.

Esse afastamento do idioma nativo em muitos casos se deu pela forma como esse grupo se inseriu na sociedade ocidental. Sayuri conta como foi a educação formal de seus filhos em Campo Grande:

“Filha mulher está aqui. Filho está no Japão. Agora, filho segundo já morreu. Minha filha, quando chegou de chácara aqui ela tinha seis anos. Aí foi estudar aqui do lado. Eu ensinava Português para ela. Até primário eu ensinava, depois é que não deu mais para ensinar. Só falar que é diferente. Conta é igual. Quando eram pequenos, que eu tinha chácara, eu falava só Nihongo. Aí chegou aqui na cidade, eles não sabiam Português. Porque era só família. Depois que chegou aqui e entrou na escola, professora falou para mim: ‘vocês também tem que aprender Português, não use Nihongo em casa. Senão filha não aprende’. Aí que começou, na escola aprende um pouquinho. Mas aí esqueceu o Nihongo também. Fala, mas não é assim

igual antigamente, não. Os netos não. Não falam Nihongo. Pai e mãe também casa separada”.

Pode-se perceber que a geração dos filhos nascidos no Brasil – os *nissei* – teve mais acesso ao ensino do idioma japonês do que as gerações mais jovens. Esses, com idade inferior aos 30 anos, pouco entendem dessa língua⁸⁸.

Segundo alguns desses jovens e adolescentes, a maior influência que receberam de seus pais e avós foi o modelo de educação, que serve de representação para os estereótipos dos japoneses desde a chegada dos primeiros imigrantes até os dias atuais. São os estudantes sérios, os “nerds”.

Alguns depoimentos abaixo ilustram essa situação. Segundo Marcos, 20 anos, coordenador do grupo de *taiko* e estudante de Biologia, seus pais foram exigentes em sua educação como um todo, mas não especificamente na questão do ensino do *Nihongo*. O interesse por essa língua surgiu já na adolescência, quando se aproximou de elementos da cultura japonesa considerados atualmente como “pop”:

“Na educação sim, mas no Nihongo não. Acho que a geração dos meus pais teve educação mais rigorosa. Porque os japoneses, mesmo não tendo uma educação tão rigorosa, os pais se esforçam muito para pelo menos ser uma boa pessoa, sempre estar fazendo a coisa certa. Tradicionalmente, japonês tem uma educação mais rigorosa, o pessoal tem essa imagem, do CDF. O pessoal tem essa imagem, sabe. (...) Na minha família, a gente gosta, particularmente, muito de música. Das tradicionais e das mais modernas, que agora têm bastante, aquele pessoal lá, doidão, roqueiro. A gente gosta muito de música, mais a família da minha mãe, que o pessoal toca. Meu irmão toca bem, e a gente procura saber o significado, daí que vem o interesse em aprender Nihongo. Curtimos mangá, anime, e também aquele J-drama, aqueles seriados japoneses”.

⁸⁸ Nesse caso, é necessário que se faça uma diferenciação entre esses jovens. Há aqueles que participam ativamente de grupos culturais e acabam ficando interessados no aprendizado do idioma (mesmo que efetivamente não se matriculem no curso de línguas), e os que pouco freqüentam as atividades das colônias.

Massao, 20 anos, estudante de administração, filho de uma *issei* e um *nissei*, contou em seu depoimento como é a pressão para ser um filho exemplar:

“Teve uma época em que eu era “nerd” mesmo. Sentava lá na frente, porque meu pai me obrigava a tirar as melhores notas na escola. Eu tinha que ser o melhor aluno. Até porque meu pai é professor e uma parte da minha vida eu estudei no colégio em que ele era diretor. Então, meu pai chegava em mim e falava: o que você representa aqui, representa mais do que a posição de aluno. Qualquer coisa que você fizer aqui, não vão olhar para você, vão olhar para mim. Então eu sempre tinha que tentar não fazer cagada. E tinha pressão. Meu pai me pressionava para estudar.

Essa pressão era só porque você estava no mesmo ambiente que ele, ou você teve uma educação mais japonesa mesmo?

Tive. Da parte da minha mãe, nem tanto. Da parte do meu pai, mesmo. Da parte da educação ele é muito rigoroso. Sistemático. Se tiver alguma coisa fora do lugar ele já não gosta. Ele programa tudo. Tem agenda. Se eu falo para ele: pai, eu vou à casa do meu amigo, ele fala: Que horas você vai voltar? Eu falo que vou voltar meia-noite. Se lá eu decido que vou dormir lá, ele fala: não. O que você tinha programado? O que você tinha me dito? Ele é mais rigoroso (que a mãe). (Ela saiu do Japão) Com uns 20 anos. Ela foi criada lá. O que eu acho bem interessante é que japonês tem aquela coisa de valores e tal. E isso ela tem, com certeza. Toda vez que eu saio de casa ela fala para mim: gambate. E eu falo: gambarê-matsu. Ela fala e eu afirmo. É engraçado porque tem um sentimento. A gente não sabe explicar, mas tem um sentimento. Sentimento de não desapontar, de fazer as coisas certas. De vencer mesmo. Eu tenho. A gente acaba herdando. Minha mãe fala, pela expressão dela, ela não precisa nem explicar o que é. Ela sempre falou que é boa sorte. Mas dá para você entender que é mais que boa sorte. É uma coisa mais forte ainda”.

O depoimento de Massao não é uma exceção. Grande parte dos descendentes de imigrantes japoneses em Campo Grande sofre com as cobranças para ser modelo de filho, estudante, profissional, etc. Nas conversas informais com diversos imigrantes que não constam neste trabalho, fica claro que os filhos carregam não somente os traços faciais e o sobrenome, mas a honra, o caráter da família que será passado adiante. No depoimento de Massao, entretanto, percebe-

se uma grande diferença entre a educação recebida pelo pai e pela mãe. O pai, *nissei*, exige o comportamento exemplar que pode ser notado por todos, com boas notas, cumprimento de horários. Suas atitudes devem ser tomadas sempre pensando na imagem que os outros terão de sua família e dele próprio. A mãe, *issei*, apesar de educá-lo para ser o mesmo filho-modelo, de comportamento exemplar, o faz a partir dos valores e sentimentos japoneses, por meio de palavras que refletem emoções inesquecíveis, e que ficarão guardadas em seu íntimo pra sempre. São essas palavras que refletem tais valores e que o tornarão o verdadeiro “japa”, jovem ligado à honra e costumes japoneses.

A fala da jovem Cláudia, 20 anos, estudante de Ciências Sociais, demonstra a preocupação da família e, principalmente, de sua mãe – que carrega a obrigação em educar os filhos para serem indivíduos honrados – justamente com essa questão da imagem e da opinião alheia:

“Você é sempre podado, não pode falar nada, não pode expressar sua opinião. Você tem sempre que pensar nos outros primeiro, depois em você. Minha mãe sempre pensa nos outros primeiro, e depois em você. Aí você vai crescendo, se ferra, aí entende que não é tão assim”.

O jovem Antônio, 17 anos, estudante de administração, terceira geração de japoneses no Brasil – filho de um *nissei* com uma descendente de italianos – apesar de distante dos costumes e tradições orientais, afirma que ainda carrega um pouco de sua família nipônica:

“Eu acho que a educação de cultura mesmo é pouca. Acho que a cultura está muito ligada com a parte biológica, com a parte hereditária, porque os japoneses são mais fechados né?, por natureza, você consegue perceber isso. Eu acho que essa é a parte da cultura que ele (seu pai) me passou. Da cultura, ou da parte hereditária”.

O caso do estudante de administração Paulo, de 18 anos, filho de um *nissei* com uma ocidental, mostra os conflitos na educação de uma criança mestiça. Resultado dos conflitos existentes entre sua mãe e avós, Paulo e seus irmãos nunca

aprenderam o idioma, mas sofreram com as pressões a que estão sujeitos todos os descendentes:

“A minha avó fala melhor Nihongo do que Português. Mas ela nunca parou, nunca se preocupou em ensinar nada. Nada mesmo. A cultura japonesa, pelo menos os japoneses daqui, seja do Clube Nipo, essa minha tia que é casada com meu tio, ela era sócia do Nipo, ela falou: não, não tem necessidade, porque eu não quero que minha filha cresça junto com esses garotos, conviva com essas pessoas, dando palpites na criação dos seus filhos, dizendo como é que ele tem que ser, que tem que ser o melhor aluno da sala, tem sempre que ser o primeiro lugar em tudo. Então é muito complicado para mim, porque eu sempre passei muito por isso. Eu lembro muito bem da primeira prova que eu fiz na primeira série que era sobre ‘b + a = ba’. Eu tirei sete na prova. Minha irmã tirou dez. Nossa, a família inteira, praticamente, no centro abriram um inquérito pra mim. ‘Como você não sabe isso? Isso é ridículo. Como você não consegue fazer isso?’. Eu me senti humilhado. Tanto que faz muito tempo, mas eu me lembro muito bem daquela cena. Então, sempre teve essa cobrança. E eu nunca fui um gênio. Eu tenho que parar, sentar para estudar, para ir bem em uma prova. E não era sempre que eu estava tendo tempo para isso. Porque quando eu estava na primeira série minha mãe operou das varizes, então ela ficou umas três semanas de cama, porque teve complicações. E meu pai não faz serviço de casa. Minha avó não ia parar para ajudar minha mãe. Eu aprendi a cozinhar nessa época, fazia minha própria comida, comida para casa, limpar casa, ajudava minha mãe a ir ao banheiro”.

Percebemos assim que, apesar de viverem no Brasil há algumas décadas e de, em alguns casos, não falarem o idioma japonês, muitos dos costumes orientais continuam sendo praticados no Brasil, especificamente em Campo Grande – MS. Mesmo distantes já há algumas gerações do *Nihon*, certos jovens possuem o interesse de aproximarem-se da cultura japonesa, formando grupos culturais, participando de festas ou ainda conversando com avós, tias e parentes mais velhos. Desse modo, é importante compreender quais são os elementos conservados na cidade de Campo Grande pela colônia japonesa.

2.5 A Manutenção das Tradições – Costumes, Cultura e Religião

Na fala dos entrevistados, percebe-se que mesmo as gerações mais jovens recebem uma educação, em certa medida, dentro dos moldes mais tradicionais japoneses. Boa parte dessa influência oriental é transmitida pelas mulheres imigrantes ou descendentes, pois são elas as educadoras das crianças – filhos e netos – e mantenedoras da casa e da família.

Assim como a educação passa pelas mãos dessas mulheres, também as tradições e costumes acabam sendo suas responsabilidades. Observando diversas famílias, principalmente constituídas por casamentos inter-étnicos, nota-se que os filhos recebem pouca influência da cultura japonesa quando o pai é descendente. Entretanto, quando a mãe é imigrante ou descendente, comumente os filhos possuem mais intimidade com os hábitos e tradições nipônicos.

Com base nessas observações, o presente sub-capítulo destina-se a compreender quais as tradições japonesas mais comuns persistentes em Campo Grande e quais transformações sofreram após o movimento migratório.

Aiko fala sobre experiência religiosa no Japão e no Brasil, sobre casamento e manutenção das tradições em nosso país:

“Eu não tenho religião. Quando morava no Japão, lá é budista, mas quando eu era criança a gente ia à católica, que também tinha, cantando, porque budista não é divertido, só rezando, rezando. Aqui não faz, não (levar comida aos mortos). Tem pessoas que dizem que fazem em São Paulo, mas aqui não faz. O campo-grandense tem mais costumes brasileiros. Okinawa, mais ainda, pegou mais costume brasileiro. Então, (a nova geração) está virando mais parte brasileira. Nissei, sansei. Antigamente quando japonês casava com brasileiro todo mundo achava feio. Mas agora ninguém fala. Já mudou a cabeça da gente”.

Com todas essas transformações, pergunto à senhora Aiko se, em algum momento de sua vida, desejou que seus filhos e netos fossem mais próximos aos costumes de sua terra natal:

“Gostaria (que fossem mantidas as tradições). Que filho casasse com japonês, mas está no Brasil, fazer o que? Antigamente, primeiro filho tem que cuidar a casa, agora já mudou. No Japão também quase não é assim. Não tem obrigação do primeiro filho. Então, aqui também, mãe que escolhe, quer morar com quem. A gente fala, ah, aquela casa filho não está cuidando, não sei o que... mas, se não combinar com nora, fazer o quê? Primeiro é nora. Agora mudou tudo. Antigamente quando nasce filha, filha fica filha de outro. Tratava assim. Filha é filha, desde que nasceu, gosta. Mas na cabeça, fica filha de outro. Filho é filho da gente, leva sobrenome. Agora, contrário. Agora depende da nora”.

Para Mie, os primeiros anos no Brasil foram difíceis. Vivendo na fazenda, precisaram adaptar o que tinham aos hábitos japoneses. Como veio para o Brasil ainda criança, tudo que aprendeu deve-se a sua mãe: o idioma, a comida e a costura, entre outras coisas.

“Brasileiro ensinava. Tinha só bacalhau. Minha mãe comia só bacalhau. Bacalhau e feijão. Por que será que naqueles tempos tinha tanto bacalhau assim, né? Toda família ganhava um saco de bacalhau. Só bacalhau. E salame, né. Mas salame mesmo nós não comíamos, não. E carne seca”.

Para muitos dos imigrantes, o interesse dos mais jovens em aprender os costumes japoneses se dá pelo desejo (ou necessidade) de ir ao Japão trabalhar como *dekassegui*. Segundo o Senhor Teruo, um dos funcionários do Clube Nipo, a nova geração busca o ensino do idioma, por exemplo, para futuramente trabalhar em *Nihon*.

Um dos elementos intensamente presentes na cultura japonesa em Campo Grande é o *taiko*. A fabricação desses artefatos é extremamente delicada e complexa, mas nessa cidade reside um dos únicos artesãos desses artigos no Brasil. Nesse sentido, fica claro que, quanto às tradições, o senhor Tadashi é um elemento importante na transmissão da cultura e dos costumes japoneses aos mais jovens.

Porém, sua esposa Harumi diz que: “*de japonesa eu só tenho a cara*”. Observando mais de perto, é possível perceber que isso não é totalmente verdade, visto que ela mantém os hábitos alimentares japoneses em sua família, chegando a ensinar a outras pessoas as tradicionais receitas nipônicas. O que se pode perceber é que entre a família é considerado japonês aquele que segue as tradições “ao pé da letra”, não levando em consideração as transformações ocorridas a partir do próprio processo de imigração e, posteriormente, de “adaptação” ao país que os abrigou.

Segundo Harumi, os japoneses ainda possuem alguns hábitos muito peculiares:

“Japonês tem tudo uma mania de falar assim: ah, tudo é a mesma coisa. Mesma coisa não, eu falo pra ele. Não é nada a mesma coisa, é tudo diferente. Pois o nosso vizinho ali da esquina não chegou, ele é de um casal que não tinha filhos, ele pegou um sobrinho para criar. E quando registrou o menino, o menino era pequenininho ainda, foi lá no cartório, passou lá: (perguntou o escrivão) ‘É do sexo masculino ou feminino?’ ‘É’. Ele falou só ‘é’. Pois o moço não ficou como feminino!?. E ele nunca se preocupou, porque era criança, né. Quando ele foi servir o quartel, o moço que estava fazendo toda a ficha falou assim: ‘Mulher não serve o quartel’. Naquela época, né? Agora já está servindo, por causa do colégio militar, tem bastante, né? Eu sei que ele saiu tão bravo, mas tão bravo, falou assim para o pai dele: ‘Por que o senhor pôs que eu era mulher lá no meu documento?’. ‘Por que (respondeu o pai), eu não fiz nada!?’ O pai não entendia, né. ‘Fez sim. Aqui ó’. Mas o pai não sabia ler. ‘Aqui, o senhor pôs feminino’. ‘O que é feminino (perguntou o pai)?’ ‘Feminino é mulher, pai’. Ele o chamava de pai, porque foi criado desde pequeno. Olha, deu o que fazer, viu? Ai ele começou a beber”.

No evento citado por Harumi percebemos a manutenção de um elemento muito comum na família japonesa: a adoção de parentes quando não há a possibilidade de gerar filhos biológicos. Essa prática continuou sendo reproduzida no Brasil entre imigrados, mesmo que em menor escala. Para o senhor Tadashi, marido de Harumi, existem ainda algumas diferenças em relação às tradições entre os jovens do Brasil e do Japão. Ele também fala de religião:

“Jovens mesmo, no Japão coisa antiga ainda continua, essa parte aí continua. Porque lá no Japão, por exemplo, tirar mandato do imperador, aí vira maior bagunça. Aqui no Brasil já é menos, né. No Japão é aquela religião, não é nem budismo, adora os antepassados, mas eles põem as fotografias. Faz parte do budismo mesmo. No católico não tem diversas linhas assim? Budismo também tem”.

Para sua esposa, mesmo no Brasil os imigrantes ainda mantêm alguns costumes religiosos. As transformações ocorreram, segundo ela, a partir da segunda geração.

“Católicos são dos de segunda geração, nissei. Mas o que vieram do Japão, tudo, tudo são mais é budista mesmo. Rezam para os antepassados. Os japoneses do Brasil são muito educados. Qualquer lugar que você vá eles te cumprimentam. Que seja só abaixar a cabeça. No Japão, eles podem te pisar. Em 1998 eu fui para levar esse meu neto, porque já fazia cinco anos que ele não via a mãe. Aí eu levei e fiquei um mês. Aí eu vim embora. Eu não gosto de lá. Acostumada com calor, e lá é um frio... meu sobrinho foi me pegar, porque ele é cheio de conforto, ele é homem, ganha muito bem, minha filha ganhava muito mal”.

Mais uma vez, Harumi demonstra como se estabelecem as relações de gênero no Japão, e que acabam sendo reproduzidas no Brasil: as mulheres orientais ainda possuem posição de inferioridade em relação aos homens, que são mais bem remunerados, mesmo quando exercem as mesmas funções.

A imigrante Sayuri é mais uma peça importante na colônia japonesa em Campo Grande. Professora renomada de dança okinawana, dá aulas em sua casa, na Associação Gushiken de Cultura Okinawana. Ela, que já dançava em Okinawa, conta como foi possível manter essa tradição na cidade após a migração:

“Só dançava. Aprendeu assim. Okinawa eu também já dançava, só que não era aprender para ser professora. Eu gostava de dançar, achava gostoso olhar e aprender. Eu olhava, assim, e aprendia sozinha. Em Okinawa também. Ganhei medalha. No navio também eu dancei, ganhei medalha. Eu ensinava a criançada também. Pessoal da colônia falava assim, S., pessoal daqui dançava também, mas dançava bem gozado, né? Muita gente daqui dançava. Aí chegou de Japão, aí via

que era tudo diferente. Aí falava 'pra ensinar tem que aprender, então tem que passar por concurso'. Ele falou (marido): 'você precisa ir para São Paulo fazer concurso'. Meu cunhado tinha mestre de shamisen, conhecido, aí mestre falou para ir para São Paulo para ser professora. Naquele tempo tinha só um professor. No Brasil inteiro. Eu não conhecia São Paulo e fui sozinha. Quando eu viajei meu cunhado esperou, então eu fui sozinha. Meu cunhado estava esperando lá. Chegamos lá no sábado. Domingo já fui para casa da professora. Professora falou assim, 'se quiser dormir aqui no sofá, pode dormir aqui'. A academia era na casa dela. Aí eu falei: 'qualquer lugar que tem para dormir, não tem problema, qualquer lugar eu fico'. Aí que comecei a aprender a dançar. Uma semana, fiquei lá, aprendendo a dançar. Naquela época eu fui lá, para fazer o concurso, tinha 20 pessoas lá sentadas, todo mundo já tinha terminado. Tinha muitas pessoas. Aí pedi para eu dançar. Aí eu dancei o que aprendi com obasan, chama Hadaku, que é algo assim... bem triste, sabe? Música de marido e mulher, marido vai estudar longe, bem triste. Então, com essa dança que eu ia participar no concurso. Dancei lá, que vergonha! Professora falou: 'nunca vi dançar igual você. Não tem nada para dançar. Não está bom para dançar, sua dança não é dança, não. Até hoje nunca vi dançar como você'. Que vergonha, sabe? Todo mundo olhava. Chorei bastante, viu? Assim que comecei, fazia força para dançar. Dancei um por um, mas 'esquece tudo (falou a sensei). Tudo de novo. Deixa para trás tudo'. Tinha que andar, pensar na música, começou assim. Tinha uma semana para o concurso, pessoal de São Paulo, comigo eram vinte pessoas. Todos os alunos. A sensei pedia cada um que aprendeu: 'ensina para ela', mas ninguém ensinava. 'Porque eu ensino para ela, se ela ganhar eu perco'. Aí eu não pedi para ensinar, não. Eu aprendi sozinha. Professora também, 11 horas da noite até meia noite. Só uma hora de aula. Mas eu olhava assim, para poder aprender. Aí marido de professora perguntou para mim: 'dá para passar?' Perguntou, né? 'Mais ou menos. Bom, não está bom, mais ou menos. Mas se essa dança não está bom, eu posso mudar para outra dança, outra dança mais fácil'. Ele falou 'não, essa está boa'. Aí, quando começou que eu dancei, até professora chorou, sabe? Quando começou a dançar, sábado, domingo já era concurso, nem um pouquinho dava para dormir, pensando. Como que eu vou voltar para Campo Grande? Vergonha, né? Se eu cair, não passar, como vou voltar para campo Grande. Fui para São Paulo, todo mundo de Campo Grande fala. Aí, como que vou mostrar esse rosto? Porque eu vim aqui para aprender a dançar. Então não teve jeito, tive que fazer força. Começava dez horas, chegamos lá seis horas, maquiada, para poder ensaiar. Todo lugar, um pouquinho ensaiava, sabe. Todo mundo ensaiava, não parava. Aí professora me procurou, falaram que eu estava dormindo lá em cima.

Aí professora falou, então deixa dormir. Eu escutava tudo, mas estava cansada, o corpo. Aí, na hora de começar, primeiro, segundo, porque tinha sorteio, aí eu tirei o último lugar, vinte. Ai apresentador falou: ‘Sayuri do Mato Grosso, Campo Grande, venha para cá’. Veio com barco, por isso está em último lugar. Todo mundo dançou, aí em último lugar eu. Dancei, dancei. Aí, depois, primeiro, segundo... Aí que eu tirei primeiro. Eu tirei 9,5, segundo 8,5, assim. Aí quando chamaram Sayuri 9,5, até assustei, né? Chorei, ganhei diploma. Muito obrigada para professora, em uma semana ensinou para mim. Ai, falaram que sensei nunca tinha caído lagrima, primeira vez. Aí, ganhei, tirei diploma, telefonei para Campo Grande, ficaram bem contentes. Aí, amiga, sogra estava bem doente, nem falava direito, mas bem doente, ela falou: ‘ontem concurso teve dança bem bonita, parece passarinho que está voando. Quem foi que tirou esse primeiro lugar?’ Então acho que obasan viu minha imaginação, parece. Aí na segunda vez, teve homem e mulher também. Aí aprendi dança de homem e dança de mulher. Eu sabia essa dança, mas era diferente né?’

Sayuri conta que há diferenças entre as danças próprias para homens e mulheres:

“Homem é assim e mulher é mais assim (mostra com gestos que os passos para as mulheres são mais leves e para homens mais pesados). Homem, rosto também é bem fechado. Então, corpo inteiro doía. Aí aprendi a dança dos homens. Na segunda vez foram quinze pessoas. Aí, entre essas quinze pessoas, de novo eu tirei primeiro lugar. E quem tinha tirado em segundo ficou em segundo de novo. Sempre assim. Aí diziam que eu era nascida para a dança. Aí, depois de cinco anos, diploma de sensei. Aí manda diploma de Okinawa. Manda fita para Okinawa, mestre olha, aí que manda diploma. Eu ensinava em casa. Aí, quando tinha festa no clube, aí levava criançada. Minha filha também, desde os oito anos ela também dançava. Só filha, filhos não. Homem não gosta muito de dançar. Japão também é assim. Agora maioria de homens não dança também. Agora São Paulo tem homem, assim, mas é pouca gente. Uma ou duas pessoas aprenderam a dançar. Agora criança pequena dança tudo, homem, mulher. Então, mulher, menina, tudo junto dança”.

A imigrante fala ainda sobre religião e as diferenças existentes entre a prática de algumas das tradições religiosas japonesas no Brasil e no Japão:

“Aqui no Brasil não faz (altar), mas em Okinawa ainda faz. Faz em casa, tem oratório em casa. Agora, finados daqui não faz. Leva para altar para antepassados comer, e depois de uma hora nós pegamos aquela comida e vamos comer. Assim, eu e ele (marido) ainda fazemos, mas quando nós morrermos, eles (netos) não vão fazer. Meu marido fez capela em cemitério. Porque capela todo mundo vai. Agora sansei, nissei, isso vai acabar mesmo”.

O senhor Toshio relembra essa questão da religião, e cita como eram realizados os rituais enquanto esteve no Japão.

“Ah, religião era o budismo, que veio da China. Vai para cemitério. Aqui finados vai para cemitério visitar, lá é ao contrario, tem em casa (altar)”. Aqui o pessoal joga fora”.

Entre os jovens entrevistados, a manutenção dessa prática religiosa depende do desejo dos mais velhos, como pais, avós, tios e tias, sendo eles os reprodutores desse costume aprendido com os antepassados imigrantes. Porém, como as mudanças são inevitáveis, há sempre uma adaptação, realizada a partir do que cada família julga necessário ou possível. As falas dos jovens entrevistados refletem tal situação:

“Então, lá em casa tem o altar dos meus avós que já morreram, mas só quem cuida é meu tio, põe incenso, comida”.

O jovem Marcos, 20 anos, *sansei*, coordenador do grupo de *taiko*, comenta sobre essa situação em sua família:

“Meu avô tinha aquele altar, e aí passa para o filho mais velho, que, no caso, era meu pai. Mas aí meu avô não quis, ele quis que fosse enterrado junto com ele. Porque ele achava que às vezes incomoda. Ele achou que seria desnecessário. Eu acho importante ter sempre esse respeito, mas acho que o altar é pouco simbólico, é uma coisa que é legal ter dentro de você esse sentimento. Se você se sente assim, não tem problema. Mas eu acho legal, eu respeito as pessoas que ainda têm em casa. Mas meu avô quis, vontade dele. Sou católico, não praticante (risos). Eu crismei, mas eu participava de um colégio que era salesiano (Dom Bosco). Nós sempre fomos

católicos, mas minha mãe nunca cobrou. Acho interessantes as religiões orientais. Acho que elas passam ensinamentos legais. Mas para fazer parte, acho que não faria. Não sou muito religioso”.

Durante nossa conversa, perguntei ao jovem se haveria a possibilidade, ou se gostaria de montar novamente esse altar religioso, haja vista que é muito ligado à cultura japonesa. Ele afirma que não, pois hoje não haveria mais sentido. Porém, reforça em sua fala uma condição cultural japonesa comum em quase todas as famílias: é sempre o filho mais velho quem carrega as responsabilidades familiares.

“Tem, mas não tem mais sentido de montar agora, porque tem que ter os nomes de todos os avós, é uma coisa que vai passando assim. Se fosse para continuar, que fosse aquele. Eu também não sou o mais velho. Não caberia a mim”.

O jovem Antônio, de 17 anos, mestiço, comenta sobre o uso do altar por seus avós e sobre sua impressão sobre esse elemento da cultura japonesa:

“A minha avó japonesa tem tipo um armarinho. Ela cultuava o armarinho e de vez em quando ela colocava umas comidas. E também de vez em quando eu ia à casa de uns parentes japoneses que eu tenho, e eu sei que eles prestavam homenagem às pessoas mortas com comida. Porque eles acham que a pessoa vai comer. Eu acho que ela já perdeu o armarinho, porque a casa dela está em reforma agora. Mas era meio macabro. Então o armarinho sumiu, mas ela fala bastante em Jesus, então acho que ela acredita no católico. Eu não sei da cultura. Da cultura eu não sei, entendeu? Meu pai é católico, mas nunca foi de ir à Igreja. Para casar ele fez um curso. Assinou um negócio lá e pagou. Eu não entendi direito. Achei meio antiético. Eu tive mais iniciação católica, mas nunca fui de ir à Igreja”.

Para o jovem Massao, uma tradição que não pode faltar em sua família é o *mochigumê*, alimento consumido na virada do ano novo:

“Minha avó (paterna) faz e manda para todos os filhos, nem que seja por sedex. Se algum parente não pode ir (para a casa da avó) ela manda pelo outro. O mochigumê, que eles falam. Se a gente não vai para São Paulo, meu tio traz para a gente. Come com sopa. Com missoshiro”.

A jovem Cláudia, 21 anos, afirma que recebeu muitas características importantes da cultura japonesa em sua educação. Ela compara essa influência em sua família, de modo geral, a sua vida particular:

“Na família em geral, a influência ficou só mesmo na culinária. Já na minha vida em particular, exerceu grande influência. Gosto muito da música japonesa, da comida, da cultura”.

Cláudia comenta ainda sobre o afastamento, cada vez maior entre os jovens descendentes, da cultura oriental:

“As gerações mais novas estão cada vez mais inseridas no padrão de comportamento dos jovens brasileiros, deixando de lado os costumes e as tradições japonesas. Na verdade, o que difere um jovem descendente de japoneses de um brasileiro são apenas os olhos puxados mesmo, porque de resto... Meu avô sempre se reunia com os amigos para tocar sanshin”.

A jovem *nissei* expõe outras características de sua família, como religião, que no Brasil foram adaptadas aos moldes ocidentais:

“Minha mãe é espírita. Eu não tenho religião, e não sei qual a religião dos meus avós. Tem (o altar), mas ela não segue. Com relação ao templozinho, ela segue certinho, mas filosofia de vida, eles não seguem o budismo”.

Pergunto à jovem se ela, visto que possui grandes laços com a cultura japonesa, mantém os hábitos religiosos de sua mãe e avó:

“Não. É só minha avó. Minha tia também faz”.

Ela afirma ainda que, apesar desses elos, a prática religiosa não é um dos elementos a que pretende dar continuidade. No futuro possivelmente não possuirá os mesmos hábitos de suas antepassadas. Pergunto, então, de acordo com sua experiência familiar, quem considera mais importante na transmissão dessas tradições aos mais jovens, e como ele acha que serão futuramente os costumes:

“As mulheres (são mais importantes), porque os homens não estão nem aí. Meus tios não estão nem aí. A tendência é padronizar. Acho que não vai ter mais. Eu vou procurar manter, mas lembrando sempre de sua origem. Mas acho que a tendência geral é...”

A jovem Ana, 19 anos, mestiça – pai *issei*, mãe descendente de italianos – estudante de biologia, comenta sobre o sincretismo religioso em sua família.

“Meu pai é budista, mas ele vai em Igreja católica, ele reza também. Minha mãe é católica. Mas lá em casa é meio misturado. Sabe aquele negocinho de budista, hotokusan, tem aquilo lá. Vai à Igreja católica. É meio misturado. Meu pai coloca todo dia o incenso. Minha obasan colocava comida todo dia, mas a gente não coloca comida todo dia não”.

Percebe-se que seu pai, *issei*, adaptou-se aos costumes e necessidades ocidentais, porém sua avó, também *issei*, manteve-se fiel à prática religiosa, mesmo imigrada. Assim como Cláudia, Ana também acredita que as mulheres sejam o principal elemento de transmissão da cultura japonesa em Campo Grande:

“Eu acho que as mulheres (mantêm mais as tradições). Pelo que eu vejo, na colônia, todas as danças tradicionais, características, quem faz são as mulheres. Homem não faz nada. Não apresenta nada. Faz um teatrinho, mas geralmente são as mulheres que fazem mais coisas, lá na colônia de Jamic pelo menos. Aqui em Campo Grande também, mais as mulheres. Só no karaokê mesmo (que os homens participam)”.

Ana comenta ainda a necessidade de valorizar alguns traços da cultura japonesa. Para a estudante, não há preocupação em ressaltar tais características, mas ela se mantém sempre próxima aos costumes e hábitos nipônicos:

“Não (ressalto), mas algumas coisas eu gosto, eu acho interessante, aí eu quero aprender, mas não para aparecer, assim. Eu queria muito aprender a falar, sabe? Mas eu estou vendo que isso só quando eu for para o Japão mesmo, porque aí não tem jeito. Eu pretendo (ir ao Japão), pelo menos para ir passear, trabalhar,

quem sabe. Fazer um estágio lá, uma coisa assim. Mas eu queria aprender mais, eu sei ler assim, mas kanji é muito difícil. Tem muita coisa para eu aprender”.

Segundo a jovem, essa vontade em aprender cada vez mais sobre a cultura de seu pai e seus antepassados surgiu durante a infância, quando era obrigada a freqüentar a colônia. Posteriormente, a obrigação tornou-se uma opção, e hoje freqüenta as aulas de *Nihongo* e as festas, entre outros, por vontade própria.

“Porque, desde criança, quando a gente é criança é obrigado, né? Você tem que aprender. Mas depois você cresce, é legal você saber. Eu não consigo ler um jornal japonês até hoje. Não dá para ler. É muito difícil. Tem muito kanji no meio. Você lê um pedacinho, travou, já. Eu não se... eu tenho vontade de aprender”.

Ana também cita a alegria dos mais velhos ao perceber que os jovens, mesmo que em pequeno número, ainda se mantêm próximos à cultura japonesa:

“(...) geralmente, quando a gente dança uma dança antiga, os velhinhos ficam tão contentes... as senhoras ficam tão felizes, querem que a gente use aquelas roupas, todas certinhas, a gente morre de calor aqui no Brasil usando aquilo lá, mas eu acho que elas ficam tão felizes de ver. Quando os meninos dançam, eles também ficam tão felizes de ver. Eles gostam”.

Sobre o futuro da cultura nipônica em Campo Grande, Ana é enfática ao afirmar que ela tende a acabar. Sobre a possibilidade de ter filhos e ensiná-los sobre as tradições de seus antepassados, diz o seguinte:

“A cultura? Eu acho que é como qualquer outra cultura, vai acabando. As pessoas não ligam mais, daí vai perdendo a identidade. Eu pretendo ensinar, colocar numa escola japonesa, alguma coisa, mas não no Jamic, porque no Jamic também já deu. Mas não quero que eles sejam daqueles xenofobistas. Não sei como vai ser. Eu quero que eles aprendam se tiverem vontade, porque eu lembro como eu sofri, sendo obrigada a ir para a escola de japonês num sábado à tarde. O único dia que eu tinha livre, criança, estudando a semana inteira, aí no sábado tem aula. Aí eu comecei a fazer amigos, comecei a brincar, mas no começo era ruim”.

A partir dessas informações e depoimentos, percebe-se que a população de jovens descendentes de japoneses em Campo Grande recebe de seus pais e parentes mais velhos – freqüentemente mães e avós, e algumas vezes também das tias – características culturais japonesas em diferentes níveis. Mesmo os membros dessa geração mais nova, considerados mais “afastados” da colônia nipônica, demonstram possuir algum elo com seus antepassados no momento em que participam de determinados eventos sociais de origem japonesa.

É importante conhecer a relação dos japoneses e seus descendentes com a colônia⁸⁹ em Campo Grande. O intuito é o de compreender qual a relação dos descendentes de japoneses com os grupos culturais, sua ligação com essas colônias e sua participação nas festas (mais especificamente o *Bon Odori*, que será retratado mais profundamente no capítulo seguinte).

2.6 Participação na Colônia nos Grupos Culturais e nas Festas

Um dos enfoques deste trabalho é o de conhecer qual o relacionamento existente atualmente entre os japoneses e seus descendentes com a colônia. Os primeiros imigrantes a chegar a Campo Grande possuíam, aparentemente, maior vínculo com as associações, mas o elo se quebrou a partir gerações seguintes⁹⁰.

Diz a senhora Aiko:

“Meus filhos não estão participando. Eu participo, mas meus filhos, parece que não gostam de ficar no grupo japonês. Eu sinto falta. Queria ser como... todos os meus amigos falam que os filhos casaram com japonês, não sei o quê. Eu fico triste, mas fazer o que, né? De vez em quando eu vou (ao Bon Odori), mas o

⁸⁹ Segundo o presidente do Clube Nipo, há entre os jovens o questionamento sobre a existência dos três principais clubes na cidade: Clube Nipo, Clube Okinawa e Associação Campo-Grandense de Beisebol. Atualmente existe a discussão entre as diretorias das três entidades para tentar encontrar uma resposta para esse problema.

⁹⁰ É preciso ressaltar a influência negativa que o Período Nacionalista impôs aos imigrantes japoneses nas décadas de 1930 e 1940.

peessoal está reclamando, né? Aquilo virou bagunça, aquela rapaziada entrou, virou carnaval. Bon Odori é para antepassados, fazer festa para antepassados. Então, virou um carnaval. Para japonês, aquela é festa para antepassados, então não quer fazer bagunça. De vez em quando eu danço. Tomara que conserte um pouco, porque Bon Odori é dos japoneses”.

Ela comenta ainda sobre a participação dos homens no *Bon Odori* realizado no Japão, comparando-o com o realizado aqui:

“Homem também dança, mas japonês não gosta de dançar, tem vergonha, eu acho. Lá no Japão tem mais homem que dança. Aqui está meio brasileiro, homens nascidos aqui sentem vergonha, eu acho”.

O caso da senhora Mie é interessante. Sua neta adotiva participa da colônia tanto quanto os outros. Mesmo não sendo biologicamente japonesa, percebe-se que ela se sente uma oriental, o que poderia não ocorrer, devido a sua origem⁹¹. Abaixo, nosso diálogo sobre as festas e a colônia:

Neta – *“Ah, eu vou ao Undokai”.*

Você fala japonês?

- *“Só algumas coisas”.*

Senhora Mie – *“Ela é filha adotiva”.*

Mas ela aprendeu os costumes com vocês?

- *“Comida, ela come tudo”.*

O casal Harumi e Tadashi é freqüentador assíduo do clube Okinawa de Campo Grande, estão presentes em boa parte dos eventos realizados pela colônia. A senhora Harumi, em nosso encontro, contou sobre sua ida ao Festival de Okinawa (SP), que, segundo ela, estava lotado, com participantes do país inteiro. Detalhista, quando conversamos sobre a colônia de Campo Grande, ela mencionou passagens sobre o pós-guerra na cidade, afirmando que aqui também existiram muitos conflitos

⁹¹ Esse caso demonstra como a questão da identidade étnica está mais relacionada ao sentimento de pertencimento do que à origem genética dos indivíduos.

entre vitoristas e derrotistas. Contou também que o Clube Okinawa se separou do Nipo, pois houve uma briga entre duas famílias, uma “*naichi*” e outra okinawana, na década de 1960. Lembrou também que o Clube Okinawa completou, no ano de 2006, 40 anos de criação. Segundo o casal, também houve conflitos entre os japoneses e os militares no pós-guerra. O Senhor Tadashi diz que conseguiu guardar muitos livros japoneses escondendo-os dos policiais. Ele relata, emocionado, que ainda possui apostilas da faculdade Wazedada guardadas em sua casa.

Em alguns casos, o afastamento da colônia se dá pela falta de clubes nas cidades para onde os descendentes se mudam. É o caso da filha da senhora Sayuri:

“Não, porque na cidade dela não tem, tem bastante japonês, mas clube assim não tem. Mas irmão dela está aprendendo judô. Está aprendendo Nihongo também, ele liga bastante, perguntando como fala ‘esquerda’, ‘direita’. Eu falo para ele. Tinha prova de judô, parece. Ele queria saber o que era esquerda e direita. Bon Odori, Okinawa mesmo não tem. Bon Odori só naichi. Aqui no Brasil é que não tem nada disso. Aqui não tem nada. Mas em Okinawa, pessoal não dança Bon Odori. Agora, aqui virou carnaval. Eu mesmo, no Japão nunca vi Bon odori. Aqui eu já fui duas ou três vezes. Mas é muita bagunça. Muito barulho. Eu não gosto muito do Bon Odori. Pessoal daqui gosta. Todo mundo vai dançar”.

A senhora Sayuri relata que não está de acordo com a realização do *Bon Odori* em Campo Grande, pois aqui a maioria dos imigrantes é okinawana, e essa festa é considerada “*naichi*”. Além disso, vê na festividade apenas um evento social, e não religioso, comparando-o a um “carnaval”.

Outro entrevistado, o senhor Toshio, conta que a relação dos dois clubes (Nipo e Okinawa) é boa. Não há problemas entre ambos. Pergunto, então, quem pode ser membro do clube. Ele informa que na maioria dos casos os membros são okinawanos, mas que qualquer um pode se associar. Compara a associação ao clube de gaúchos da cidade. Ao ser questionado sobre se os não-okinawanos podem fazer parte do clube, ele diz que sim, pois a relação atualmente é boa, principalmente para quem é de segunda geração.

Sobre a realização do *Bon Odori*, ele comenta:

“É, mas aqui o pessoal faz no dia que quer. Às vezes chove, né? Nós vamos lá ver. Lá vende cerveja, né!”. Mas (vamos) mais como um divertimento. Aqui só as obasan que dançam. Os homens aqui não gostam. Mas é bom”.

A respeito da participação do Clube Okinawa na organização do *Bon Odori*, ele diz: *“Qualquer evento nós ajudamos. Na comemoração dos cinquenta anos da imigração..., você já viu fotografia?”.*

Perguntei ao Senhor Toshio quando havia sido fundado, afinal, o clube Okinawa, pois no outro Clube da cidade a data não conferia com a encontrada em um livro: *“Ah! Com a segunda guerra? Não é que surgiu, brigou lá okinawanos”.* Questionado sobre se em Okinawa há *Bon Odori*, ele afirma que sim: *“Tem. Chama-se Eisá. É a mesma coisa. Dia 16 de julho no calendário oriental”.*

No relato do senhor Toshio percebe-se que ainda há um certo descontentamento com a forma como as atividades são desenvolvidas (nota-se isso em relação à data da festa *Bon Odori*, por exemplo), porém, segundo o presidente do Clube Nipo, o relacionamento dos dois Clubes atualmente é muito bom:

“Excelente. Se eu te falar que eu sou amigo do presidente da Associação Okinawa, não estou usando de má fé, nem de eufemismo. Nem de jogar confete. Eu realmente sou amigo dele, da família dele, ele é amigo da minha família. Então, não tem nenhum problema. Nós discutimos abertamente as coisas. Para o dia 26 de agosto nós recebemos da prefeitura um convite, a Associação Nipo, a Associação Okinawa recebeu outro convite. Nós nos reunimos para definir, para fazermos um desfile da colônia japonesa. Sentamos, conversamos, decidimos. Nipo, Okinawa e Associação de beisebol. Como uma unidade nipo-brasileira. Isso é o que tem que ser feito”.

Atualmente, é relativamente baixo o número de jovens participando de grupos culturais japoneses. Curiosamente, há a participação de ocidentais nesses grupos. São descendentes de imigrantes que buscam conhecer um pouco mais sobre as raízes de seus antepassados, suas tradições e cultura. É a partir da participação que

esses adolescentes e jovens buscam conhecer o idioma, muitas vezes não ensinado por seus pais e avós, o que os leva a se relacionarem cada vez mais com outros descendentes.

O jovem Marcos, coordenador do grupo de *Taiko* “*Ryukyu Koku Matsuri Daiko Brasil*” relata informações sobre o grupo e sua participação na Festa do *Bon Odori*:

“Tem ano que o pessoal tem apresentação, quer dizer, a gente está treinando assim, com esse grupo Matsuri desde julho, mais ou menos, do ano passado. Então, no Bon Odori a gente ainda está começando. Então, quando a gente fazia parte do Okinawa às vezes teve apresentação”.

Durante nossa conversa, lembrei de uma apresentação do grupo de *taiko* no *Bon Odori* ocorrida há três ou quatro anos, e da festa do ano retrasado, que contou com apresentação de *J-rock*.

“É. Teve essa festinha depois (cara de quem não gostou). Não, a gente gosta. Mas a festa em si estava ruim. O Bon Odori perdeu o sentido real. Ficou, realmente, ficou mais um símbolo de festividade e menos de Obon. O pessoal perdeu esse sentimento de memória aos mortos. Então, ficou assim. Misturou né. O pessoal não sabe o sentido real. Acho que seria interessante comentar, ser explicado nos intervalos. O sentido das músicas”.

Questiono se um dos motivos seria a intensa participação de ocidentais a cada ano:

“Hummm. Não. Eles animam bastante a festa. Isso é fato. Eu não acho isso um problema, desde que eles entendam o sentido real da festa”.

Cito o fato de muitos japoneses e descendentes também desconhecerem o real significado da festa:

“É. Agora ficou difícil tirar o significado, né? Porque o Bon Odori ficou uma marca registrada de festividade”.

Mas a prefeitura também influencia na festa? Na data da realização?

“É verdade. Eles estão seguindo esse calendário da cidade, para também dar aquele marketing. E como é uma data boa para o pessoal ir, ficou meio comercial. Mas isso é bom para o clube sabe, que estava meio falido, a meu ver. Não fazia mais carnaval à noite, deu para ver que caiu o número de festas. Antes eles faziam festas e traziam bandas. Então acredito que o Bon Odori seja o maior evento que o clube sedie. O Bon Odori e o Undokai. Financeiramente, eu acredito que seja muito bom. Porque chama muita gente, e eu acredito que isso seja necessário para o clube se manter em pé. Porque se for depender só de mensalidade... Sou sócio só do Nipo porque meus pais são”.

E essas músicas que vocês usam no taiko são antigas ou novas?

“Eu não sei dizer. Algumas são antigas, muitas foram regravadas. A gente tem algumas só no sanshin e voz, que é o estilo Eisá (tradicional). Outras foram regravadas, modernizadas”.

E vocês vão fazer alguma coisa para o centenário?

“O grupo foi convidado para se apresentar. Vai ser lá no sambódromo (SP), uma apresentação de cinco minutos na frente do imperador. Vai ter desfile e cada entidade convidada vai ter direito de levar 500 pessoas. Aqui esse ano vai ter o Brasileirão, campeonato brasileiro de karaokê”.

E o Bon Odori? Vocês participam da organização da festa?

“É o Nipo mesmo, a parte de estrutura, tem o seinen-kai, o grupo de jovens do Nipo. Eles ajudavam. Na parte braçal, a gente que ia ajudar. Mas para montar a estrutura tem um pessoal que é contratado. Mas a parte de enfeites é tudo pessoal do departamento, mesmo. É dividido, pessoal que faz comida, as barracas são divididas entre os departamentos. Não sei como funciona direito, mas acho que cada departamento pega uma barraca. E é só o Nipo mesmo que cuida disso e cada departamento ajuda do jeito que pode”.

Mas há patrocínio?

“Acho que é a mesma que patrocina a feira. Não sei se tem alguma ligação. Mas tem. Eles sempre penduram no Bon Odori. Eu mesmo já ajudei a pendurar cartazes de patrocínio. Tem político que sempre ajuda. Óticas, entre outros”.

E a prefeitura?

“Não sei dizer, mas provavelmente. Porque agora está virando uma festa a nível de Campo Grande. Tem boa divulgação agora. Naturalmente a prefeitura deve ajudar, sim”.

Você acredita que a festa deveria ser mais voltada para o tradicional?

“Acho que se mudar alguma coisa na festa vai ser ruim para o clube, financeiramente, e para movimentar. Para o povo saber que o clube sedia esse evento. E o Bon Odori em particular é muito importante para isso. A única coisa que deveria mudar é lembrar o verdadeiro sentido, sabe? E, não sei se você reparou, mas agora tem muitas músicas contemporâneas que eles tocam nos intervalos. Que é o que chamam de matsuri dance, que é dança de festividade. Londrina sedia um evento só de matsuri dance e é tão cheio quanto o Bon Odori. Tem muitas músicas diferentes, e que aqui a gente está aprendendo. Eles fazem um evento só com essas músicas, separado do Bon Odori. E aumentar o número de eventos que o clube pode fazer. Acho que poderia deixar o Bon Odori ali, e explicar o sentido dele. Na medida em que nosso grupo for crescendo, é que não é muito grande ainda, a gente quer se esforçar para sediar um evento desses, para trazer mais diversidade. Alguma coisa diferente”.

Na fala do jovem Marcos percebe-se a preocupação com a manutenção das raízes japonesas através da realização de certas práticas culturais – como o *taiko* e a própria Festa do *Bon Odori* – ao mesmo tempo em que é feita uma crítica ao formato que essas atividades vêm tomando. Ele acata as necessidades dos Clubes e também do grupo japonês atual, que não procuram por uma festividade tradicional, mas simplesmente por algo que os ligue ao país de origem.

Entre os jovens entrevistados, todos freqüentam a Festa do *Bon Odori*, mas poucos são sócios efetivos dos Clubes. Para eles, a participação nessa festividade é um bom momento para encontrar com amigos e parentes, e até mesmo para mostrar um pouco da cultura japonesa aos ocidentais:

“Eu não participo (dos Clubes), mas não é que eu não ache importante. É importante, mas é um negócio meio contraditório. Eu não quero participar mesmo, porque tem gente que fica lá direto, ajuda a organizar os eventos. Eu não. Agora, que é importante, é. Até mesmo para mostrar como é a cultura nossa. O Bon Odori mesmo, o pessoal vai lá e elogia. Chega elogiando para mim, só porque eu sou descendente de japonês, e tal. Falam: ‘é bonito, as danças’. Aí começam a se interessar. Nesse sentido é interessante, mas eu não ajudo. Eu gosto de vir ao Bon Odori primeiro porque eu gosto de vir com meus primos e encontro muitos colegas, mas não só japoneses, descendentes. E, tipo, é a única festa que eu gosto mesmo, que eu faço questão de estar por dentro e tal”.

Ao contrário do *Bon Odori*, o *Undokai* é freqüentado apenas por sócios dos Clubes, japoneses e descendentes, que realmente participam da colônia japonesa em Campo Grande. Entretanto, a festa é dedicada às crianças e, quando jovens, os garotos não se consideram mais aptos a freqüentar gincanas e brincadeiras, param de participar do evento, afastam-se dos Clubes e passam a visitar apenas o *Bon Odori*.

São raros os casos como o de Cláudia, que se dedica à cultura japonesa rotineiramente. A jovem desde pequena toca *shamisen*, participa de concursos de karaokê e no ano de 2007 participou do concurso *Miss Nikkey*.

“Freqüento a AECNB e o Okinawa. Participo mais do Bon Odori. No Undokai só vou para assistir, mesmo. Levei muito tombo! Traumatizei. Participo do shamisen, karaokê e dança okinawana. Do shamisen dei uma parada, mas no karaokê eu ainda continuo. Em julho teve o Brasileirão. Pelo menos para mim foi muito importante (a participação na colônia), porque fez com que eu me enturmasse, porque eu era muito quieta quando criança. Muito mesmo. Pior do que agora. Aí, com o karaokê, com essas coisas que eu fui me enturmando, me soltando mais. Minha mãe já participava, ia ao carnaval, ao Undokai, Bon Odori. Mas, depois de

certo tempo, ela parou de freqüentar. Aí eu que quis. Falei: ‘ah mãe, me leva lá, tem karaokê’. Eu ouvi esses dias um menino falando, ele é de Pereira Barreto, e ele diz que prefere o Bon Odori de lá porque é mais tradicional. Porque aqui o pessoal já estava fazendo festa, literalmente. Perdendo um pouco as tradições. Já estão colocando músicas pop. Já está perdendo. Porque ele diz que lá é tudo bonitinho, mais músicas paradinhas”.

Por que você gosta de ir?

“Acho que porque agente conhece – conhece não – vê amigos de mil novecentos e bolinha, que a gente não via mais. Acho que o legal é a reunião, mesmo. As obasan dançando, acho que não pode faltar. Porque às vezes a gente está dançando e as empurra para o lado, mas acho que elas são importantes de estarem ali, porque além delas treinarem o ano todo para dançar naquele dia, eu acho característico. Eu acho que tinha que ter só o Bon Odori oficial mesmo, e, além disso, eu acho que tinha que ter mais de uma vez por ano. Umas duas vezes por ano estaria bom, porque aí não precisaria ter essas da Igreja. Eu acho ruim porque às vezes as pessoas se esquecem que é festa de imigração japonesa e pensam que é festa de boate. Brasileiro geralmente vai pensando que é assim. Que é música funk, sabe? Acho chato isso. Ou gente tirando sarro. Tem gente que avacalha, ficam rindo das velhinhas dançando”.

Você acha que isso se deve mais à participação de brasileiros?

“Não. Eu acho que essa avacalhação é consequência. Quando reúne um monte de gente, não adianta. Mas não acho que deveria cortar. Eu acho que as pessoas deveriam respeitar mais. Tem mistura tanto da participação, quanto das músicas, que já tem mais um popzinho. Eu acho que tiraria as músicas pop, deixaria mais as músicas tradicionais”.

Assim como Cláudia, a jovem Ana também participa da colônia japonesa desde criança, mas por pressão de seu pai. Já na infância começou a aprender *Nihongo* e um pouco mais tarde começou a participar de um grupo de dança. Ana é a única entrevistada que faz parte de uma colônia fora de Campo Grande. Ela

pertence à Jamic⁹², localizada no município de Terenos, considerada uma colônia mais tradicionalista. O *Bon Odori* realizado por esse grupo inicia-se com uma missa proferida em *Nihongo*, incensos são acessos para os antepassados, e só em seguida as danças são iniciadas, porém não em ritmo de festa, como ocorre em Campo Grande. Em Jamic, o ritual aparentemente possui um tom mais solene.

“Eu faço parte da colônia japonesa lá do Jamic, então eu fiz Nihongo desde criança. Então eu conheço todo mundo de lá. Mas não falo muito bem, não. Eu entendo algumas coisas, consigo ler, escrever, mas falar, não falo muito bem não”.

Por que vocês foram para essa colônia e não para outra aqui na cidade?

“Porque meu pai trabalha na fazenda do Hirono Ono. Como é próxima da colônia, a gente fez parte, vai aos eventos. Eu freqüentava bastante o Nipo, mas esse ano eu parei de fazer tudo lá. Não estou fazendo mais nada. Eu fiz dança. Fiz Yosakoi. Fiz junto com seu irmão. É o pop-jam. Taiko eu nunca fiz. Fiz karatê”.

Mas era dança de Okinawa?

“Não. Essa dança, tem no Japão inteiro, tem festival. Chama Yosakoi Soran. Tem várias modalidades. É uma dança mais jovem. É tipo um Bon Odori. Não, no Bon Odori agora tem algumas coisas. Mais ou menos. Faz um festival tão grande como o Bon Odori. Tem velhos que dançam. Porque a primeira pessoa que eu conheci foi um amigo do meu pai, um senhor, que mandou lá do Japão e achou muito legal. E é uma dança que fala da história dos pescadores. Então acho que é de pessoas mais velhas. Eu tenho um vídeo que tem um monte de velhinhos cantando”.

Qual é a importância da colônia para você? Você sente falta quando não vai?

⁹² O nome oficial da Colônia Jamic é Várzea Alegre, porém, como foi criada pela Estatal Jamic (hoje JICA), acabou sendo conhecida por esse nome. Localiza-se em Terenos, a 50 km de Campo Grande. A criação da colônia Jamic foi considerada uma imigração planejada no pós-guerra, pois terrenos seriam vendidos aos imigrantes que aqui chegassem a partir de 1957. Porém, não houve sucesso nessa investida. Atualmente ainda existem famílias em Jamic, que há algumas décadas traziam seus filhos para estudarem em Campo Grande. Eles ficavam alojados na “Casa do Estudante Jamic”.

“Eu sinto, porque tudo é junto lá. Olha só, esse ano eu parei de fazer Nihongo-gaku, daí eu perdi muita coisa, eu não vejo mais meus amigos que eu via lá, porque eu via só final de semana, na aula. Teve apresentação, eu não participei porque eu não estava mais na aula, não estava freqüentando mais nada. Eu senti falta, sim. Meu irmão está indo. Eu acho que vou voltar. Porque é ruim”.

Você se sente bem sendo parte, membro da colônia?

“Sinto. Eu gosto de participar, porque eu gosto de aprender coisas novas. O que eu mais gosto é de dança. Então eu adorava fazer dança lá no Nipo. Só que acabou, não sei se vai voltar. Eu acho legal participar das coisas. É bom que você conhece bastante gente”.

Você sempre participa das festas, como *Bon Odori* e *Undokai*?

“Nossa, eu adoro. O Undokai eu não gosto tanto, porque é mais para criança. Ma o Bon Odori, nossa, eu gosto muito. Eu sempre fui. Vou todo ano, danço todas as músicas. Eu adoro. Ainda mais que agora não são só aquelas músicas antigas, que as obasan dançam bem devagarzinho. Tem vários tipos de músicas, então eu acho que está bem legal”.

Você acredita que melhorou?

“Ah, com certeza, porque agora os jovens dançam mais, porque senão fica todo mundo parado, só olhando para as obasan que dançam. Agora você vê, não tem obasan que dança, quase, porque o pessoal quer as músicas mais rápidas. Está até difícil de acompanhar (risos). É... tem umas músicas que quando você pega, já acabou, de tão rápido”.

E você sabe o significado da festa?

“Mais ou menos, porque já ouvi tanta coisa... é uma comemoração aos mortos não é? Lá em Jamic, no Bon Odori de lá, minha família vai, daqui vou só eu e meu irmão. Ela (mãe) vai só para comer, às vezes nem quer ir”.

O Jamic segue a data do calendário japonês?

“Não, aqui geralmente é em agosto, lá é em setembro. É porque o calendário de lá, tem as reuniões de Fujin-kai, reunião de não sei o que, aí vai deixando de lado, quando vê, já foi”.

Lá vão muitas pessoas, ou só os membros da colônia?

“Não, é só o pessoal da colônia mesmo. Fecha um pouquinho né, não é como aqui, que vai todo mundo. Lá é mais fechado, vai só o pessoal da colônia, mesmo”.

Aqui é mais para se divertir?

“É. Aqui não tem a missa. Lá tem um Boosan, reza a missa e tal. É engraçado, né? Cultura japonesa, tem uma tem uma missa, depois tem uma festa que todo mundo come. É muito estranho (risos). Se você quiser, eu te levo esse ano. Só que lá não é animado que nem o daqui. Porque também são poucas pessoas, o pessoal que tem lá não quer mais dançar, as pessoas mais velhas estão mais cansadas. É bem diferente do daqui. Aqui é uma festa grande da colônia”.

Lá eles seguem mais à risca?

“É. Tem missa, tudo. Lá em Jamic toda festa é assim. Comida não é vendida, porque os associados todo mês pagam uma taxa, então, quando tem um evento, já está pago tudo. Aqui é tudo vendido. Vem gente de fora, não tem como, né? Lá é mais fechadinho, é só o pessoal de lá, mesmo. Lá em Jamic sempre tem pessoal de fora, algum amigo que vai. É porque Boosan, quando reza, ninguém entende. É o padre. Tipo padre. Ele reza de um jeito que nem japonês, meu pai fala que ele não entende. Ele fala meio cantando”.

Essa Igreja Sagrado Coração de Jesus...

“É uma Igreja normal, mas o público é japonês”.

Mas não é assim?

“Não, eu já assisti missa lá, é normal. Mas é que tem muita gente de cultura japonesa. Que nem na Holliness. É uma Igreja evangélica, mas tem muito japonês. Na sheicho-no-iê tem o seinen-kai. Mas o seinen-kai acabou. Iam tão poucas pessoas, eu ia mais quando tinha dança. Girava mais torno da dança sabe. Mas aí muita gente parou de fazer as coisas”.

Mas o Nipo passava por uma fase ruim?

“Então... eu estudava lá, fazia karatê, fazia tanta coisa, conhecia tanta gente, era bem movimentado. Mas deu um tempo parei de ir lá. O pessoal também não vai. Todo mundo resolveu parar. Teve uma época que teve uma febre que todo mundo jogava tênis de mesa, era cheio. Virou modinha. Mas depois parou”.

O que não pode faltar no *Bon Odori*?

“As danças! Eu mesma todo ano tenho que aprender de novo porque eu sempre esqueço. Aí, se não são as obasan para lembrar a gente...”

Há alguma coisa que você acha que é ruim na festa?

“Não, acho que não. Nada”.

E o que você acha da participação dos brasileiros?

“Eu acho super legal que as pessoas gostem. A gente adora. Eu acho tão legal quando minhas amigas aprendem a cantar... Eu acho legal”.

Percebe-se das observações realizadas com o trabalho de campo e analisando as falas dos entrevistados que, entre os membros colônia japonesa de Campo Grande, há maior participação dos idosos, seja em reuniões, eventos ou em atividades, como o *gatebol* – e mais ainda entre as mulheres, visto que elas constantemente fazem também aulas de danças.

Entre os jovens, a participação diminuiu consideravelmente (no grupo de *taiko* são aproximadamente 20 membros). O *seinen-kai* do Clube Nipo foi desfeito devido à falta de frequentadores. Há um segundo grupo de *taiko* do clube Okinawa (de cujo desmembramento surgiu o *Ryukyu Taiko*, citado anteriormente), porém não obtive dados sobre o número real de participantes, pois os membros costumam ser inconstantes, não permanecendo ativos por muito tempo.

Assim, a partir dos dados encontrados sobre a participação de japoneses e descendentes nas festividades nipônicas na cidade de Campo Grande, no capítulo seguinte a presente pesquisa abordará especificamente a realização anual de uma festa nipônica que tem por objetivo inicial⁹³ elevar as almas de antepassados, bem como reforçar a identidade étnica do grupo na cidade. Nessa festividade, as avós são as principais personalidades, atuando como dançarinas e mostrando um pouco da cultura nipônica. Adiante, o trabalho tratará ainda das adaptações culinárias realizadas pelo grupo de imigrantes nipônicos no *Bon Odori* e na cidade de Campo Grande, o que conferiu a um de seus pratos o título de patrimônio cultural da cidade no ano de 2006.

⁹³ Trato como objetivo inicial, pois com o passar do tempo a festa recebeu outra configuração, sobre a qual tratarei mais adiante.

CAPÍTULO III – *Bon Odori* e *Sobá* – Elementos Diacríticos da Cultura Japonesa em Campo Grande

Campo Grande possui dois elementos diacríticos da cultura japonesa que – muito conhecidos e apreciados pela população local – representam essa coletividade na sociedade ocidental. O *Bon Odori* é visto pelos campo-grandenses como uma ilustração dos costumes e raízes nipônicos na cidade. É possível perceber que essa festa, de certo modo, dá visibilidade ao grupo de imigrantes japoneses enquanto etnia, reforçando sua identidade enquanto tal. O que até a década de 1990 era um evento restrito aos membros da colônia nipônica e desconhecido pelos ocidentais tomou forma grandiosa na entrada do século XXI, momento em que moradores da cidade, pertencentes aos mais diversos grupos étnicos e sócio-econômicos, começaram a freqüentar o festival. É a partir desse período que a celebração é apropriada pelo município e incluída no calendário de comemorações do aniversário da cidade. A festa, que anteriormente era realizada no mês de julho, é então adiada para meados de agosto, quando vários eventos são organizados pela prefeitura municipal como forma de parabenizar a Cidade Morena. Como consequência dessa apropriação, a cada ano aumenta o número de participantes no local, principalmente entre ocidentais.

“Acho que o primeiro passo foi a gente integrar a comunidade dentro de uma festa importante. Optou-se por uma festa grande dentro da comunidade, que seria o Bon Odori. A segunda coisa foi a caracterização dos rapis, que deu uma identidade visual para aqueles que estavam participando do Bon Odori. Terceiro foi a participação dos universitários. Teve uma época que realmente começou-se a chamar os universitários, e cada um chama sua turma, que chama outra turma. E no ano seguinte já começaram a procurar as pessoas, como é que é, quando é que tem. Eles começaram a ligar direto para a Associação e hoje eles estão aí, telefonam, sabem. E a comunicação, Internet, já espalha. E outra coisa, também, é que a partir de que se colocou o Bon Odori como uma festa participante do calendário oficial do aniversário de Campo Grande. (Presidente da Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande)”.

A inclusão da festa no calendário de festividades do município, além de alterar a data do *Bon Odori*, engessa o calendário de outras possíveis festas das outras colônias. Segundo o presidente do Nipo, “*as próprias associações não marcam outra coisa, esperam primeiro o calendário da Associação Nipo*”. Essa iniciativa, segundo ele, partiu dos dois lados, município e clube: “*A gente sabia que existia um calendário da prefeitura e eles também lembraram que tinha uma festa importante*”.

Desse modo, o ponto principal da festa é a dança conduzida pelas *obasan*. Desde o início dessa festividade em Campo Grande, são elas as personagens principais deste evento. O presidente da Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira explica como se deu a inclusão dessas mulheres no *Bon Odori*:

“Desde o início do Bon Odori, tinha que ter alguém ensinando a dança. Sabendo danças e querendo ensinar. Quem fazia isso eram as professoras. Tinham as professoras de dança japonesa, dança tradicional e que assumiram também o papel de professoras de Bon Odori. São danças repetitivas, os passos repetitivos, são fáceis da pessoa visualizar e começar a dançar. E sempre teve um grupo de senhoras, voluntárias, que trabalham em prol da Associação e as professoras. Então juntou essas professoras com o grupo de senhoras, que também ensaiavam, e daí começaram a participar do Bon Odori. E todos os anos começaram a visualizar nelas as professoras, que sabiam as danças. Sabiam cantar e sabiam dançar. E ensinavam, tinham paciência e se miravam naquele exemplo. Então, desde que começou, as senhoras começam a puxar a primeira volta, as senhoras dançando e o pessoal atrás, e depois, como diz, soltam a boiada. E aí todo mundo entra na brincadeira. Então elas têm um papel fundamental, já em função disso. E com o passar dos anos foram aumentando o número de senhoras participantes. Os homens participam em menor escala da própria vida da Associação. Na maioria das vezes vêm para acompanhar a esposa. Então, nós temos o departamento de Fujin-kai, que é o departamento das senhoras. É um departamento grande. E as senhoras estão aí sempre fazendo os trabalhos que envolvem cozinha, preparo de sushi, sashimi, então elas estão sempre fazendo as coisas. E os maridos vêm acompanhar e acabam ajudando. Nos departamentos as mulheres têm uma participação muito ativa. Elas têm uma noção melhor sobre dança, participam mais, gostam mais da vida no

Clube. A presença delas é fundamental mesmo no Bon Odori. Desde o início sempre foi assim. Elas têm a dianteira de aprender, ensinar, antigamente elas vinham com o Kimono mesmo, sempre produzidas, depois foi feito aquele rapi da Associação e começou a utilizar isso aí. Ficou como marca registrada da Associação. Aquele rapi azulzinho, com os dizeres de Campo Grande, do Nipo, e aquilo ficou como emblema”.

A participação dos homens sempre foi pequena. Durante as danças, eles nunca aparecem, com exceção dos jovens que participam após o término da “dança oficial” das *obasan*. Segundo o presidente do Nipo, isso reflete a participação dos homens não só na festa, mas na vida da colônia. Os homens japoneses apenas acompanham suas esposas, que freqüentemente estão nos clubes, nos encontros e nas reuniões:

“Eles não se prontificam, dançam um pouquinho, mas não se sobressaem. Quando começa o Bon Odori as senhoras já ficam esperando o toque de início para elas começarem a dançar. Elas sabem, vocês podem dançar, mas o Bon Odori foi feito para nós”.

Outra questão importante em relação ao *Bon Odori* em Campo Grande é o fato de, na cidade, haver maior número de imigrantes da ilha de Okinawa e, mesmo assim, ter sido justamente essa a festividade escolhida como representação cultural da colônia japonesa para mostrar aos ocidentais. Essa escolha se deu, segundo o atual residente do Clube Nipo, devido à característica do Clube:

“Se você tem a Associação Okinawa, você tem a incumbência de preservar a cultura do Estado de Okinawa. E a Associação Nipo tem a função de manter as manifestações culturais de todo o Japão. Então, uma maneira de fazer o conagraçamento de todos, de todas as províncias, seria buscar uma forma que o pessoal pudesse participar, ficar junto, discutir, de dançar, se vestir, e lembrando da parte japonesa, mas não buscando rivalidades, ou posição geográfica diferente, de buscar o lado espiritual da coisa. Acho que isso foi uma coisa que amarrou bem dentro da comunidade”.

Essa opção pelo *Bon Odori* foi bem aceita por todos, segundo ele, ao dizer que:

“Se houve algum tipo de discussão anterior, até na criação da Associação Okinawa, hoje nós estamos fazendo justamente o caminho inverso. Sempre que possível a gente participa do Okinawa, eles participam daqui. A gente trata a manifestação do Bon Odori como uma manifestação da comunidade Nipo-Brasileira. Você veja, no nosso concurso nacional da canção japonesa, que foi recente, eu queria que fosse feita uma abertura, que tivesse um conagraçamento das coisas daqui. Então foi feita uma mistura do taiko, com a dança do yosakoi. Então, deu uma mistura muito boa. O pessoal ficou emocionadíssimo. Então, para nós não tem essa diferença, essa distinção, essa preocupação. Ah, é uma festa mais japonesa do que okinawana, ou mais okinawana do que japonesa. Para nós é assim, são associações diferentes, que possuem funções diferentes, mas que no fundo é tudo preservação da cultura japonesa. Para nós isso é o mais importante”.

Assim como a festa, o *sobá*, prato culinário característico da colônia japonesa campo-grandense, é altamente admirado e consumido na cidade, tanto por descendentes de imigrantes orientais quanto pela sociedade ocidental como um todo. Símbolo do grupo japonês, no ano de 2006 tornou-se patrimônio cultural tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O alimento, pouco conhecido em outros lugares do Brasil, representa as peculiaridades do grupo japonês em Campo Grande, visto que, originário da ilha de Okinawa, representa a convivência “amistosa”⁹⁴ entre imigrantes originários dos diversos locais do Japão.

O *sobá* foi inicialmente comercializado em Campo Grande em 1966, na Feira Central de Campo Grande, quando dois irmãos – Hiroshi e Tsiyoshin Katsuren – decidiram vendê-lo a outros feirantes nipônicos. No início, o prato era consumido escondido, atrás das cortinas das barracas, pois os japoneses tinham vergonha da forma com que comiam (usando *hashi* e sugando o macarrão e o caldo). Porém, as cortinas não foram suficientes para esconder o consumo desse alimento, e logo a curiosidade dos campo-grandenses obrigou a família a vender o *sobá* a toda a

⁹⁴ Uso as aspas para citar essa relação, pois, apesar de vários membros pertencentes à colônia japonesa em Campo Grande afirmarem que não existem atualmente preconceitos ou animosidades entre okinawanos e não-okinawanos, pode-se perceber em algumas falas que ainda há resquícios de diferenciação entre os dois grupos, o que leva a uma relação distinta entre ambos.

população. O *Okinawa Sobá* dá então lugar ao *Sobá* de Campo Grande. Esse saboroso alimento é comercializado em quase todos os restaurantes da cidade (mesmo os que não são especializados em comida oriental), sendo considerado tão emblemático quanto o famoso *sushi*. Desde a década de 1980 a filha do senhor Tsiyoshin, Takako Katsuren Guenka, é o símbolo do *Sobá* em Campo Grande, tornando-se personalidade importante na cidade e no mundo. Ela é conhecida como a “*Obasan do Sobá*”.

Por meio da imagem da *obasan* Takako, vemos a importância das mulheres nipônicas na representação da cultura japonesa em Campo Grande. Apesar de esse prato ter sido inicialmente produzido por seu pai e seu tio, é ela a representante e ícone das tradições nipônicas na cidade.



Foto 05: *Obasan* Takako preparando *sobá* na Feira Central de Campo Grande

Fonte: Nádia F. Luna Kubota

Desse modo, os sub-capítulos a seguir tratam detalhadamente da Festa do *Bon Odori* em Campo Grande, desde a criação de sua lenda até sua realização na cidade em dois anos seguidos. Posteriormente, os assuntos abordados serão o famoso *sobá*, sua importância na cidade de Morena – visto que a comida é um importante elemento de continuidade nas tradições e costumes culturais – e ainda a participação de idosos e jovens nos clubes e grupos culturais de Campo Grande.

3.1 *Bon Odori* - A Lenda

Segundo a lenda⁹⁵, um monge zen chamado *Mokuen* se destacava dos outros por sua forte visão transcendental. Ao se concentrar, seu espírito podia tanto viajar por mundos desconhecidos como ter a visão do que acontecia em qualquer dimensão.

Após a morte de sua mãe, ele resolveu usar seu poder para saber em que plano astral estava seu espírito. *Mokuen* imaginou que ela estivesse no Nirvana (100º Plano Astral), devido a sua bondade, mas ela renascera no 20º Plano Astral, na dimensão dos espíritos famintos, conhecida como *Gaki*. Ao ver sua mãe na situação de penúria, *Mokuen* levou comida para ela. Porém, cada vez que ele se dirigia àquele plano para alimentá-la a comida se transformava em fogo e queimava sua boca. *Mokuen*, então, orou demoradamente, pedindo a Buda que ajudasse a aliviar a dor e o sofrimento de sua mãe. Buda o aconselhou a, no dia 15 de Julho, manter todos os monges de sua localidade enclausurados dentro de um grande mosteiro, para que eles ficassem ao menos um dia sem pisar nos pequenos insetos e flores. No dia combinado, *Mokuen* preparou um banquete em homenagem à sua mãe e trancou todos os monges no local. Foi feita tanta comida que os monges passaram o dia todo comendo, bebendo e cantando, e ninguém se lembrou de sair do mosteiro. Ao fim do dia o espírito de sua mãe apareceu transformado em um ser do 6º Plano Astral. Ela estava tão iluminada e leve que chegava a flutuar. Ao ver sua

⁹⁵ SETO, C. Disponível em: < www.nippobrasil.com.br/2.semanal.lendas/153.shtml > Acesso em: 25 ago. 2005.

mãe iluminada e flutuando como um *chochin* (espécie de balão ou lanterna de papel japonesa) ao vento, *Mokuen* começou a dançar de alegria. Os monges, que estavam muito alegres, seguiram-no, acabando por formar uma grande roda, simbolizando o círculo da felicidade. Assim surgiu o *Bon Odori*, como dança que faz homenagem ao espírito de pessoas falecidas.



Figura 06– XXII Festa do *Bon Odori* em Campo Grande

Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

3.2 *Bon Odori* em Campo Grande

A dança é parte fundamental das comemorações no Japão e nas colônias japonesas no Brasil. Ela surgiu na Antigüidade⁹⁶ como um elemento da cerimônia

⁹⁶Disponível em:

<www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/tanabata/i14principal.asp?pagina=/scultura/tanabata/i14danças.htm> Acesso em: 10 ago. 2005.

religiosa e se desenvolveu no decorrer dos séculos, em íntima relação com vários gêneros de artes vocais e teatrais. Tradicionalmente, tem-se dividido a dança em *mai* (caracterizada por uma contida qualidade cerimonial) e *odori* (mais folclórico e com movimentos mais extrovertidos)⁹⁷.

A dança clássica japonesa busca estabelecer e confirmar contato com a natureza. Seus movimentos tendem à flexão dos quadris e membros inferiores, tornando o corpo mais baixo, impressão ainda reforçada pelos pés, que se arrastam e pisam forte no chão. É uma dança com passos intensivos, cujo ideal técnico é expressar a beleza da idade avançada. Há na dança japonesa um código moral de respeito e cortesia, assim como uma prática que assume a forma de "caminho" ou doutrina.

Segundo a *sensei* de danças de Okinawa em Campo Grande, as dançarinas precisam se esforçar para aprender passo por passo as coreografias, que exigem muito rigor. Durante os ensaios é possível vê-la corrigindo as alunas nos mais simples detalhes. Cada erro é rapidamente reparado pela professora, que mantém sempre a seriedade. Para ela, ensinar as danças japonesas é uma das formas de manter contato com os costumes de Okinawa, seu local de origem. Dessa forma, a *sensei* transmite seus conhecimentos para crianças e idosas que freqüentam sua academia.

O primeiro festival *Bon Odori* foi realizado em Campo Grande no ano de 1983, no clube de campo da Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira, sendo

⁹⁷ "Conta-se que a dança *mai*, que significa "girando", se originou nos movimentos das virgens dos santuários que circundavam um lugar cerimonial, segurando galhos da árvore sagrada *sakaki* de bambu, num ritual que visava trazer tranqüilidade e bem-estar à terra. À medida que o ritual ia se repetindo, os gestos foram se formalizando e se transformaram em uma dança ritual apresentada no palco por uma sacerdotisa que segurava um leque. Esta ação se transformou na arte *Nô*. É por isso que, assim como os movimentos rituais do *Nô* e do *Mai*, assumem um ou dois intérpretes que circundam o palco segurando um leque ou adereço semelhante". Originalmente, *odori* significa um tipo de dança de saltos e pulos, e sua origem remonta à seita *Jodo* (Terra pura), que se espalhou rapidamente no período Medieval. Coube ao *Kabuki* dar expressão artística refinada ao *Odori*, as danças de festivais rústicos e populares, todas elas executadas em grupo. Também a influência do *odori* transparece fortemente no *Kabuki*, e uma das manifestações é a dança alternada, solada por cada um dos artistas. Essa forma está intimamente relacionada ao velho costume japonês, praticado até hoje, de os convidados da festa se apresentarem individual e espontaneamente para o entretenimento de todos. Disponível em:

<http://www.desa.com.br/desa2/cultura/home_cult.php?codsupertopico=8&codconteudo=306 >
Acesso em: 23 fev. 2006.

festejado anualmente no mesmo local até os dias atuais⁹⁸. No Japão, o Festival *Bon* ocorre durante vários dias, por volta de 15 de julho, segundo o calendário japonês, quando se acredita que as almas dos mortos retornam aos seus lares⁹⁹. É comum durante os festejos que sejam instaladas lanternas para guiar as almas na ida e na volta a suas casas. Também são oferecidos alimentos para os mortos que se divertem com a dança do *Bon Odori*. Essa dança é o ponto central da festa, que representa também a colheita e a pesca. Quase todo o público presente acompanha as várias coreografias, que são realizadas pelas *obasan* em um palco geralmente situado no centro do salão do clube. As pessoas que acompanham as “dançarinas” ficam em volta desse palco, formando, então, um grande círculo.



Figura 07 – Imagem do palco momentos antes do início das celebrações.

Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota

⁹⁸ O evento é conhecido e freqüentado inclusive pelo público de fora da comunidade nipo-brasileira.

⁹⁹ The International Society for Educational Information, Inc. O Japão de Hoje, Japan Echo Inc, 1990.



Figura 08 – Entrada das *obasan* no salão do clube no momento em que começa a festividade.

Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota

O *Bon Odori* é, portanto, um dos rituais mais importantes da cultura nipônica, tanto no Japão quanto no Brasil, realizado por praticamente todas as colônias presentes no país. A celebração tem o importante papel de transmitir aos japoneses e seus descendentes valores e conhecimentos próprios de sua cultura. Entretanto, há constantes mudanças na forma segundo a qual é realizado, já que “*ritual não é algo fossilizado, definitivo*” (PEIRANO, 2003, p. 12).

Tem-se, então, uma comemoração cuja finalidade é a de ligar a colônia japonesa local às suas tradições e origens. No entanto, de acordo com Flores (1997, apud Savoldi, 2003), não é possível classificar tais eventos simplesmente como uma tentativa de “resgate cultural”, visto que não há a possibilidade de recuperar algo que não possui contornos definidos, ou que não é estático.

“A cultura, sem uma essência apriorística, é um processo dinâmico, incessante de construção e reconstrução, de invenção e reinvenção”. (FLORES, 1997, p. 13, apud SAVOLDI, In: BANDUCCI, 2003, p. 90)

Ainda segundo a autora (idem), o termo ideal para análises das tradições e etnicidade é o de *restauração cultural*, e não de *resgate cultural*, visto que o primeiro contempla a dimensão do tempo, e o segundo remete à idéia de que há a tentativa de trazer para o presente a cultura exatamente como ela era no passado. Flores, em sua obra “Oktoberfest – Turismo, festa e cultura na estação do chopp”, (In: BANDUCCI, 2003) mostra que aquela festividade remete ao “*retorno da história, das tradições e dos costumes*”, criando um movimento de caracterização da identidade étnica.

O *Bon Odori* seria, portanto, uma tentativa de elo, de ligação da colônia japonesa no Brasil com o país de seus antepassados, mesmo que realizado de uma forma diferente da original. Percebe-se que o que se busca não é a realização da festividade “como ela era no Japão”, mas de uma festa que “os ligue ao *Nihon*”. Essa ligação é feita no momento em que elementos da cultura japonesa, tais como músicas, danças, comidas e decorações, são incorporados ao evento, apesar de não serem realizados rigorosamente dentro do modelo original.

A festa possui o importante papel de mostrar às gerações mais jovens a cultura e as tradições de seus antepassados. Entretanto, muitos desses jovens desconhecem o significado da festa. Mesmo os descendentes mais próximos da cultura oriental ignoram o que a festa representa, ou sabem apenas pequenos fragmentos de informações. Essa é uma das preocupações da população mais velha da colônia japonesa em Campo Grande. Muitos comparam o *Bon Odori* a um “carnaval”.

“(...) muita gente vai lá porque é um carnaval japonês. Porque é uma dança diferente, ou é porque os amigos vão, tem muita gente jovem. Uma coisa vai chamando a outra. Você tendo mais gente participando, é mais fácil ir começando a incutir qual é a verdadeira história do Bon Odori. É difícil, lógico, mas a função é essa mesmo, trazer mais gente. Porque se você ficar só fechado, no mundo da colônia japonesa, você passa para quem isso? Você afasta os jovens, não traz pessoas de fora, não vão conhecer a cultura, e a nossa função aqui é manter a tradição, manter a cultura, mesmo que não tenha o olho puxado” (Presidente do Clube Nipo).

Esse desconhecimento do significado da festa tem afastado alguns imigrantes do *Bon Odori*. Muitos deixaram de participar; outros vão, mas deixam clara sua indignação ao conversar com amigos a respeito. Durante minhas visitas anuais à festividade (e mesmo em anos anteriores a essa investigação), várias foram as críticas que ouvi de participantes que não sabiam de minha condição de pesquisadora.

A partir da observação de tais dados e informações, o sub-capítulo seguinte tratará da realização do *Bon Odori* em Campo Grande, bem como das modificações ocorridas ao longo do tempo.



Figura 09 – Primeiros jovens a entrar na dança.

Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

3.3 *Bon Odori* – Edições XXII e XXIII (2006 – 2007): Conservação e Variações de elementos na realização da festa em Campo Grande – Uma Comparação Etnográfica.

Acompanhando o *Bon Odori*¹⁰⁰ há sete anos consecutivos, é possível perceber que a cada edição algumas mudanças são introduzidas em sua realização. Essas mudanças refletem, de certo modo, as que também ocorrem na própria colônia japonesa de Campo Grande.

A dança – ponto central da festa – que até o ano de 2004 tinha como atração principal as *obasan*, que a realizavam com certo rigor de passos e ritmos, deu lugar em 2005 a uma dança mais improvisada, realizada principalmente pelos adolescentes e jovens. Estes, diferentemente das “avós”, que usam *kimonos* apropriados para a apresentação, vestem-se a seu modo, usam cortes de cabelo mais ousados e muito coloridos, roupas coerentes com suas idades e riem o tempo todo. As *obasan*, ao contrário, são sempre sérias e contidas, e durante alguns momentos é possível vê-las fazendo “caretas” devido às mudanças na coreografia e aos gritos que os mais jovens soltam.

Os parágrafos seguintes serão dedicados à comparação entre os últimos dois anos de *Bon Odori*, a fim de perceber e descrever quais são as alterações que ocorreram nesse período, e também de desvendar possíveis causas dessas transformações.

Assim, a XXII festa¹⁰¹ do *Bon Odori*, realizada entre os dias 19 e 20 de agosto de 2006, com início previsto para as 19:00, só começa a tomar forma pouco depois das 19:30. A partir desse momento é cada vez maior o número de visitantes no local.

¹⁰⁰ A preparação da festa se dá “mais ou menos um mês antes que a coisa vem para valer. Mas, questão de um mês, dois meses antes começa a organização, planejamento desde a parte musical até comercial. Parte estrutural. Efetivamente, para montar tudo, é na semana do evento” (Presidente da Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande).

¹⁰¹ A decoração do clube foi toda feita com lâmpadas em formato de balões e arranjos de flores de *sakura*, planta típica no Japão, conhecidas no Brasil como cerejeiras.

As *obasan*¹⁰² começam então a se preparar para a dança, que começa pontualmente às 20:00. Elas entram sozinhas, vestindo calças brancas e *kimonos* azuis. Cada uma carrega consigo um leque preso às costas e um instrumento parecido com um pandeiro. Algumas sobem ao palco, estrategicamente colocado ao centro do salão, enquanto as demais permanecem ao chão. Começam então as danças típicas da festividade.

Em questão de minutos o público começa a acompanhar as dançarinas, seguindo seus passos e gestos. Quase como num piscar de olhos o salão está lotado, sem espaço entre os participantes. Quem está fora da roda não entra, e quem está dentro não consegue sair. É uma explosão de alegria. As pessoas dançam o tempo inteiro, concentrando-se apenas na coreografia. Nesse momento até os mais tímidos se atrevem a movimentar seus corpos. Crianças, jovens e adultos festejam juntos ao som das músicas cantadas ao vivo por um grupo musical, embalados ao som de um único *taiko*.

¹⁰² Inusitadamente, nesse ano duas das dançarinas que fizeram parte da comemoração tinham menos de 30 anos, o que é incomum, já que, normalmente, apenas as mulheres mais velhas participam da dança.



Figura 10 – Salão do clube onde está instalado o palco. Essas pessoas representam parte do público que acompanha as *obasan*. Os visitantes mantêm-se em círculo, rodeando todo o pequeno tablado.

Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota



Figura 11 – Grupo de cantores que embalaram a festa

Disponível em < www.badalados.com.br > Acesso em 21 Ago. 2006.

Os que não se aventuram a acompanhar as dançarinas aproveitam as diversas barracas de comida instaladas no pátio do clube. *Sobá, sushi, sashimi, doces, espetinhos*¹⁰³, etc. são vendidos aos visitantes, que fazem grandes filas para conseguir uma porção desses alimentos.

As músicas são executadas ao vivo por um grupo, diferentemente de em anos anteriores, quando se usavam gravações. Houve a inserção de algumas músicas novas, mais conhecidas pelo público jovem, sem, no entanto, deixar de lado as típicas canções do *Bon Odori*. No meio do evento há uma pausa para que as autoridades do clube façam seus discursos. Nesse momento o prefeito da cidade profere algumas palavras em seu nome e em nome do então candidato a governador do estado. É possível perceber então a apropriação de uma festa

¹⁰³ Comida típica de Campo Grande, o espetinho tornou-se alimento indispensável em qualquer festa ou feira da cidade, já que Mato Grosso do Sul é o maior criador de gado de corte do país. O prato consiste em carne vermelha assada (churrasco), acompanhada de mandioca, arroz e vinagrete.

tradicional da colônia japonesa para fins políticos e eleitorais, além da comercialização do evento para fins turísticos.

Após esse momento de fala das autoridades, a banda volta a tocar e cantar. Nesse momento o público presente retoma as danças. Um outro elemento que esteve presente em algumas edições da festa é o *taiko*, típico da cultura okinawana, mas inserido na festa que representa o Japão como um todo. Dessa forma, os organizadores procuram anular as diferenças existentes entre as diversas províncias orientais, visto que em Campo Grande há descendentes dos mais variados locais do país oriental.



Figura 12 – Apresentação de *Taiko*

Fonte: Disponível em: < <http://www.taiko-web.com/ikari/index.htm> > Acesso em: 23 fev. 2006.



Figura 13 – Área externa do clube, onde estão instaladas as barracas de comida.

Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

Ao final da festividade é apresentada uma das inovações desse ano: a inclusão de músicas mais jovens, que normalmente não estão presentes na comemoração. Assim, houve a apresentação de uma banda formada por jovens (descendentes e não-descendentes, na faixa etária dos 20 anos) que tocam o estilo musical conhecido como *J-Rock*. As canções tocadas são as mesmas usadas em *anime*¹⁰⁴ apresentados na televisão. Pode-se perceber a insatisfação de alguns jovens e adultos ao ouvirem aquelas músicas. Nesse momento grande parte do público decide voltar para suas casas ou seguir para outros lugares na cidade.

¹⁰⁴ O *anime* são desenhos com traços adaptados ou baseados no *mangá* (gibi japonês) próprios para TV (*Evangelion*, *Samurai X*, etc.).



Figuras 14 e 15 – Grupo de J – Rock cantando as músicas de *anime*

Disponível em < www.badalados.com.br > Acesso em 21 Ago. 2006



Figura 16 – Jovens assumindo o palco, onde anteriormente apenas as *obasan* dançavam.

Disponível em < www.badalados.com.br > Acesso em 21 Ago. 2006

No ano seguinte, entre os dias 18 e 19 de agosto de 2007, realizou-se em Campo Grande a XXIII Edição da Festa do *Bon Odori*. A celebração, como sempre, iniciou-se às 19:00 e, seguindo a tradição, teve como local de realização o Clube Campo da Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira.

O público começa a chegar após as 19:30¹⁰⁵. Quase todos se dirigem imediatamente às barracas de comidas japonesas e bebidas comercializadas no local. *Sobá*, *tempurá* e *sushi*, entre outros, são os pratos vendidos. O *sobá*, como sempre, representa o carro chefe da gastronomia japonesa em Campo Grande. Como ocorre na Feira Central da cidade, as iguarias são servidas por senhoras orientais, com os homens restritos às barracas de bebidas – refrigerantes e cervejas – e ao preparo dos Espetinhos, comida também típica da cidade.

Logo no início da festa, algumas crianças já se aqueciam subindo ao palco central e dançando as famosas músicas do *Bon Odori*. É importante ressaltar que, em boa parte do tempo que durou o evento, as músicas mais atuais e jovens foram intensamente tocadas e dançadas.

Como acontece todos os anos, as *obasan* conduziram as danças no primeiro dia de festa, permanecendo no salão apenas na primeira parte da festividade. A segunda parte contou com os jovens orientando o público nas coreografias, que eram seguidas pelos visitantes ali presentes.

Por meio de conversas informais com algumas famílias que ali se encontravam, fui informada que o descontentamento com a forma tomada pela festa vem ocorrendo há anos, visto que para um determinado grupo de imigrantes e descendentes a celebração de caráter religioso, como forma de homenagear os antepassados, tem perdido seu sentido, e se tornado – na fala nativa – um carnaval.

Essa opinião de desconforto e descontentamento foi expressa em quase todas as entrevistas e conversas que realizei no período de trabalho de campo da pesquisa. Adultos e jovens mais ligados à colônia possuem a mesma posição de contrariedade, visto que a população que participa e em certo sentido aprecia¹⁰⁶ a festa não possui o mínimo conhecimento sobre o significado real da festa, ou mesmo

¹⁰⁵ No domingo os visitantes chegam mais cedo. Pouco após a abertura dos portões algumas pessoas já estão presentes no local.

¹⁰⁶ Digo que o público aprecia a festividade do *Bon Odori*, pois, mesmo não conhecendo o significado e o sentido da celebração, vêem esse evento como explicitação de uma cultura que é, em certa medida, valorizada na cidade, apesar de esse grupo imigrante ainda ser considerado alienígena, devido à diferença física que o separa dos ocidentais, ditos “normais”.

por que é realizada. Mesmo famílias com pouco ou nenhum envolvimento com a colônia, sem participação nos clubes japoneses, opõem-se e vêem de forma negativa as alterações ocorridas nos últimos tempos¹⁰⁷.

3.4 Sobá – A Continuidade Através da Comida

Outro ponto importante da festividade é a culinária, com instalação de barracas com comidas típicas do Japão. O prato mais pedido é o Sobá¹⁰⁸ (*Okinawa Sobá*), feito à base de massa produzida com trigo e ovos que passa por um processo de aprimoramento por meio de substâncias alcalinas obtidas de cinzas vegetais, acompanhado de caldo de porco, cebolinha e omelete cortada em finas tiras¹⁰⁹. Na versão original – *Okinawa Sobá* – o prato tem como ingredientes comuns caldo, macarrão (semelhante ao utilizado no *sobá*) e cebolinha. Na adaptação realizada pelos imigrantes, foram trocadas fatias de *kamaboko*¹¹⁰ pelos ovos e bacon por lombo de porco.

“This very popular soup is unique to Okinawa and contains pork as one of the ingredients. The noodles, broth, and ingredients of this soup are distinct from its Japanese version. The noodles, which are made with flour, contain no buckwheat, or soba, whatsoever. They are flat in shape and are mixed with oil after they have been

¹⁰⁷ Em uma dessas conversas tomei conhecimento sobre um suposto *Bon Odori* “secreto” que estaria sendo organizado desde o ano de 2006, em que não há divulgação da comemoração, o que restringe a festa apenas a membros da colônia japonesa na cidade. Ao questionar sobre a data e local da festividade, não obtive respostas. Aparentemente pouquíssimas pessoas tomam conhecimento de quando e onde o *Bon Odori* fechado é realizado ou se ele realmente existe.

¹⁰⁸ Esse prato é típico de Okinawa e recebeu uma nova configuração dada pela colônia japonesa de Campo Grande, não sendo, portanto, muito conhecido em outros lugares do Brasil. Há também os tradicionais *Sukiaki*, *Yakimeshi*, *Sushi*, *Sashimi*, etc. No ano de 2006 esse prato foi tombado e tornou-se patrimônio cultural da cidade. Para oficializar o tombamento, foi realizado o 1º festival do *Sobá* na Feira Central da cidade, que contou com diversas atrações, tais como apresentação de *Sumô* (luta japonesa famosa por seus competidores, conhecidos pelo peso e tamanho exagerado, além do uniforme, que consiste em um tipo de tanga usada pelos atletas) e concurso para o maior “comilão de *sobá*”.

¹⁰⁹ ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA. AYUMI. A Saga da Colônia Japonesa em Campo Grande. Campo Grande, SABER, 2005, p. 152-153.

¹¹⁰ Espécie de bolinho de carne de peixe.

boiled. Long ago when noodles were nah-made, the dough was kneaded with lye, although the practice no longer exists today. When serving this soup, broth is poured generously over the noodles, which are then topped with slices of pork and fish cake and chopped green onions. Since Okinawa's reversion to Japan, a new noodle soup called soki soba (spareribs noodles), containing the main ingredient, spareribs, has become widespread". (Okinawa Tourism & Cultural Affairs Bureau. 1995, p. 66-67)



Figura 17 – Foto do Sobá comercializado na Feira Central de Campo Grande.

Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota

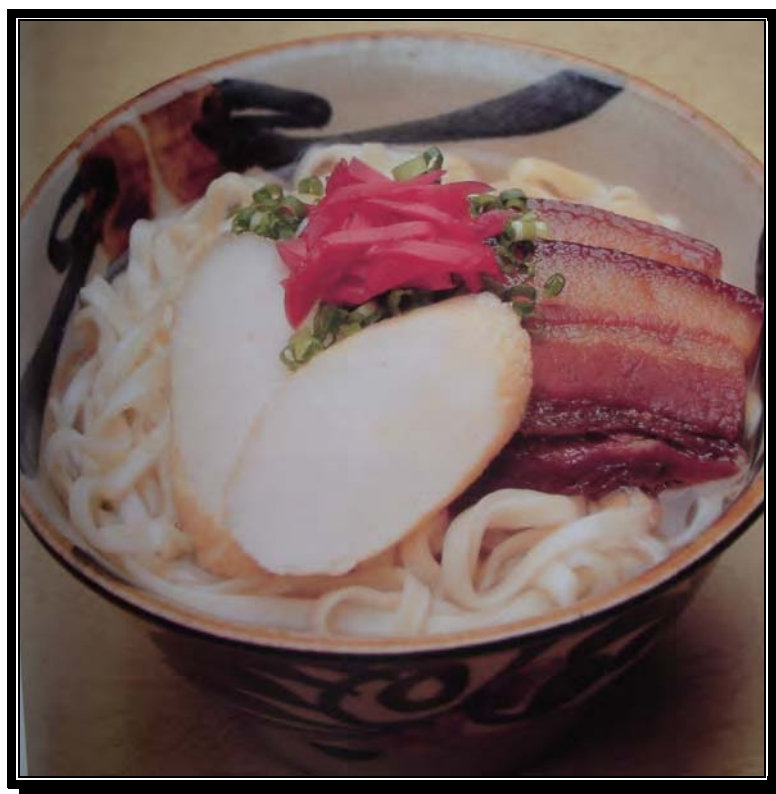


Figura 18 – Foto do *Okinawa Sobá*

A comida é de muita importância nessa pesquisa, pois é um elemento essencial na construção da identidade de um grupo social – no caso, os descendentes de japoneses de Campo Grande. É importante levar em consideração que o *Okinawa Sobá* – *sobá* – é um prato típico de Okinawa, mas considerado em Campo Grande como “prato japonês”, não diferenciado entre os dois grupos – okinawanos e não-okinawanos. Entre japoneses e descendentes é comum o conhecimento da origem desse prato, mas entre os ocidentais há ainda certa falta de informação. O *sobá*, assim como o *Bon Odori*, é um elemento que acabou por unificar os dois grupos que consomem freqüentemente o alimento, sem qualquer crise.

Há algumas décadas¹¹¹ antropólogos vêm se dedicando ao estudo da alimentação, mais especificamente ao processo de alimentar-se como elemento cultural¹¹².

¹¹¹ Segundo Canesqui (1988, 209), somente em meados da década de 1970 é que os estudos sobre alimentação e antropologia começam a se revigorar.

“O tema da alimentação é capaz de gerar indagações que levam a refletir sobre questões fundamentais da antropologia, tais como relações da cultura com a natureza, o simbólico e o biológico. O alimentar-se é um ato vital, sem o qual não há vida possível, mas, ao se alimentar, o homem cria práticas e atribui significados àquilo que está incorporado a si mesmo, o que vai além da utilização dos alimentos pelo organismo. É assim que a procura pelo sentido deste “comer” tem atraído os antropólogos de uma maneira muito particular”. (MACIEL, 2001, s/p).

Ainda segundo Maciel (idem), os seres humanos possuem uma característica própria relacionada à criação de uma cozinha em que há distinções entre o simples ato de alimentar-se e o ato culinário, ligado não só ao comer, mas também à preparação dos alimentos. Dessa forma, além da preparação, há o momento da escolha dos ingredientes, daquilo que é ou não considerado comida dentro dos mais diversos grupos étnicos e sociais. Essa escolha relaciona-se com o que está estabelecido culturalmente.

Maciel (2001, s/p) afirma que além da escolha sobre *o que* se come, há também a escolha sobre *como* se come¹¹³. Há ainda a diferenciação entre *o que* se come/*quando*. Nesses casos, existe a definição do que é adequado comer em determinados horários do dia.

Outro ponto abordado pela autora é a questão da partilha, do comer junto. É nesse momento em que se reforçam os laços e a coesão do grupo¹¹⁴. O ato de

¹¹² A alimentação, necessidade biológica para sobrevivência de todos os seres vivos, é retomada numa visão culturalista, que entende o processo alimentar como manifestação cultural. Segundo Laraia (2002, p. 37) “Não se pode negar que o homem, membro proeminente da ordem dos primatas, depende muito de seu equipamento biológico. Para se manter vivo, independente do sistema cultural ao qual pertença, ele tem que satisfazer um número determinado de funções vitais, como alimentação, o sono, a respiração, a atividade sexual etc. Mas, embora estas funções sejam comuns a toda a humanidade, a maneira de satisfazê-las varia de uma cultura para outra”.

¹¹³ Cru/cozido, quente/frio, e assim por diante.

¹¹⁴ No caso do *sobá*, é visível esse ponto da comensalidade, já que é praticamente impossível encontrar alguém comendo esse prato só. Em todas as ocasiões, as pessoas vão juntas à feira ou aos restaurantes que servem o alimento, mesmo porque ele não faz parte da alimentação regular dos

comer marca as fronteiras de identidade entre grupos humanos e também dentro de uma mesma cultura (POULAIN, 2003, p. 253). Esse é o espaço social alimentar proposto por Poulain (2003, p. 253), que afirma existir uma conexão entre um grupo humano e seu meio. O autor afirma (2003, p. 254) que, no processo de socialização alimentar, a

“(...) incrementação do biológico sobre o cultural é tanto mais forte quanto mais a alimentação for implicada nos processos de construção da identidade social. Ao comer segundo uma forma socialmente definida, a criança aprende o senso do íntimo e do público (...), bem como as regras de partilha e de privilégio que refletem a hierarquização social, enfim, o senso do que é ‘bom’, mais exatamente do que é bom para o grupo social ao qual ela pertence. Ao comer, ela interioriza os valores centrais de sua cultura, os quais se exprimem nas maneiras à mesa”.

A comida (ou cozinha) está intimamente ligada às fronteiras étnicas. Pode-se falar em cozinha do ponto de vista territorial ou nacional. Assim surgem as comidas típicas de cada país: chinesa, japonesa, francesa ou italiana, dentre tantas outras. Porém, na constituição dos pratos representativos de um determinado país, nem sempre o alimento escolhido é o mais comum e usado cotidianamente pelas pessoas daquele grupo.

Segundo Maciel (2001, s/p),

“A constituição de uma comida típica vai assim mais longe que uma lista de pratos que remetem ao ‘pitoresco’, mas implica no sentido destas praticas associadas ao pertencimento. Nem sempre o prato considerado ‘típico’, aquele que é selecionado e escolhido para ser o emblema alimentar da região é aquele de uso mais cotidiano. Ele pode sim, representar o modo pelo qual as pessoas querem ser vistas e reconhecidas”.

campo-grandenses. Apesar do hábito de comer *sobá* ser extremamente comum, ele está restrito aos momentos de distração e divertimento (em grupo). Ninguém sai para almoçar *sobá*, deixando essa prática para ocasiões de maior descontração, especialmente nos fins-de-semana, quando a Feira Central está aberta da manhã do sábado até as primeiras horas da manhã do domingo.

As comidas estão comumente associadas a povos específicos, o que leva freqüentemente a questões relativas à identidade. Segundo Mintz (2001, p.34), é de conhecimento público que certas comidas supostamente pertencem a determinados grupos (massas pertencem aos italianos, caracóis e rãs aos franceses, peixes crus aos japoneses). No entanto, devido à grande circulação, não só de comidas, mas também de pessoas, novas questões surgem sobre o alimento e a etnicidade. Segundo o autor,

“Seria mais fácil mudar o sistema político da Rússia do que fazê-los abandonar o pão preto; a China abandonaria mais facilmente sua versão do socialismo do que o arroz. E, no entanto, a população desses dois países mostra uma extraordinária disposição para experimentar novas comidas”.

As comidas conhecidas como marcadores étnicos, segundo Sidney Mintz (2001, p. 35), estão perdendo este rótulo, tornando-se o que ele denomina de “comidas etnicamente neutralizadas”, assim como, ao mesmo tempo em que podem obter um cunho étnico, podem deixar de tê-lo.

Assim como grupos étnicos estão ligados a determinados pratos, a comida está intrinsecamente relacionada à mulher. Desse modo, muito da literatura existente sobre a alimentação é dedicada à questão de gênero (MINTZ, 2001, p. 36).

É possível relacionar a prática da culinária japonesa às mulheres orientais, já que são elas que possuem o papel de preparar e servir o *sobá* que é comercializado na feira. Aos homens, normalmente fica restrito o preparo dos pratos considerados ocidentais, como o espetinho¹¹⁵.

Diferentemente dos outros pratos que estão presentes normalmente em restaurantes japoneses da cidade, o *sobá* tem como ponto principal de

¹¹⁵ Esse modelo de papéis existe apenas nas barracas pertencentes a famílias japonesas, já que devido à popularidade do prato, outros feirantes incluíram a receita em seus cardápios. Nesse caso, qualquer pessoa que saiba preparar o alimento assume essa função.

comercialização a Feira Central de Campo Grande, realizada às quartas-feiras e aos sábados durante todo o dia e até a madrugada. Esse ambiente é freqüentado por milhares de pessoas, nipônicos e não-nipônicos. Seu preparo é responsabilidade das *obasan*. É possível, nos dias de feira, vê-las preparando o *sobá* servido aos clientes pelos funcionários que, em muitas barracas, são os próprios membros da família¹¹⁶.



Figura 19 – Dia de grande movimento em uma das barracas de sobá na Feira Central da cidade
Disponível em < <http://www.feiracentralcg.com.br/galeria/index.php>.> acesso em 03 Ago. 2006

¹¹⁶ Filhos e netos, entre outros, ajudam no trabalho. Há também os funcionários contratados para a realização do serviço, principalmente em barracas de grande movimento.



Figura 20 – Freqüentadores da Feira Central de Campo Grande

Disponível em < <http://www.feiracentralcg.com.br/galeria/index.php>.> acesso em 03 Ago. 2006



Figura 21 – Entrada da Feira Central de Campo Grande

Disponível em < <http://www.feiracentralcg.com.br/galeria/index.php> > Acesso em 03 Ago. 2006

3.5 “Comida de *obasan*” - A relação dos descendentes com a comida japonesa

Como dito anteriormente, as mulheres nipônicas são as grandes responsáveis pela transmissão das tradições e costumes aos descendentes quando imigrados ao Brasil. A comida, portanto, é um dos elementos intensamente presentes na vida dos japoneses e japonesas que vieram a esse país em busca de uma vida melhor. Além do *sobá*, tratado no capítulo anterior, outros alimentos fazem parte da vida diária desse grupo. Dedico, assim, esse sub-capítulo à questão da alimentação japonesa no Brasil, mostrando relatos de imigrantes e jovens descendentes que mantêm essa prática em seu dia-a-dia.

No primeiro depoimento, a senhora H. K. nos conta como é a relação de sua família com os alimentos japoneses:

“Comida, eu faço comida japonesa. De vez em quando faço comida japonesa. Meus bisnetos também gostam de comida japonesa. Arroz sem sal, sem tempero. Meu bisneto gosta, eu faço oniguiiri. Então, as crianças pedem para mim: ‘Vó, faz oniguiiri’”.

A senhora Mie¹¹⁷, que veio para o Brasil com apenas dois anos, relata que esse é um dos costumes que nunca abandonou. Aprendeu a preparar os alimentos japoneses com sua mãe, e ainda hoje, aos 78 anos de idade, mantém a prática.

“Eu cozinho. Ah, esse costume não sai, viu? Porque minha mãe me acostumou com comida japonesa. Esse não tem jeito. Eu gosto comida daqui, macarronada, tudo é gostoso, mas a comida japonesa, esse não sai. Com minha idade não tem como, né? Esse costume não sai. Eu faço sobá. Mas sobá aqui de Campo Grande é diferente. Sobá, vocês conhecem sobá, aquele trigo? Trigo sobá, preto, preto. Minha mãe plantava sobá. Sobá e trigo é diferente. Trigo dá pra fazer pão, né? Trigo branco, né? Aquele sobá é escuro. Então esse escuro, esse sobá, faz macarrão. Esse sobá é bem assim, duro, sabe? Agora, fazer macarrão, com trigo fica bem macio. Sobá, mesmo, é uma planta que chama sobá. É parecido com trigo, mas esse sobá, a gente faz macarrão, né?, aí a gente faz igualzinho de Campo Grande, né?, come, mas aqui não tem sobá, em Campo Grande, eles faz com

¹¹⁷ É importante ressaltar que a senhora H.S. não é de Okinawa, por isso cita o uso de outro tipo de macarrão, o *udon*.

macarrão né, mas no macarrão eles colocam cal, né? Pra ficar duro, pra parecer sobá. Sabe, né?, como é que é. Pra parecer sobá. Porque macarrão, se colocar na boca, é macio, sobá já é duro. Pra ficar igual sobá eles colocam cal, colocam uma coisa sabe?, pra ficar duro, cinza, coloca cinza. Carne de porco nós não colocamos, né? Nosso é mais de coisa de mar. Peixe. Nós usamos muito mar, coisa de mar. Mas aqui coloca porco, porque coisa de mar é muito caro. Nós usamos muito esse, né? Nós chamamos udon”.

Assim como as entrevistadas anteriores, a senhora Harumi mantém os hábitos alimentares japoneses em sua família. Por onde passa é comum vê-la ensinando outras pessoas a preparar diversos pratos tradicionais nipônicos, como o tempurá.

A senhora Sayuri conta como foi adaptar-se à alimentação ocidental. Ela relata que, quando partiu do Japão, veio preparada com diversos alimentos, mas que se adaptou rapidamente, pois a comida de Okinawa é muito parecida com a do Brasil:

“Nós trouxemos arroz, missô, sal (do Japão). Não tinha outra coisa, não. Comida de Okinawa aqui no Brasil não tem muita diferença, não. Okinawa, carne não come muito. Mas tempero mesmo, não tem diferença. Nihon é diferente, comida é doce, agora Okinawa tempero é igual. Família de brasileiro, quando ganha convite, aí a gente vai, aí é muito diferente a comida. Muitos brasileiros, a comida é muita massa, muita carne. Eu não comia carne de vaca. Meu filho mais velho não comia carne de vaca, achava ruim. Só carne de porco, peixe. Eu não conseguia comer, achava esquisito. Agora acostumei, já como. Agora, comida é tudo gostoso. Em Okinawa carne mesmo eu não comia. Só em festa de ano novo e Obon, dia de finados. No Japão chama Obon”.

Em entrevista com o professor de Nihongo Toshio, conversamos sobre os hábitos alimentares dos primeiros imigrantes em Campo Grande. Questiono se havia ou não facilidade em encontrar na cidade os alimentos japoneses, e ele responde:

“Não. Plantava e comia. Tinha muito peixe. Comiam muito”.

Pergunto, então, se eles passaram muito tempo sem provar das comidas japonesas:

“É, muito tempo. Única comida japonesa que a gente comia era manjú e sushi, que era de arroz. Sobá, todo mundo comia em casa, mas, para vender mesmo, foi bem depois. Aqui mesmo, ninguém vendia não. O pessoal comia sobá escondido atrás das cortinas. Mas tem comida que eu comi só lá em Okinawa”.

Ao ser indagado se existe alguma comida japonesa de que sinta falta e que não exista por aqui, ele cita:

“Sashimi de atum, robalo”.

Questiono se esses alimentos não são realmente encontrados na cidade, e ele responde:

“Tem, mas é muito caro”.

No diálogo com o professor Toshio nota-se claramente o sentimento de saudade da terra onde passou boa parte de sua vida. Apesar de ter nascido no Brasil, ainda menino foi visitar os avós em Okinawa, quando a II Guerra Mundial começou. Impedido de voltar, permaneceu no Japão por 20 anos. Ele demonstra em seu depoimento sentir falta dos alimentos “verdadeiramente” japoneses quando cita os ingredientes corretos usados no preparo de determinados alimentos naquele país.

Na família do jovem Marcos, apesar de alguns membros saberem preparar a comida oriental, o uso de alimentos japoneses não é tão freqüente. Ele ressalta ainda o fato de que nem todos os ocidentais conhecem a verdadeira história e origem do *sobá*:

“A comida... tem um pessoal que não sabe muito, por exemplo, que esse sobá, o famoso sobá é Okinawa Sobá, de Okinawa. Eu adoro tudo quanto é comida japonesa, chinesa. Eu gosto bastante. Como em casa. Sashimi, de vez em quando. Meu irmão faz sushi. Meu pai e meu irmão. Mas essas coisas mais difíceis, tipo tofu, tem que comprar”.

O jovem Antônio conhece os pratos orientais por influência de sua avó.

“Conheço, mas por parte da minha avó. Ela sabe fazer aquele peixe cru, sashimi e sushi. Então, sushi, sashimi e sobá ela faz. Os três eu já vi na casa dela. Eu gosto do tempero. Não gosto do peixe. Não sinto o gosto. Daí eu pego e mergulho no tempero. Sushi de ovo”.

Pergunto se existe, por sua parte, a vontade em aprender a preparar tais alimentos, e se seu avô também cozinha:

“Não, só de comer. Só minha avó (cozinha)”.

Como Antônio é mestiço, busco saber se sua avó ensinou – ou pensou em ensinar – a sua mãe o preparo dos pratos japoneses:

“Ela, pensar? Pensar, acho que pensou. Mas nunca me falou nada. Antigamente ela fazia mais. Ultimamente ela não tem feito muito, não. Geralmente eu vou à casa dela no Natal. Páscoa eu não vou mais. Faz tempo que eu não como comida japonesa dela. Vou uma vez por mês. Geralmente a gente vai antes do jantar”

Na família do praticante de *taiko* Paulo, de 17 anos, os hábitos alimentares japoneses são mais comuns na casa de sua avó, pois sua mãe vive no Japão como *dekassegui*. Ele diz:

“Na minha casa não. Mas na casa da minha avó é só comida japonesa. Broto de bambu, Goya”.

O estudante de Ciências Sociais Diogo, de 20 anos, afirma que em sua casa come-se o que é considerado mais popular na culinária japonesa, deixando os alimentos mais exóticos e extravagantes para ocasiões especiais:

“A gente costuma comer, mas é mais sobá, arroz. Nada exótico. Popular. Tofu, sushi, às vezes sashimi. A única coisa que prepara é o sobá e, às vezes, yakisobá. Mais no final de semana, mas não todos”.

Na família do estudante Massao, os alimentos japoneses só não são mais comuns devido ao local onde moram. Residindo no interior do Estado do Mato Grosso do Sul¹¹⁸, é difícil, segundo ele, encontrar alimentos e ingredientes; mas, quando viviam em São Paulo, era comum comerem praticamente todos os dias a comida japonesa que sua mãe, *issei*, preparava:

“Hoje em dia não muito, porque em Jardim é difícil de achar e muito caro. Mas em São Paulo, cerca de 60, 70% da comida era japonesa. Quando a gente morava lá, a gente pedia para ela fazer feijão. Agora que a gente mora aqui, pede para ela fazer gohan. Então, o ideal seria um equilíbrio. Mas eu gosto. Eu gosto bastante de comida japonesa. Eu poderia comer por alguns dias só comida japonesa. Ela (mãe) sabe fazer bem. Quando ela morava nos EUA, ela trabalhou num restaurante. Ela cozinha bem. E ela aprendeu a fazer comida brasileira. Ela não faz, tipo, acarajé, mas o básico, arroz, feijoada, ela sabe fazer. Macarronada. Mas ela tempera tudo com um pouco menos de sal e um pouco menos de açúcar. Se ela quer agradar todo mundo, ela tem que fazer um pouco menos salgado e um pouco menos doce para ela. A culinária japonesa usa muito açúcar. Acho que para equilibrar. Até para fazer sushi eles usam uma água para limpar a faca, que vai vinagre e açúcar. Minha mãe faz salada com açúcar. Ela coloca sal, shoyo e açúcar. Óleo de gergelim. Meu pai não gosta. Ele prefere a culinária brasileira. Ele não gosta de misturar. Minha mãe come abacate com shoyo. Abacate com shoyo e gengibre. É normal para ela. Manga com shoyo. E ela gosta. Se ela pudesse, misturaria mais. Mas meu pai não gosta. Ele reclama mesmo, e não come”.

Assim como na família do jovem Diogo, na casa da estudante Aline a comida mais corriqueira é também a ocidental, usando apenas o que é considerado comum na culinária japonesa, como o arroz:

¹¹⁸ São pouquíssimas as cidades do interior do Estado que possuem número considerável de imigrantes japoneses, visto que essa população se concentrou em Campo Grande, Dourados e em municípios em torno da capital.

“(O mais comum é) *Brasileira, mesmo. Mas a minha avó sempre faz arroz sem sal, essas coisas. Mas é arroz sem sal mesmo. Mas às vezes ela faz aquela sopa com missô, aquele macarrão fininho. Ela faz de vez em quando. A gente vai à feira e compra tofu também*”.

Na família da também estudante de Ciências Sociais Cláudia, a comida japonesa é elemento comum em seu dia-a-dia:

“É (comum). *Principalmente o ambulá. Em uchinanchu, porque em japonês é ishime. Que é aquele que faz em missa*¹¹⁹. *Eu vou à missa para filar bóia. Põe alga, carne de porco, gombô. Minha avó sempre fazia manju, kastirá, ambulá, tikemoto, etc. É comum, mesmo. Andagui que é fácil. É parecido com tempurá*”.

No caso da mestiça Ana, a culinária japonesa foi passada por sua avó, tia e conhecidas para sua mãe (ocidental).

“*Ela aprendeu algumas coisas, ela gosta. Ela faz algumas coisas. Algumas coisas ela aprendeu com minha avó, outras com minha tia. Outras, com pessoal da colônia japonesa. Ela foi pegando. Tipo, arroz japonês, é normal (comer diariamente), missoshiro. Meu pai – é tradição – ele come todo dia missoshiro. Só ele também. Ele pode comer macarronada, lasanha, mas tem que ter missoshiro. Mochi tem a tradição de comer no ano novo. Meu pai compra e a gente come. Mas oniguri, de vez em quando ela faz, tempurá. Essas comidas mais fáceis. Sashimi, de vez em quando meu pai faz. Meu pai sabe cortar, ele aprendeu a cortar*”.

Percebe-se que a comida japonesa¹²⁰ está presente em todas as famílias dos entrevistados, mesmo que seja consumida em ocasiões especiais e esporádicas. A comida, mesmo reinterpretada, possui o importante papel de constituir-se como elo entre o país que acolhe e o país de origem. Esse elo é sempre realizado por meio

¹¹⁹ Em Campo Grande há uma Igreja Católica – Igreja do Sagrado Coração de Jesus – freqüentada praticamente só por japoneses.

¹²⁰ Nota-se que os alimentos de fácil preparo ou fáceis de serem comprados, como *tofu, missoshiro*, estão presentes no dia-a-dia de quase todas as famílias, mesmo as de gerações mais jovens. Os alimentos mais emblemáticos da cultura japonesa, que normalmente são os primeiros lembrados pelos ocidentais como “alimentos japoneses”, como o *sushi* e *sashimi*, mas de difícil preparo e alto custo, são os que ficam fora da rotina alimentar das famílias.

das mulheres nipônicas, que possuem a função de transmitir aos descendentes as informações culturais de seus antepassados.

Durante as observações realizadas no trabalho de campo, nota-se que, mesmo quando há pouca informação sobre o preparo de tais alimentos, as mulheres orientais sempre procuram uma maneira de aprender as receitas originais, e quando isso não é possível, criam suas próprias adaptações, como o *manjú* com rapadura. Quando se encontram, não perdem a oportunidade de perguntar às amigas mais experientes qual a melhor maneira de cozinhar esses alimentos. A senhora Harumi é uma dessas figuras que representam a “verdadeira culinária japonesa” em Campo Grande, ensinando suas receitas por onde passa. Em qualquer lugar é parada, recebendo pedidos para solucionar dúvidas. Assim também é o dia-a-dia da senhora Sayuri, que, além de conhecer a culinária oriental muito bem, devido ao tempo em que viveu no país (Sayuri veio para o Brasil com 20 anos de idade), comercializa o *tofu*, alimento muito requisitado pelos japoneses e seus descendentes em Campo Grande.

Essas mulheres não são meras cozinheiras, mas verdadeiras peças de manutenção da cultura japonesa na cidade, pois são as que ensinam, não só a seus descendentes, mas a amigos (e até a desconhecidos), os mínimos detalhes e segredos da culinária nipônica.

Desse modo, torna-se importante compreender quais os tipos de relacionamentos sociais estabelecidos entre orientais não-okinawanos e okinawanos, e ainda, entre japoneses em geral e ocidentais – os campo-grandenses sem origem nipônica. O capítulo seguinte trata, portanto, dessas relações existentes e de como, a partir dessas interações sociais, constrói-se a identidade étnica japonesa na Cidade Morena.

CAPÍTULO IV – Relações Sociais e a Construção de Uma Identidade Étnica Nipo-Campo-Grandense

Campo Grande é conhecida por abrigar grande número de imigrantes japoneses vindos da província de Okinawa. Sabe-se que, historicamente, existiram conflitos entre os dois grupos de japoneses – okinawanos e não-okinawanos – que denegriam a imagem dos *uchinanchu*, desqualificados enquanto nipônicos, chamados muitas vezes de “japoneses negros” ou “não-japoneses”. Durante muitos anos foi comum ouvir comentários dos chamados “*naichi*”, que diziam: ele(a) não é japonês(a), é okinawano(a)”. Tais comentários eram comuns, ainda que o grupo da província de Okinawa fosse maioria na cidade. Uma das marcas desse relacionamento conturbado foi a criação do Clube Okinawa. Até hoje existe a dúvida se a criação desse clube ocorreu devido a divergências entre vitoristas e derrotistas no pós-guerra ou por conflitos entre duas famílias das diferentes origens. O fato é que, ainda hoje, existe no imaginário campo-grandense a idéia de que o Clube Nipo seja uma associação para japoneses não-okinawanos e o Clube Okinawa apenas para os oriundos dessa região e seus descendentes.

Durante o trabalho de campo para esta pesquisa, vários foram os depoimentos que afirmaram categoricamente não haver mais divergências entre os dois grupos nipônicos. Entretanto, com o passar do tempo, foi possível perceber que em alguns casos ainda existe certo “desconforto” em relação aos descendentes de Okinawa, assim como seu oposto: descendentes de Okinawa que, em certa medida, rejeitam o relacionamento com não-okinawanos. Depois de alguns encontros, uma das jovens com quem conversei afirma que sente que sua família ficaria mais feliz se ela optasse por se casar com um *uchinanchu*, pois estes são mais parecidos, possuem a mesma cultura e valores. Ainda entre os jovens, encontrei um caso bem mais explícito, em que sua avó, *issei*, renega os netos, pois os considera *gaijin*, visto que a mãe deles é ocidental. Quando um de seus tios casou-se com uma okinawana, sua avó, em um primeiro momento, também não aceitou. Porém, para ela foi mais fácil aceitar essa união do que com uma ocidental.

Apesar de alguns casos raros de maior tradicionalismo e rigor, atualmente a relação entre okinawanos e não-okinawanos parece estar cada vez mais tranqüila. Assim, a presente pesquisa pretende compreender como se dá a construção da identidade étnica japonesa em Campo Grande. Para isso, é necessário o enfoque sobre como são estabelecidas as relações sociais entre os dois grupos distintos de japoneses na cidade, bem como seu relacionamento com os ocidentais. Partindo dessas informações, este capítulo dedica-se também à exposição dos referenciais teóricos sobre o tema da identidade étnica e grupos étnicos.

4.1 Referenciais Teóricos sobre Identidade Étnica e Grupos Étnicos

Para o entendimento da constituição da identidade étnica japonesa em Campo Grande – proposta deste trabalho – é necessário que sejam demonstradas as várias vertentes de pensamento que explicam conceitos comuns a este estudo, tais como etnicidade, identidade, aculturação e dinâmica cultural. Este tópico é destinado, portanto, às bases teóricas que fornecem os subsídios necessários para a análise de como se dão a construção da identidade étnica e a formação de grupos sociais, assim como sua inserção na sociedade global.

As indagações em torno da etnicidade surgiram inicialmente a fim de entender o processo de imigração crescente em diversos países. As questões principais eram a da utilidade econômica dos imigrados e de seus custos sociais. Contudo, essa discussão mudou, dando lugar a interrogações relativas a uma identidade nacional, sendo, inclusive, uma provocação à questão da integração européia. O imigrado na França, por exemplo, era visto como um aproveitador que tiraria o lugar dos franceses. Esses estrangeiros eram tidos, então, como uma ameaça.

O conceito de etnicidade foi, assim, sendo cada vez mais usado nas ciências sociais, servindo para indicar aqueles grupos considerados minoritários no interior das sociedades envolvidas, culturalmente hegemônicas. Ele serve para explicar a

interação de culturas diversas e diferentes entre si, conviventes num mesmo espaço e contexto social.

A etnicidade, entretanto, passa a existir realmente como conceito com as comunidades científicas de língua inglesa¹²¹, servindo para descrever os processos de atribuição categorial e de organização das relações sociais a partir de diferenças culturais. Essa noção consiste, antes de tudo, em colocar a existência de grupos étnicos como problemática (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p.22).

Logo, esse conceito surge como instrumento diferenciador, já que separa os grupos, ao invés de uniformizá-los.

“Considerado durante muito tempo como um fator de uniformização e de assimilação, o aumento dos contatos ligados à modernização surge agora como um fator que facilita a emergência de identidades particularistas”. (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 28).

Segundo Connor (1972, apud POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p.22), a etnicidade é um fenômeno presente universalmente na época moderna, pois se trata de um produto do desenvolvimento econômico, em que há mudança constante de membros de determinados povos para diversas outras sociedades. Dessa forma, durante muitos anos vários membros de algumas populações entenderam o contato intergrupar como elemento destruidor das tradições culturais. Porém, atualmente tal interação ou situação de contato não é mais vista de forma negativa, pois é justamente a partir da situação de “encontro étnico” que as identidades e tradições são mantidas e reforçadas.

Diante dessas reflexões sobre as teorias de etnicidade, faz-se necessária a explicação de algumas categorias importantes para a compreensão da construção da identidade étnica do grupo estudado.

¹²¹ Entre a comunidade científica francesa, o uso do termo atual de etnicidade surge com os estudos sobre migração, racismo, nacionalismo ou violência urbana. Já entre os pesquisadores de língua inglesa, o uso deste termo surge da necessidade em diferenciar os “grupos étnicos” dos nativos estadunidenses, ou *yankees* (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998).

Identidade é resultado de uma construção social a partir das relações baseadas tanto nas posições ocupadas por cada membro de uma sociedade quanto nos papéis sociais, ou seja, na relação entre deveres e direitos determinados socialmente, relacionados com o status ocupado. Estes membros formam os “grupos étnicos” (BARTH apud OLIVEIRA, 1976, p.36).

Para tanto, é preciso que os membros desses grupos se identifiquem e sejam, ao mesmo tempo, identificados por outros como “*constituintes de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem*”. É imprescindível que a cultura comum seja compartilhada (OLIVEIRA, 1976, p.36).

A identidade grupal nasce do auto-reconhecimento enquanto unidade social diferenciada. A identidade étnica também é produto da oposição por contraste, indicando para o próprio reconhecimento social da diferença; ou seja, surge da negação de uma outra, a partir do etnocentrismo. Envolve, portanto, “valores”, tanto positivos quanto negativos, em que se afirma ou se nega a própria diferença, dependendo do contexto das relações sociais em que cada cultura está colocada. A identidade étnica surge, pois, da situação do “contato interétnico”. Segundo Oliveira (idem), poderemos dar conta do processo de identificação étnica de modo mais eficiente se elaborarmos a noção de “identidade contrastiva”, o que implica na oposição entre o *nós* e os *outros*, não sendo formada isoladamente. Assim sendo, somente somos “nós” porque somos diferentes dos “outros”. Possuímos características culturais e posições sociais que nos permitem uma identidade distintiva entre essas duas categorias. Definidas então as diferenças, é possível que cada grupo se identifique ao mesmo tempo em que é identificado pela sociedade enquanto coletivo. O processo de identificação nasce, então, não a partir do próprio eu, mas por meio da alteridade, entendendo o que é ou não o “outro”.

A constituição da identidade, seja ela grupal ou individual, está muito mais ligada ou regulada pela sociedade em que este grupo está inserido do que propriamente por suas origens primeiras. Uma de suas principais características é a oposição ao “outro”. O grupo se determina como tal a partir do que ele não é. Logo, no processo de formação de uma identidade, o que se leva em conta é o jogo de

semelhança e diferença (OLIVEIRA, 1976, p.36). Um grupo não se afirma de maneira isolada, pois é justamente o contraste, o oposto, que traz a referência do “nós”.

“Pareceu-me (...) que devemos procurar equacionar tais identidades enquanto em crise. Quando, em sua movimentação no interior de sistemas sociais, os caminhos de que se valem levam-nas a viverem situações de extrema ambivalência. São seus descaminhos, ainda que não necessariamente equivocados, pois em regra tendem a ser os únicos possíveis (...) na medida em que o processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade envolvente do que pelas “fontes” originárias dessas mesmas identidades (...)”. (OLIVEIRA, 2000, p. 7-21).

Os grupos étnicos são formados num sentido organizacional, em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e aos outros, com a finalidade de interação. Segundo Barth, os grupos étnicos não levam em consideração para a auto-identificação a soma de todas as suas características culturais, mas sim, aquelas que são por eles consideradas mais importantes e significativas:

“Apenas os fatores socialmente relevantes tornam-se próprios para diagnosticar a pertença, e não as diferenças “objetivas” manifestas que são geradas por outros fatores. Pouco importa quão dessemelhantes possam ser os membros em seus comportamentos manifestos – se eles dizem que são A, em oposição a outra categoria B da mesma ordem, eles estão querendo ser tratados como e querem ver seus próprios comportamentos serem interpretados e julgados como de As e não de Bs; melhor dizendo, eles declaram sua sujeição à cultura compartilhada pelos As”. (BARTH, apud POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 195).

Além disso, a pertença a uma categoria étnica implica a adoção de valores pela pessoa que possui determinada identidade étnica, fazendo com que a mesma

julgue e seja também julgada segundo padrões relevantes àquela identidade. Nesse sentido, as fronteiras étnicas mantêm-se e servem, portanto, como delimitadores, não pela estaticidade, mas, ao contrário, pela mobilidade, pelo contato e pela informação:

“As distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, freqüentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes”. (BARTH, apud POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p. 195).

A definição de grupo étnico para Barth (1969 apud OLIVEIRA, 1999, p. 20) era justamente a de um tipo organizacional em que uma sociedade se utilizava das diferenças culturais para fabricar e refabricar sua individualidade diante de outras diferenças culturais com as quais estava em interação social permanente.

A partir de tais informações, pode-se afirmar que os japoneses em Campo Grande, apesar das décadas de imigração, mantêm sua identidade nipônica, no momento em que se colocam em uma posição diferenciada em relação aos ocidentais. Se os “campo-grandenses” são A, seguindo o modelo proposto por Barth, os japoneses são B.

Desse modo, é preciso levar em consideração que há diferenças entre as diversas identidades japonesas. Há na cidade grande número de okinawanos. Esse grupo, que no Japão era considerado “minoría”, aqui vive como “maioría”. Assim, o sub-capítulo a seguir trata dos relacionamentos entre esses dois grupos de orientais nipônicos que, aos poucos, foram sendo cada vez mais considerados com um só grupo: japoneses.

4.2 O relacionamento entre Okinawanos, Não-Okinawanos e Ocidentais em Campo Grande

Há algumas décadas, era comum ouvir vários japoneses diferenciando okinawanos dos não-okinawanos na cidade de Campo Grande. Muitos ocidentais percebiam essa distinção, porém, não compreendiam qual era, afinal, a diferença. Aos poucos essa situação foi mudando, e as palavras ofensivas foram sendo silenciadas. A situação, anteriormente ríspida, tornou-se cada vez mais amena. Alguns sentimentos ainda existem, encobertos, quase clandestinos, e só são percebidos nos olhares e no calar das palavras. Porém, não há mais a rigidez, nem o repúdio aos membros do grupo oposto. O grupo “oposto” agora é o “nós”, todos japoneses. Diferentes sim, cada um com suas peculiaridades, mas ambos japoneses.

Assim, pretendo nessa parte do trabalho mostrar como se dão as relações sociais entre esses dois grupos de nipônicos em Campo Grande. Como se estabelecem as amizades, os casamentos, assim como os relacionamentos entre japoneses em geral como o grupo ocidental.

O primeiro relato demonstra como essa questão das relações sociais entre ocidentais e japoneses é entendida atualmente por estes últimos e seus descendentes. Filho de um não-okinawano com uma okinawana, o presidente do Clube Nipo emite sua opinião sobre o assunto:

“Eu acho que há uns trinta anos era essencial casar com descendentes. Na visão dos mais antigos. Porque eles achavam que só assim iria manter a família japonesa, a tradição japonesa, a educação. Tudo. Eles achavam que era essencial, como eles aprenderam no Japão, e quem iria transmitir eram os japoneses. Depois teve uma briga para se quebrar esse paradigma, então muitas famílias racharam, teve muita decepção, muita discussão. Uns aceitando bem, outros aceitando muito mal, outros pessimamente. Até dizer que não eram mais da família. E isso eu acho que está evoluindo. Hoje eu acho que as pessoas estão casando, e casando muito bem. Há uma aceitação quase que total. Que fica uma restrição dos mais antigos ainda hoje, não daqueles, os imigrantes, mas daqueles mais antigos que ainda estão na ativa, que dizem que se fosse japonesa não seria assim. Seria uma coisa diferente. Pelo modo de agir das próprias mulheres japonesas, das descendentes de imigrantes japoneses, porque acabou aquela subserviência, aquela coisa do homem ir à frente, a mulher vai atrás com os filhos. Eu acho isso bem característico da

comunidade. E hoje não tem mais. Já se quebrou muita coisa, já se passou por cima de muita coisa, muita história rolou. Eu acho que ainda deve existir uma coisinha, mas que com o tempo vai acabar”.

E sobre a questão dos casamentos? Há casos de união entre okinawanos e não-okinawanos em Campo Grande?

“Ah, existem muitos. Vou te dar um exemplo clássico, meu e da minha esposa. O meu pai é descendente de japoneses mesmo, da parte da minha mãe é de Okinawa. Da minha esposa, o pai é da parte japonesa e a mãe de Okinawa. Então, há muito tempo já existe isso, existe um rolo já feito aí. Eu acredito que não exista mais isso. Como eu já vivi isso em termos familiares, hoje não existe mais isso. Assim como toda segregação, existe uma dificuldade de racismo, você tem isso a qualquer hora, em qualquer família pode existir. Pode existir alguma coisa sim, mas...”

A senhora Aiko fala sobre as relações entre japoneses e ocidentais em sua família:

“(Os filhos casaram) Com brasileiros, tudo brasileiro. (os netos são) Todos mestiços. Até neto, todos casados com brasileiros”.

Não houve problema na família? A senhora não achou ruim? Ou o seu marido?

“Não, porque já sentia, aqui é Brasil. Não pode levar costume de Japão para cá. Se está no Brasil, tem que entrar no costume de brasileiros. ‘Não gosto de japonês’, minha filha falava. ‘Não gosto de japonês’”.

A história do senhor Tadashi é um pouco diferente. Filho de okinawanos, nasceu em Osaka, mas ainda pequeno voltou para a terra de seus pais. Sua esposa conta mais detalhes:

“Porque o pai dele casou e foi para Osaka trabalhar (seus pais eram de Okinawa). Ficou lá até ele nascer. Nasceu, aí ele foi pra lá trabalhar, quando ele

nasceu, passou um tempo, aí não deu certo o serviço e ele voltou para Okinawa. Aí lá nasceu outro filho”.

Por que sempre ouvimos falar de conflitos?

“É, eles têm rixa, igual a nossa aqui, do pessoal do norte do pessoal do sul. Assim é lá no Japão também. Naichi com Okinawa é a mesma coisa. Tem essa rivalidade, porque eles dizem que okinawano é mais burro, não sei o que, e começa a xingar”.

O senhor H. diz que *“antigamente era mais complicado, agora já acabou”*.

Pergunto se existiam famílias de Okinawa que não queriam que os filhos casassem com naichi. A senhora Harumi responde:

“Eu tenho uma irmã que nasceu no Japão, tem essa segunda também que faleceu no Japão. Essa que morava aqui em São Paulo também morreu já, mas essa minha irmã que morava em São Paulo, ela não deixava os filhos dela andar com amigas brasileiras, não. Não gostava. E depois, ela tinha sete filhos, mas o filho dela começou a namorar uma menina de naichi; também implicou, porque diz que os costumes deles eram diferentes, não sei o que lá. Aí os dois queriam porque queriam casar. Aí minha irmã falou assim: ‘bom, então você traz a sua namorada para eu ver qual é o costume dela, como é que tem que fazer, porque nós somos diferentes, somos japoneses, mas cada um é de um lado’. Porque antigamente diz que Okinawa não era do Japão. Aí eu achei engraçado. Quando eu cheguei lá, um dia uma ‘parentada’, não sei se minha parente ou parente dele (marido) falou assim: ‘Você vai para o Japão? Vai pra lá?’ Ai eu falei: ‘Uai, mas eu estou no Japão’. Eu estava já em Okinawa. Eu falei assim: ‘Vou, mas vou para Osaka’. Aí ela chegou e falou assim: ‘Ah, bom’. Mas eu não sei o que ela queria com aquilo. Aí eu pensei: ‘Eu estou no Japão, por que ela está me perguntando?’ Depois é que eu vim saber. Depois eu fui estudar língua japonesa. Depois que eu fui estudar língua japonesa é que fui entender muita coisa”.

A senhora Sayuri também teve entre suas noras uma descendente de não-okinawanos:

“É, (casaram) tudo com japonês. O meu filho mais velho casou com japonesa que não é de Okinawa, japonesa mesmo, né?”.

E não teve problema?

“Não. É pessoa boazinha. Mas também nunca encontrou né”.

Entre os jovens nota-se que quase não há diferenciação entre não-okinawanos e okinawanos. Durante a pesquisa, grande parte das pessoas da geração entre 13 e 20 anos de idade sequer possuíam conhecimento sobre a existência de dois grupos distintos de japoneses. Isso se deve, provavelmente, à pouca participação (individual e familiar) nos Clubes e na colônia japonesa em geral. Entre os que possuem ciência de tal diferenciação, não foi possível perceber qualquer tipo de preconceito em relação ao grupo de okinawanos, ou vice-versa. Aparentemente, os jovens tratam-se como iguais, independente de sua origem.

O jovem Marcos, de origem não-okinawana, explica como conheceu a cultura de Okinawa:

“Fui conhecer a cultura de Okinawa quando entrei no Taiko. Como um dos responsáveis do grupo, agora, eu vejo como é importante ter essa mistura. Porque de certa forma é uma conquista. A gente está divulgando a cultura para pessoas diferentes”.

Mas na sua família ninguém achou ruim de você andar com okinawanos, namorar?

“Não. Eles só preferem que seja descendente de japonês”.

Mas tanto faz ser de Okinawa ou *naichi*?

“É. Porque a gente, que é naichi, sabe diferenciar menos quem é naichi e quem não é. Eu não sabia muita coisa até conhecer o pessoal”.

No *taiko* a maioria é de Okinawa?

“É. Porque a população da cidade, a maioria, é de Okinawa. A gente tenta passar a cultura e passar por cima dessas intrigas”.

Segundo Marcos, há ainda a participação de ocidentais – ainda que muito pequena, muito mais expressiva que há alguns anos – no grupo de *taiko*. Em relação a suas amizades, devido ao convívio quase diário com descendentes, seu grupo é constituído basicamente por japoneses. Quando conversamos sobre namoros, Marcos afirma que não haveria problemas em sua família caso se envolvesse com uma garota okinawana, e que alguns de seus parentes já se casaram com ocidentais:

“Não, por que meu irmão é desligado dos costumes, meu pai não liga, e a namorada dele também não é descendente. Minha mãe também não liga, ela só quer saber se é boa pessoa. Isso não é muito importante. Desde que você não fique privado, não importa a nacionalidade”.

Durante nossa conversa, perguntei sobre o fato do *Bon Odori* ser uma festa não-okinawana, dançada por *obasan* de Okinawa, e ele, um não-okinawano, tocar *taiko* de Okinawa:

*“É exatamente isso, mas eu acho importante essa integração de culturas diferentes. O que eu acho estranho é que não tem um evento equivalente ao Bon Odori, que é o *Eisá Matsuri* que é bem tradicional, porque a maioria da cidade é de Okinawa”.*

O estudante de administração Antônio relata que possui tanto amigos descendentes de japoneses quanto ocidentais:

“Acho que tenho mais amigos ocidentais, porque tem mais ocidental aqui. Mas eu tenho bastantes amigos japoneses também. São amigos que conheci no colégio”.

Dentre os amigos orientais, há mais okinawanos ou “*naichi*”?

“Pela aparência dá para saber. Então, naichi eu devo ter uns quatro. O meu amigo zoava, um japonês naichi zoava com um amigo de Okinawa, falava que era bugre. Eu via que tinha japonês que era mais escuro, que não tinha mistura com negro, mas que era mais escuro. Já via essa diferença. Meu amigo chamava bastante, zoava”.

Ele não reclamava?

“Não, porque era brincadeira. Não era para humilhar. Tipo, eu nunca fui de falar com esses de Okinawa. Era assim: quando a gente estava com ele, aí ele falava: ‘esses são meus amigos bugres que vocês já conhecem’. Nunca fui de falar muito com os de Okinawa”.

Seu pai foi o único que casou com brasileira?

“Não, minha tia é casada com japonês de Okinawa. Descobri isso conversando com meus avós. Eu estava conversando com eles sobre esse negócio de Okinawa e eles falaram: ‘Ah, o Nilton é de Okinawa’. Eles falam que não tem mais essa rixa. Acho que tem só por alguns, mas a maior parte... Eu acho que meus avós nunca tiveram esse preconceito”.

A relação dos seus avós com seu tio é normal?

“É. Igual à relação com minha mãe, com a mulher do meu tio. Mas eu falei que quando meus pais se conheceram, meu avô teve problema, pareceu que ele ficou bravo, minha mãe falou. Mas a minha avó começou a conversar, puxou assunto”.

Ela falou por que achou que ele ficou bravo?

“Não. Só falou que achou que ele ficou bravo. Minha prima namora um brasileiro, mas o pai dela é totalmente contra. Mas não por ele ser brasileiro, talvez um pouco, mas é porque ele é vagabundo. Só quer sair com os amigos. Pega o dinheiro dela, que trabalha”.

O depoimento do estudante de administração é um dos poucos em que jovens ainda fazem brincadeiras com relação aos okinawanos. Já o relato do estudante de Engenharia Ambiental Paulo mostra suas dúvidas quanto a sua participação em um grupo de cultura okinawana, visto que ele é de origem não-okinawana. Em nossa conversa, pergunto como ele se sentia nessa situação:

“Eu também achei estranho. Eu conheci a M. ano retrasado, aí ela falou para fazer taiko. Aí eu falei: ‘mas eu sou naichi, não sou okinawano’. E ela falou: ‘o que tem a ver?’ Aí eu falei: ‘eu vou lá ver, se eu gostar’... Aí eu gostei”.

O estudante demonstra que seus colegas são quase todos descendentes, pois sempre estudou em colégios caracteristicamente japoneses (Escola Visconde de Cairu e, posteriormente, Dom Bosco – salesiano, mas freqüentado por grande número de nipônicos).

“Porque eu fiz do pré até a quarta série no Visconde. Aí os mesmos amigos do Visconde são meus amigos até hoje”.

E como é o relacionamento com brasileiros?

“Ah, normal”.

Você acha mais difícil ter amizade com os brasileiros do que com os japoneses?

“Acho que não. Acho que é a mesma coisa. Porque japonês é fechado, né?”

Não houve problema em você fazer *taiko* – que é coisa de okinawano?

“Não, porque minha avó tinha amigas de Okinawa, e tudo. Eu falei para ela que eu ia fazer e ela não falou nada, porque ela sabe que eu não faço nada da colônia”.

E namoro?

“Não. Para minha avó tem que ser japonês. Tipo, a minha irmã está namorando um brasileiro já vai fazer dois anos, mas minha avó fica falando que não vai dar certo. Japonês com brasileiro não dá certo. ‘Separa depois de sete anos’, ela fala. Ela fala: ‘fulano casou com fulano e agora está separando’. Minha irmã nem liga. Ela não fala nada”.

Mas, e a sua preferência?

“Tanto faz. Para mim não tem, mas para minha avó tem”.

E se ela ficar na sua cabeça?

“Eu nem ligo. Ela já está velhinha. Minha mãe não fala nada, porque ela também já tinha namorado quando era mais jovem. Namorava brasileiro e minha avó ficava brava, mas minha mãe nem...”

O depoimento de Paulo demonstra como, para alguns imigrantes mais velhos, ainda é importante que seus filhos e netos se relacionem e se casem com membros da colônia japonesa.

A crise entre okinawanos e não-okinawanos cessa no momento em que outro problema surge: a possibilidade de casamentos com ocidentais. A partir desse momento, prefere-se que os relacionamentos sejam estabelecidos com os que são considerados, de uma forma ou de outra, “japoneses” aos ocidentais, a partir de uma oposição por contraste. Assim, “nós” – okinawanos e não-okinawanos – somos diferentes do “outros” – ocidentais.

No caso do estudante Diogo também se reproduz esse conceito:

“Tem uma coisa que eu acho interessante que meus pais me contam, que os pais deles eram bem rígidos. Meu pai e minha mãe... é aquele negócio, preferem japonesa, mas não é só japonês. Minha mãe diz que não é ela que vai casar e eu

tenho que escolher o que eu gostar. É a minha (preferência) mesmo. Não é por influencia de meus pais”.

E ainda tem essa coisa de okinawano não casar com *naichi*?

“Não. Agora já acabou aquele atrito. Meus tios são naichi. Eles contam histórias da japonesada e tal, que era bem nítido esse contraste. Tinha até alguns apelidos, que eu não lembro agora. Mas, antes de casarem, meu avô disse que era para dar prioridade, mas não mandando. Minha tia casou com brasileiro, mas não teve problema. Mas antes dela casar teve o conselho. Isso eu acho engraçado. Meu pai conta muito da vida do meu avô. Antes eu acho que tinha muito essa rivalidade. Não sei na geração mais nova, mas naquela geração anterior, meu pai contava, até meu tio mesmo, parecia que eles tinham um preconceito entre eles”.

Diogo afirma que sua família não o criticaria se namorasse uma jovem não-okinawana, porém confessa que, por seus avós, ele se casaria apenas com moças *uchinanchu*.

O estudante de Administração de Empresas Massao, de 20 anos, conta um pouco de sua história, começando pelo fato de sua mãe ter nascido no Japão e seu pai no Brasil:

“É, (nasceu) lá mesmo. Meu pai nasceu em Santo Anastácio, interior de São Paulo. Por parte de pai sou ionsei. Mas meu sangue é só japonês. Não tem brasileiro no meio”.

Na família do seu pai ninguém casou com brasileiros?

“Aí sim, mas no meu sangue só japonês”.

Mas casaram com brasileiros, ou chegaram a se casar com okinawanos?

“Eu acho que só com brasileiros viu, porque na região em que meu pai morava, em Santo Anastácio, não tem muito okinawano”.

Você tem mais amigos brasileiros ou descendentes?

“Brasileiros. Eu acho que se tornou com o tempo uma questão de preferência. Mas sem eu notar. Sem eu querer distinguir. Porque quando eu era mais novo era normal. Japonês com japonês, e tal. Mas às vezes eu ficava... a comunidade é muito fechada. Hoje eu não faço muita questão. Não é que eu acabo escolhendo. Mas eu me dou bem com quase todo mundo”.

O jovem Massao relata que acha mais fácil estabelecer amizades com ocidentais do que com descendentes e que não tem amigos okinawanos, mas que já ouviu comentários sobre a rivalidade existente entre os dois grupos de japoneses:

“Ouvi. Eu nunca ouvi discriminação, isso e garanto. Pela parte da minha família. Mas eu sempre ouvi minha família comentando: ah, porque eles são de Okinawa. Discriminação aconteceu às vezes, quando falavam que eles eram mais moreninhos, então deve ser de Okinawa”.

Quando pergunto sobre relacionamentos, Massao afirma que sua família é aberta e que não se incomodaria com uma namorada ocidental ou de Okinawa. Porém, durante nossa conversa, chega à conclusão de que sua mãe, *issei*, gostaria mesmo que ele mantivesse um relacionamento com uma japonesa não-okinawana; ele, entretanto, prefere as ocidentais, evitando até mesmo sair para lugares freqüentados por muitos japoneses e descendentes:

“Eu até evito. Em clubes, essas coisas assim, não gosto muito não. Até em São Paulo tem pontos específicos de japoneses. Eu vou (à Liberdade) porque lá tem muitas coisas de produtos eletrônicos. Mas não é um lugar que eu gostaria de morar. Até em São Paulo tem um shopping, tem o shopping Santa Cruz, é longe da Liberdade, fica perto da Saúde, e hoje a Saúde está se tornando um bairro japonês. Liberdade é mais chinês e coreano. E no shopping Santa Cruz só têm japoneses. Eu não gosto. Minhas primas me chamam para ir. Eu vou mais por consideração. Eu me sinto mais estranho no meio de um monte de japonês do que de brasileiros. É que eu não gosto disso, entendeu? De querer se fechar. De muitas vezes, não sei. Acho estranho, entendeu? Tem discriminação contra brasileiros. Tipo: o seu amigo deu o cano em você. Ah, é porque é brasileiro”.

Você usa a origem étnica para estabelecer novas amizades então?

“Acabo usando. Por exemplo, aqui na sala tem o A., ele é japonês que nem eu, mas o jeito dele, eu percebo que é um jeito mais brasileiro. Não é que eu acabo discriminando. O que eu não gosto é de freqüentar, então eu acabo conhecendo menos japoneses. E não gosto quando eles se fecham”.

Quando você falou de não participar de grupos só de japoneses, é porque você se sente excluído?

“Não, não é que eu me sinto excluído, até porque desde o começo da minha vida escolar, desde o pré, até, sei lá, sexta, sétima série, eu andava mais com japoneses, porque é mais fácil, é mais semelhante. Mas depois eu fui vendo que realmente não me atraía muito. Por causa desse negócio de se fechar, entendeu? Mas eu não me sinto excluído. Me sinto estranho. Tipo, o que eu vou fazer num lugar que só tem japonês? Por que só tem japonês aqui? Entendeu?”.

A fala do estudante Massao demonstra uma característica muito comum entre japoneses e descendentes: o grupo. É uma prática habitual entre os jovens andarem sempre unidos, juntos, e normalmente sem muitos ocidentais – somente com *nikkeys*.

A estudante Aline conta um pouco sobre suas amizades e reforça essa questão do grupo, ao afirmar que “agora” há “alguns brasileiros” andando com ela:

Como é a relação com os brasileiros?

“Eu acho normal, tranquila”.

Você tem mais amigos ocidentais ou orientais?

“Depende, porque eu fiz bastantes coisas, cursos, têm muitos jovens agora. Mas eu acho que mais japoneses, por que eu vou ao clube”.

Você falou que seus amigos são mais japoneses. Como grupo, vocês se dão bem com os brasileiros?

“Sim. Inclusive tem uns brasileiros andando com a gente agora”.

E na sua família tem algum problema de misturar okinawanos com *naichi*?

“Acho que não tem, mas eu prefiro dar continuidade”.

Mas okinawanos?

“Ah, tanto faz. Se bem que a maioria aqui em Campo Grande é okinawano”.

Se você aparecesse em casa com um namorado *naichi*, seus avós não iam falar nada?

“Acho que não”.

A jovem Cláudia conta sobre a existência de casamentos inter-étnicos em sua família:

“Tanto da parte do meu pai quanto da minha mãe. Tanto de brasileiros com japoneses, quanto de naichi com okinawanos. Sempre que eu falava de amigos ela perguntava se era japonês. Ela falava que era para casar com japonês, e além de ser japonês tinha que ser uchinanchu. Vê se pode! Dizia que naichi era metido e arrogante. Já minha mãe e minhas tias são mais liberais. Sabem que não adianta fazer certas exigências, tanto com relação ao casamento quanto com relação aos estudos”.

Você se sente mais à vontade em freqüentar lugares onde há mais descendentes?

“Eu gosto de estar no meio de descendentes. A gente se identifica. Mas eu não deixo de freqüentar um lugar porque não vai ter descendente”.

E você usa algum critério para estabelecer novas amizades?

“Eu acho que contribui, porque quando é japonês, a gente conhece alguma pessoa, quando é japonês dá aquela confiança, dá uma segurança. E quando não é japonês a gente fica com certo receio”.

E na sua família houve casamentos com brasileiros?

“Teve. Tem bastante mistura. Minha avó sempre quis que casassem. Além de ser japonês, tinha que ser uchinanchu. A minha mãe fala que isso não tem nada a ver, mas a gente percebe. Tem aquela preferência. Mas ela fala que se não for, não tem problema”.

Seu pai também diz a mesma coisa?

“Também. Nunca falou nada”.

Mas você namora mais brasileiro ou japonês?

“Olha, já foi bem... namorar, eu nunca namorei, mas quando fala que é japonês ou mestiço ela fica mais alegrinha”.

Mas, e a sua preferência?

“É que em Campo Grande, eu prefiro japonês. É o que mais me atrai. Mas em Campo Grande não dá para escolher. É muito difícil. Não dá muito para ficar escolhendo”.

Dentre os tios que você tem, algum casou com brasileiros ou *naichi*?

*“Casaram com brasileiras. E teve um casamento por *miai*¹²² também (irmã da mãe). E foi com uchinanchu. E ela não queria casar por *miai*, mas ela preferiu*

¹²² Casamento arranjado

abdicar da vontade dela de casar com brasileiro para não desrespeitar a família. Ela fala até hoje”.

Ela é a filha mais velha?

“É. Mulher é a mais velha. Ela fala. Só que ela foi feliz”.

Mas os outros casaram com brasileiros?

“Minha mãe é casada com uchinanchu. Mas por preferência dela. Casam com quem preferem, mas tem aquela: ‘ah, seria bom’ (casar com japoneses). Sabe aquela coisa? Então você sente que se for japonês ela vai ficar mais contente, mas não se impor. Sente que vai ter mais confiança”.

Assim como a jovem Cláudia, a estudante Ana também se relaciona mais com descendentes devido a sua participação na colônia japonesa:

Você tem mais amigos japoneses ou mais brasileiros?

“Acho que mais japoneses. Porque na cultura, sei lá, qualquer coisa que a gente vai fazer é no clube. Acho que é mais japoneses mesmo”.

Mas você gosta mais, se sente mais confortável?

“Sei lá. Acho assim, a mesma coisa. Os meus amigos brasileiros falam que eu gosto mais de amigos japoneses, mas nada a ver. Porque eu fazia escola de japoneses, então com certeza, a maioria lá é de japoneses, então”.

Você não usa esse critério para estabelecer novas amizades? Não acha mais fácil?

“Não. Eu não acho mais fácil, porque geralmente, descendentes são mais reservados. Então, geralmente demora a estabelecer amizades. Quando eu comecei a fazer karatê eu não conhecia ninguém, mas depois que você conhece, também”.

E não houve nenhuma resistência dos seus avós quando seu pai resolveu casar com sua mãe (ocidental)?

“Acho que não. Minha mãe fala que como minha avó não falava em português, nunca brigaram, nada, por causa disso. Nunca falou nada disso. As irmãs do meu pai que eram um pouquinho chatas no começo”.

Elas são casadas com japoneses?

“São. Mas acho que minha obasan prefere mais minha mãe do que os genros dela. A outra nora ela brigava muito. Ela ficou um tempo morando junto, elas brigavam demais. Ele casou aqui e depois foi para lá”.

Nenhum dos seus tios casou com okinawanos?

“Não, acho que não”.

Na questão do casamento não há nenhum tipo de restrição...

“Na minha família, porque têm umas amigas minhas que eu vejo, que tem a minha idade que os pais já falaram que só japonês, precisamente. Nem mestiço pode ser. Pai e mãe japonês. Tem umas amigas minhas que já me falaram isso. Desde criança eu as ouço falando isso, então, delas crescerem ouvindo isso, elas mesmas já: ‘ah, só japonês é bonito’. Para elas já está assim. Tudo bem, então, se vocês acham...”

Mas você nunca ouviu na sua família: “se aparecer com namorado okinawano em casa...”

“Não, acho que não”.

E dessas suas amigas, você já ouviu?

“Falando para mim, não. Elas falam para elas: ‘ah, ele é gaijin’. ‘Se o garoto for mestiço, então não quero’”.

E você prefere o quê?

“Eu não acho muito bonito japonês, japonês. Minha mãe que fala: ah, T., mas é tão bonito. Eu falo: sou diferente de você mãe. Por isso que você casou com meu pai”.

Mas você prefere ocidental?

“Ocidental, ou mestiço também. Não sou preconceituosa (Risos). Ele é gaijin eu não quero (Risos). Eu fui a uma palestra em São Paulo com a diretora desse filme (Gaijin, de Tizuka Yamazaki), achei muito bom. Os mais velhos deviam ouvir, porque eles passam para os filhos uma visão super errada”.

A jovem Ana foi, dentre os jovens, uma das que tocou no tema *gaijin*. Quando se fala em preconceito, os descendentes mais ligados à colônia inicialmente levantam a questão do preconceito existente entre os próprios japoneses com relação aos ocidentais. Somente depois mencionam o preconceito dos ocidentais em relação aos nipônicos.

A história do jovem Paulo, estudante de Administração retrata a relação conturbada existente entre orientais e ocidentais em Campo Grande. Seu caso foi muito particular, mas não menos importante para demonstrar como os relacionamentos e o contato podem ser difíceis e complicados.

“Minha mãe tem descendência paraguaia e italiana. E a minha avó é daquele tipo de família japonesa que se acha melhor do que os outros. Eles têm na cabeça deles que eles são melhores do que os outros. E minha avó fez um inferno da vida da minha mãe. E aí ficou nessa história. O meu irmão mais velho leva a tradição da família, por ser mais velho, e a minha irmã mais nova, para os meus avós, é menina, então ela é a queridinha. E eu tinha que ter mais responsabilidade para mostrar. Eu tinha um sério problema quando eu era mais novo, porque meu pai não gostava de mim. Ele não falava comigo. Eu lembro muito bem. Com cinco anos de idade, meu pai não olhava na minha cara, eu entrava num lugar, ele saía. É porque minha avó não gostava de mim, porque ela falava que eu era gaijin, então meu pai criou essa

ilusão. Meu pai foi conversar mesmo comigo a partir dos meus oito anos. Minha avó nasceu aqui e meu avô nasceu no Japão. Por isso tem essa idéia de você é japonês e acabou. Foi a morte da minha avó meu pai não ter casado com uma japonesa. Foi a morte”.

E por que eles se casaram?

“É. Foi aquela coisa. Ela era bonita, e isso de querer agitar, e tal. E ela engravidou em um mês. Mas eles não casaram, eles ficaram juntos. Foram se casar mesmo quando eu estava na sexta série. Porque sempre teve aquela história da minha avó não querer. Porque ela falava que se casasse, ela (mãe) ia passar a ter direitos, nome da família, isso e aquilo outro. E ela não queria. Extremamente tradicionalista. A família do meu avô chegou no Kasato-Maru. A maioria das famílias foi para São Paulo. A do meu avô não, foi para o Paraná e se estabeleceram lá. Tanto que na época os iniciadores da colônia eram da família do meu avô. Então são extremamente tradicionalistas, querem isso e aquilo e tal. Então ter um neto que não era extremamente japonês para minha avó foi uma morte, praticamente. Mesmo com meu irmão mais velho. Eles passaram a se acostumar com a idéia quando meu irmão já estava maiorzinho. Mas só depois disso mesmo. Eles tratavam muito mal minha mãe”.

Seu pai e seus avós falam em *nihongo*?

“Falam. Tanto que quando minha avó está muito ‘de cara’ com minha mãe, está muito brava, ela começa a xingar e falar mal na frente da minha mãe em nihongo. Com meu avô, meus tios, a família toda”.

E se seu pai tivesse casado com uma okinawana?

“Ah, se fosse há muitos anos minha avó ia acabar também, porque ela fala: ‘isso não é japonês, é índio’. Mas meu tio (irmão do pai) é casado com uma okinawana, mas como ela é de uma família de prestígio, são ricos e tal, a minha avó adorou, achou maravilhoso. Mas ela falava muito mal”.

O depoimento de Paulo, de apenas 17 anos, nos mostra a complicada relação entre o tradicionalismo exagerado e a adaptação em um local diferente do país de

origem. Longe dos costumes originais, a família acabou “saindo dos padrões” exigidos pelos mais velhos, o que tornou difícil o relacionamento com outros membros familiares.

Desse modo, torna-se importante conhecer como os japoneses e descendentes lidaram – e lidam ainda hoje – com situações de preconceito em Campo Grande. Durante a realização das entrevistas, muitos dos que gentilmente concederam seus depoimentos afirmaram não terem sofrido nenhum tipo de discriminação ou preconceito, e que as raras situações de piadas, por exemplo, foram levadas “na brincadeira”, apenas com sorrisos e sem respostas. Assim, o próximo sub-capítulo trata sobre a questão dos preconceitos vividos – ou não – por esses membros da colônia japonesa em Campo Grande – MS.

4.3 Preconceitos

Durante a história da Imigração ao Brasil, os japoneses passaram por situações desagradáveis, principalmente no período da Campanha Nacionalista, quando o grupo (assim como entre alemães e italianos) foi proibido de manifestar seus costumes, suas tradições, religiões, falar seu idioma e formar associações, entre outros.

Os japoneses foram considerados, durante muito tempo, como um grupo mais “estranho”¹²³ do que os outros no país da migração, e o preconceito contra esse grupo perdurou por várias décadas. Ainda nos dias atuais é possível encontrar os resquícios desse pensamento nas falas, tanto de ocidentais quanto de orientais.

¹²³ Segundo Giralda Seyferth (Imigração, Preconceito e os Enunciados Subjetivos dos Etnocentrismos. **Revista Travessia**, São Paulo: n. 14, jan – abr, p: 05-15, 2005.), no caso das imigrações, o preconceito relaciona-se com o etnocentrismo, visto que o ponto central para a criação das diferenças são os costumes, “diferenças culturais articuladas à construção simbólica das identidades étnicas, e o postulado de sua universalidade (...) o etnocentrismo é uma característica estrutural das relações (conflituosas) maioria – minoria, exatamente porque indica a crença de que os próprios costumes, linguagem, características físicas, etc., são melhores ou mais ‘naturais’ do que as dos outros”.

Para a sociedade global, os nipônicos ainda não são vistos completamente como “normais”, ou em situações mais raras, como “gente”.

Entretanto, quando se trata da existência ou não de preconceito, inicialmente os japoneses de gerações mais jovens abordam a situação partindo dos japoneses em relação aos ocidentais. Só posteriormente falam sobre a situação contrária, ou seja, da existência de preconceito dos ocidentais contra os japoneses e seus descendentes.

Assim, o presente sub-capítulo será dedicado à fala dos entrevistados sobre a questão do preconceito, demonstrando suas opiniões e sentimentos tanto sobre a existência de possível intolerância por parte os não-japoneses quanto opiniões pré-concebidas por esse grupo sobre os ocidentais. O atual presidente da Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande fala sobre suas considerações sobre as situações de preconceito da cidade:

Você acha que ainda existe preconceito contra os japoneses?

“Não, muito pouco. Isso é raridade. Hoje eu vejo gente que aceita muito bem namorar, se relacionar com não-japoneses, de okinawanos com não-okinawanos. Não sinto mais isso, não”.

E dos ocidentais para com os japoneses?

“Também. Eu acho que isso aí é uma coisa que ficou muito arraigada no Brasil, porque o pessoal saiu do Japão e estacionou naquele status em que eles chegaram. Estado de formação educacional. Eles chegaram e ficou assim. Mas o Japão evoluiu, foi evoluindo. Aí, base americana, e tal. Então o Japão evoluiu. Quando eles chegaram com casamentos entre japoneses e americanos, já ficou normal”.

Essa situação do preconceito oriental x ocidental é reforçada, segundo senhora Aiko, pois esse sentimento existe no Japão para com os *dekassegui*, visto

que, apesar de possuírem a característica fisionomia oriental, não possuem o conhecimento fluente do idioma japonês.

Para a senhora Harumi Essa situação com os *dekassegui* existe porque os brasileiros que estão no Japão “*não têm cartaz*”; eles são considerados malandros pela população local, que não os aceita ali.

Entre os jovens, o preconceito pode ser levado na “brincadeira”. Muitos não levam em consideração as piadas e apelidos que carregaram durante a infância e começo da adolescência. O jovem Marcos conta como lidou com essas situações:

*“Isso sim. Isso é inevitável. Mas depende da maneira como você encara. Em geral, tratamento preconceituoso não existiu. Pelo contrário, porque eles recebem muito bem os japoneses. Porque, tradicionalmente, japonês tem uma educação mais rigorosa, o pessoal tem essa imagem do CDF. O pessoal tem essa imagem, sabe? Mas, por mais que falem, a gente leva na brincadeira. Não vou me estressar com tudo. Mas às vezes o contrário acontece, dos descendentes para os não-descendentes. Não deixam entrar no meio. Principalmente pessoal mais velho. Preferem que casem com descendentes. Mas está mudando. O termo que o pessoal usa, *gaijin*. *Gaijin* é estrangeiro. Eu evito usar esse termo que o pessoal usa. Porque tem gente que se ofende. E as pessoas às vezes usam essa palavra de forma pejorativa. Mas eu sou totalmente contra essa coisa de preconceito contra os não-descendentes. Eu acho uma conquista passar a nossa cultura para pessoas que não são descendentes dessa cultura. Conseguir conquistar essas outras pessoas. Eu incentivo todo mundo que gosta a fazer parte da comunidade, porque eu gosto de ser tratado da mesma forma”.*

O jovem Antônio também relata que adquiriu, durante a infância, alguns apelidos, mas aos poucos eles foram sendo deixados de lado pelos amigos:

Você já ouviu comentários negativos quanto a sua origem? Por ser descendente de japoneses?

“Já. ‘Nerd’, ‘CDF’, ‘não enxerga direito’. Mas ultimamente não ouvi mais. O pessoal fala de japonês, mas não é comentário, é para estereotipar. Não é por maldade”.

Você nunca se afastou de alguém por causa disso?

“Não, nunca chegou... afastar por ficarem queimando, nunca cheguei. Nunca conheci alguém tão chato assim”.

Você já se sentiu excluído de algum grupo? Já o trataram de um jeito diferente por ser descendente de japoneses?

“Teve uma situação constrangedora, mas não foi com alguém que eu conhecia. Teve uma vez que eu estava lá em Natal, numa apresentação de um comediante. Ele fazia brincadeiras e daí chamaram o meu pai para ir lá à frente e ele não quis. Aí teve um cara do outro lado, de outra mesa, que falou: ‘Ele é japonês!’, não sei o que lá. Daí eu senti muita raiva. Fiquei com muita raiva. Acho que foi o momento que eu fiquei com mais raiva por causa disso”.

E qual foi a reação de seu pai?

“Meu pai ficou quieto (tom de reprovação). Ele ficou de boa. Como se pelo fato de ser japonês que ele não foi lá. Mas eu fiquei com muita raiva. Se fosse agora eu daria uma porrada nele! Eu me imporia. Acho que isso não aconteceria porque eu iria lá na frente. Eu gosto de aparecer, de me divertir”.

O jovem Diogo reforça mais uma vez a relação inicialmente complicada que existia entre orientais e ocidentais em Campo Grande e como isso gerava o preconceito no primeiro grupo:

Você já ouviu comentários negativos sobre japoneses e descendentes?

“Já ouvi de pessoal mais velho. De naichi e okinawano”.

Entre os descendentes?

“Isso mesmo”.

O jovem Massao conta a respeito dos estereótipos existentes sobre o grupo japonês e suas considerações sobre tal pensamento:

“Falam que japonês é mão de vaca. Acho que a maioria é. Mas preconceito duro, não. Mais brincadeiras, mesmo. ‘Nerd’, ‘cd’f’. Mas acho que é normal”.

Você já teve vergonha, em algum momento, de ser japonês?

“Devo ter tido vergonha, sim. Com certeza. Mas não me lembro especificamente agora. Talvez... não lembro. Às vezes, por exemplo, eu tenho vergonha de ser brasileiro. Às vezes acontece alguma cagada na política, então, lógico, o mundo inteiro olha isso. Mas de japonês, tinha alguma coisa que eu tinha vergonha, mas agora não lembro. Eu tive vergonha mais por aspectos de hábitos. Não sei. Mas hoje em dia não”.

A estudante Aline conta que na infância também possuía os famosos apelidos, como “Neusa”, “Japoneusa”, entre outros. Porém, segundo ela, isso nunca a afetou, até porque em determinado momento de sua vida foi estudar em um colégio freqüentado por muitos orientais.

Assim como ela, a jovem Cláudia também recebeu tais apelidos, mas nunca os levou em consideração:

Você recebia apelidos na escola quando era criança?

“Sim, aliás, até hoje. Mas isso não me incomoda. Normal”.

Você disse que já sentiu vergonha. Você já se sentiu envergonhada por ser japonesa?

“Acho que quando eu era pequena. Começando que nunca te chamam pelo seu nome. É ‘a japonesa’. ‘Japa’. Eu não gostava quando era pequena. Agora já não me importa”.

Você acha que existe algum preconceito?

“Acho que não”.

Você já ouviu comentários negativos sobre japoneses e descendentes?

“Negativos não. Só piadinhas. Mas nem dá nada. Piadinha é normal”.

Qual tipo de piadinha você já ouviu?

“De todos os tipos. ‘Japonês é nerd’”.

Você nunca se sentiu excluída de algum grupo por ser descendente?

“Acho que não. Acho que quando eu era pequena sim, porque eu tinha um pensamento bem pequeno, seguia o que minha mãe falava. Então, só fazia amizades com japonesinhas. Ou seja, eram uma ou duas. Aí eu fui crescendo, fui acostumando. Mas quando eu era menor era bem assim”.

E você nunca se sentiu excluída de um grupo de japoneses?

“Não. Isso não. Mas lembrei de uma coisa muito interessante. Quando eu era pequena, a minha mãe não deixava eu levar amigas brasileiras para casa. Mas, quando era japonesa, ela deixava, até incentivava. ‘Por que você não traz fulana para cá?’. E isso acontecia comigo e com minha irmã”.

E vocês chegaram a conversar com ela sobre isso?

“Não. Mas a gente percebeu”.

A jovem Ana comenta sobre algumas situações vividas em sua família, e que ela vê como forma de preconceito:

“Sempre tem uns xenofobistas. Tem uma que minha mãe não se esquece. Ela, que é brasileira, se doeu. A gente estava viajando de ônibus, e tinha um filho do amigo do meu pai, e ele era bem ‘japa’, daquele que vem do Japão, do cabelo pintado, muito doido. Aí uma mulher começou a falar que ali estava com o cheiro insuportável. ‘Ai, que cheiro de japonês’. Começou a falar assim. Minha mãe ficou revoltada com a mulher. As crianças estão limpinhas, o cara está quieto no canto dele e a mulher dando chilique no ônibus”.

Quanto tempo tem isso?

“Ah, faz tempo. Eu era pequena. Minha mãe que lembra. Eu devia ter uns oito anos (dez anos atrás). Mas a minha mãe ficou revoltada. Porque tem gente que é bem... tem gente que acha que preconceito é só contra os negros. E não é bem assim”.

E como você reage nessas situações?

“Quando eu escuto, fico com raiva. Porque eu não tenho preconceito contra ninguém. Acho errado as pessoas ficarem falando essas coisas”.

Mas isso já chegou a te deixar angustiada de ser japonesa?

“Não, não ligo não. É inveja (risos)”.

E você já se sentiu excluída de algum grupo de não descendentes, por ser mestiça?

“Não sei, porque a gente sempre leva na brincadeira. Porque o pessoal sempre fica brincando, ela é ‘japa’, não sei o quê. Mas geralmente é brincadeira, não me sinto tão excluída. Porque o pessoal fala rindo, zoando. Se tem um fundinho de verdade, eu não sei”.

Você disse que anda muito com japoneses, então o contrário nunca aconteceu? Se sentir excluída no meio do grupo de descendentes?

“Não, tem aquela coisa que o pessoal fica falando gaijin. Eu acho super errado”.

Você já foi chamada de *gaijin*?

“Não, não me chamam, mas eu sei que na visão deles eu sou. Porque o significado de gaijin para mim é estrangeiro. Então tem aqueles amigos, conhecidos, que ficam: ‘ah, aquele gaijin’. Se referindo a uma pessoa que nasceu aqui no Brasil, assim como ele nasceu aqui no Brasil”.

São descendentes dos dois pais japoneses?

“São dos dois pais, mas os pais já nasceram no Brasil. Então não é quase nada, às vezes não sabe nem ler direito o próprio nome em japonês e ficam falando ‘gaijin’. Uma vez eu briguei com um colega meu por causa disso. Eu falei: ‘você sabe o que é gaijin?’ Ele falou: ‘eu sei’. Eu disse: ‘você não sabe’. Agora eu não ligo tanto, porque meu pai fala, às vezes. Quando ele está com os amigos dele, ele fala isso: Não sei o que, ‘gaijin’. Eu já briguei com meu pai também. ‘Se tem alguém gaijin aqui, é você’”.

O jovem Paulo relata o que pensa sobre os apelidos e estereótipos dos descendentes de japoneses:

“Algumas vezes. Não de ser tratado mal, mas de: ‘ah, o A. tirou nota baixa? Ele é japonês, tinha que tirar nota alta’. Eu tinha que ouvir isso do professor. Japonês sempre é o primeiro da turma. Fora isso sempre tem aquelas piadinhas. Eu não chamaria isso de preconceito. ‘Ô japonês!’, ‘Ô isso e aquilo’. Eu nunca gostei de ser chamado de japonês. Nunca, nunca. ‘Ô japonês’. Antigamente eu não aceitava mesmo. Eu falava: ‘não! O que é isso? Eu sou brasileiro como você. Posso ser descendente, o que for, mas eu não sou japonês. Eu sou brasileiro’. Então eu não gostava. Tanto que eu achava que era um xingamento. ‘Ô japonês’, isso e aquilo. ‘Meu nome é A. Me chama de A’”.

A partir dos depoimentos encontrados durante o período de realização dessa pesquisa, nota-se que, entre o grupo, poucos vêm de forma negativa os comentários ainda existentes sobre os japoneses e descendentes. Os estereótipos criados pelos ocidentais são quase sempre encarados como simples brincadeiras, não sendo levadas a sério. São raras as situações em que orientais sentem-se realmente incomodados, sentindo-se muito mais acanhados quando percebem que o estereótipo e os comentários negativos partem do próprio grupo japonês, que ainda utiliza algumas nomenclaturas, como o termo *gaijin*, mesmo estando no Brasil.

Assim, a partir das informações obtidas sobre como os japoneses e seus descendentes percebem a questão do preconceito, torna-se importante compreender como se dá a construção da identidade étnica desse grupo, levando em consideração a importância das mulheres japonesas na transmissão das tradições para as gerações mais novas. Desse modo, o próximo tópico destina-se à fala dos entrevistados sobre suas identidades.

4.4 A Identidade Étnica Japonesa em Campo Grande

Durante décadas, os estudos migratórios dedicaram-se à questão da mudança cultural e assimilação sofrida pelos grupos migrantes quando inseridos em uma nova sociedade. No Brasil, essa situação perdurou até a década de 1970 (SEYFERTH, p. 17), quando o tema da identidade começa a ser levantado pelos cientistas. Desse modo, a questão da etnicidade passa a ocupar um espaço cada vez maior nas pesquisas migratórias, levando em consideração os grupos de fronteira e grupos que estão em intenso contato.

Kahn (In: SEYFERTH, p. 21) usa o termo “identidades múltiplas” para tratar sobre os diversos componentes da identificação étnica, que podem se alterar no tempo e de acordo com a situação social em que o grupo étnico se encontra, visto

que os indivíduos possuem mais de uma identidade –há as geracionais e as hifenizadas, entre outras.

Segundo Seyferth (p. 22), quando se trata de identidade múltiplas, há heterogeneidade e ainda diferenças internas, inerentes ao grupo, como as diferenciações regionais, geracionais, religiosas, de classe, e assim por diante:

“O exemplo dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil é demonstrativo dessa dinâmica classificatória. A categoria étnica mais geral – japonês – é construída internamente por oposição aos outros, ancoradas em distinções culturais. Mas existem outras categorias, assinaladas pelos estudiosos dessa imigração, como Vieira (1973) e Handa (1987) – como as que opõem os imigrantes provenientes do arquipélago japonês (naiti-jin) e das ilhas Ryukyu (Okinawa – jin), assinalando diferenças culturais e fenotípicas; ou que estão referidas às diferentes gerações que também operam com critérios de menor ou maior aproximação com a sociedade brasileira”.

Os depoimentos abaixo demonstram como os velhos e jovens compreendem sua própria identidade étnica.

Nascida no Japão, mas imigrante com apenas um ano de idade, a senhora Mie afirma categoricamente que é brasileira e que seu coração é daqui, declarando inclusive que sempre quis morrer no Brasil. Sua paixão por esse país, segundo ela, é tão forte que chega a se incomodar com os brasileiros que sujaram as ruas, pois eles deveriam ser os primeiros a cuidar dessa terra. Ela afirma que os brasileiros deveriam cuidar melhor do país.

Apesar de nascido no Japão, o senhor Teruo se coloca numa situação de “meio”. Não é nem brasileiro e nem japonês. E é os dois ao mesmo tempo. Quando está no Brasil, é visto pela sociedade em geral como japonês. Porém, quando retorna ao Japão, é considerado brasileiro.

A senhora Harumi, *nissei*, diz: “*de japonesa eu só tenho a cara*”. E “*os japoneses daqui são vistos como brasileiros lá*”. Diz também que os jovens daqui são mais “brasileiros”. Já os mais velhos ainda são mais “japoneses”. Em certo momento, a senhora Harumi comenta sobre as feições dos japoneses e brasileiros. Segundo ela, há muitas diferenças físicas entre os dois grupos. Os brasileiros acham os japoneses todos iguais, não conseguem diferenciá-los. Cita um exemplo de sua ida ao Japão: chegando lá, um primo de seu marido disse que não sabia diferenciá-los:

“Quando eu cheguei ao Japão, um primo dele falou assim: ‘eu não sei diferenciar não, porque brasileiro é tudo igual’. Eu falei: ‘então é a mesma coisa, porque brasileiro também fala que japonês é tudo igual, e você fala que nós brasileiros somos todos parecidos’. Eu acho que é por causa da convivência deles, lá. A minha filha de criação, o pai dela é brasileiro, é baiano, e ela tem mais feição brasileira do que japonesa, mas para ela, eles respeitam muito. Porque ela fala muitas coisas em japonês. Porque ela está acostumada, e ela fez um pouquinho de língua japonesa aqui, mas nos 15 anos que ficaram lá aprenderam muita coisa. Começam a falar. Porque no serviço, algumas que são brasileiras, que falam o português fluente lá, mas a maioria é japonês, fala em japonês”.

Perguntei à senhora Harumi se ela acha que os descendentes, os mais jovens, vêem-se mais como brasileiros ou como japoneses:

“Mais como brasileiros. E eu também acho que eles têm mais feição, puxa alguma coisa, a maioria puxa os olhos ou a boca, que é mais brasileiro. Mas quando é mais velho, tem mais feição japonesa. Até no andar, eles arrastam muito o pé. Eu noto. Agora veio um neto meu, da minha filha de criação, mas ele está japonês escrito! Eu falei: ‘agora você virou japonês, não agüenta nem com o chinelo? Você está arrastando o sapato, arrastando o chinelo!’ Ele respondeu: ‘é, mas a gente está virando japonês’. Ele acostumou”.

O senhor Toshio, ao contar sua saga em um livro sobre a imigração em Campo Grande, enfatiza que é brasileiro. Mas durante nossa conversa fica uma dúvida: “*Não sei o que sou. Quando estou aqui tenho vontade de ir para lá, quando estou lá tenho vontade de vir para cá*”.

Entre os jovens também há certa indecisão. O estudante Marcos relata como se sente e se identifica:

“Ah, brasileiro. Não por preferência, mas porque é fato. Minha nacionalidade é brasileira. Eu nasci aqui, sou brasileiro. Independente de sua etnia. Eu acho que se eu me colocar como japonês eu estou me excluindo dessa sociedade. Vou falar, sou japonês e falo português, sabe? Não tem porque falar. É a nacionalidade. Apesar dos pesares”.

O também estudante Antônio conta que seria mais fácil se não fosse descendente de japoneses:

“Eu desejei não ser. Para ficar mais fácil de me enturmar, e tal. Porque se eu fosse... porque geralmente as pessoas se unem pelo que tem de parecido. Por isso”.

O jovem do *taiko*, Paulo, revela que não gostava muito de sua ascendência devido aos estereótipos que existiam por parte dos ocidentais, que sempre o enquadravam em um modelo pré-estabelecido, e que se sente mais brasileiro do que japonês.

“Japonês é fechado. Eu sou fechado. Agora que estou mudando”.

Você gosta de ser japonês?

“Antes eu não gostava muito. Porque eu fui para o Dom Bosco e era assim: japonês é nerd. Amigo na hora de fazer trabalho”.

E você se sente mais japonês ou brasileiro?

“Mais brasileiro”.

O jovem estudante de Ciências Sociais Diogo, de 20 anos, afirma que a forma com que se identifica depende do lugar e das pessoas com quem se encontra:

“Aí depende do lugar. Aqui no Brasil, só para contrariar, eu falo que sou japonês. Mas se eu estivesse no Japão diria que era brasileiro, com orgulho. Tem gente que me pergunta se eu vou ao Bon Odori, e eu nem tô aí. Aí me perguntam: ‘você não é japonês, não?’ Aí eu falo: ‘não, não sou tanto, não’”.

E você se considera mais japonês ou brasileiro?

“Mais brasileiro”.

Massao, estudante, afirma que atualmente se sente mais brasileiro do que japonês, visto que hoje leva em consideração seu modo de ver e sentir as coisas, o mundo, e não o fenótipo. Entretanto, assim como outros, acaba se sentindo tanto japonês quanto brasileiro:

“Hoje eu me sinto mais brasileiro do que japonês. Acho que pelo modo de ver as coisas, pensar. Mas muitas coisas, sem querer, eu acabo sendo japonês. Não tem como fugir disso, eu acho. Na educação mesmo”.

A estudante e participante do *taiko* Aline fica em dúvida com relação a alguma definição.

“Não sei. Porque eu gosto do Brasil e tal, eu acho que me sinto mais japonesa. Por tudo que eu faço. Ah, não sei. A minha cultura é essa, mas acho que me sentiria mais brasileira”.

A jovem estudante e participante de *karaokê* Cláudia comenta sobre a sensação em participar dos campeonatos musicais e sobre os traços da cultura japonesa em sua vida:

Você sente necessidade de ressaltar os traços orientais?

“Eu gosto. Às vezes eu fico com vergonha, quando eu tenho apresentação eu morro de vergonha de falar. Mas eu acho legal, porque você não está ali só mostrando a cara de japonesa. Tem alguma coisa da cultura. Eu acho legal. Por isso que eu faço. Minha mãe adora!”.

Ela também tem esse gosto em ressaltar a cultura?

“Não sei, mas acho que ela gosta. Tipo, quando eu preciso de dinheiro para outras coisas ela não deixa, mas quando eu falo que eu preciso de dinheiro para viajar com o karaokê, ela dá. É incrível”.

Você se sente bem com a sua “japonesidade”?

“Sinto”.

E você percebe se os mais velhos da colônia ficam contentes quando os jovens são assim? Eles gostam de ver isso nos mais jovens?

“Eu acho. Tanto que em algumas apresentações, dependendo das músicas e das danças, eles começam a chorar. Porque de certo eles lembram mesmo. Eu acho isso legal... demonstrar para eles. Nossa!”

Você se considera mais brasileira ou japonesa?

“Brasileira. É difícil, depende do aspecto. É difícil, mas eu me colocaria mais como japonesa”.

Você prefere que a vejam mais como brasileira ou japonesa?

“É que não tem como negar. É a minha cara”.

A jovem estudante de Biologia Ana inicialmente também afirma não saber como se definir. Quando lhe pergunto sobre sua identidade, ela responde:

“Ai, não sei (risos). Quando eu estou com muitos brasileiros, ou até com muitos japoneses que não conhecem muito, eu me sinto mais japonesa, porque, nossa, eu sei muita coisa! Ah, eu me acho mais japonesa, mas normal assim, sei lá”.

Você não tem problema em ser identificada como japonesa?

“Não, não. Aquela coisa de apelido, ‘japa, japinha’... Isso tem, mas eu não ligo, não. Mas eu me acho mestiça, eu não me acho japa, japa, sabe. O meu irmão, dizem que ele parece mais brasileiro. Ele é mais puro, não tem nada de mestiço. Eu não sei, nunca consegui ver essa diferença”.

O jovem Paulo, apesar de ter sofrido com o preconceito dentro de sua própria família, afirma que nunca tentou negar sua descendência japonesa:

Você nunca desejou se afastar deles, desse lado “japonês”?

“Não, sabe por quê? Por que eu acho que é uma cultura muito bonita. O que eu sinto falta... é porque é assim, tem a cobrança, a cultura é isso, você é japonês, tem que fazer isso. Mas meus avós, em nenhum momento, mostraram: ‘olha, a cultura japonesa é isso. Essas são as nossas tradições, sabe?’ Eu só escutei cobrança, eu só escutei esse tipo de coisa. Mas, por exemplo, eu fui aprender o que era sushi quando eu tinha meus 12 anos. Festas que têm no Japão, como, por exemplo, o Bon Odori, Undokai, esse tipo de coisa, eu não sabia o que era. Eu só sabia que era uma festa japonesa por causa do nome. Eu não tinha a mínima noção do que era. Eu não sabia que era o filho mais velho que carregava aquele altar da família. Esse tipo de coisa eu não sabia. Quando eu fui ficando mais velho, fui aprendendo, fui procurando informação sobre isso, fui me apaixonando pela cultura. Eu sei que é bonita. Então eu acho que isso é causado pela pessoa. Os meus avós agem dessa forma. Eu não sei de todas as famílias, mas eu prefiro olhar a parte bonita. Não a parte do preconceito. E aí eu comecei a me apaixonar pela cultura. Pela cultura, não pelas pessoas. Apesar de ser muito ríspido, muito sério, acho muito bonita a cultura do bushidô, dos samurais e tal. Fora do Japão eu acho muito legal. Acho maravilhoso pessoas conseguirem desenvolver um país de tão rica tecnologia num lugar que era praticamente impossível sobreviver. Eu acho legal essa parte, mas meus avós... eu não tenho nada contra a cultura, mas a eles. Eu tenho uma relação amigável com eles, digamos assim, falsa, mas amigável. Hoje esse tipo de coisa assim só acontece pelas costas. Não mais pela frente”.

Mas, com tudo isso, com esses problemas na família, você se sente bem sendo japonês?

“Eu não me sinto japonês, eu me sinto chateado por não ter tido conhecimentos. Porque os meus avós não me passaram cultura japonesa nenhuma. Sempre tive muita falta disso. Eu acho bonito, meus amigos são japoneses, e têm aquela tradição, eles demonstram respeito pelos pais e tudo, pelos avós deles. Teve um dia que ele (avô) foi, feliz da vida, mostrar para a gente a árvore genealógica da família. Ele falou que agora a gente ia poder colocar o nome da gente aqui. Aí minha avó falou:’ que colocar aí nada! Eles não são japoneses! Não tem que colocar aí, não’. Aí meu avô ficou meio chateado. Eu acho estranho, porque dizem que mulher japonesa é submissa, isso e aquilo, mas, minha avó fala, meu avô obedece. É incrível. Minha avó fala, meu avô obedece. Meu avô é super tradicionalista, mas ele gosta muito da cultura brasileira. Ele gosta muito do Brasil. Ele é japonês, mas mora aqui”.

O depoimento do último jovem não é uma exceção. Muitos dos descendentes das últimas gerações não possuem conhecimentos muito amplos sobre a cultura de seus ancestrais; poucas são as crianças e adolescentes que têm participação ativa nos diversos Clubes e Associações Japonesas da cidade de Campo Grande. Esse afastamento é resultado, provavelmente, do tempo em que seus pais e avós estão radicados nesse país. Assim como o uso do idioma foi sendo extinto do seio familiar, as noções dos costumes e tradições também foram sumindo, de acordo com a importância que lhes eram atribuídas pelos mais velhos. A participação e, conseqüentemente, os conhecimentos dos mais jovens sobre a cultura japonesa se devem, em grande parte, à participação de suas avós na colônia nipônica. Quanto mais interessadas elas são, maiores são as probabilidades de seus filhos e netos possuírem conhecimentos sobre seus antepassados e de se identificarem como japoneses, ou “japoneses, mas brasileiros”¹²⁴. Entre os nipônicos também é comum encontrar a não auto-identificação japonesa. Entretanto, seus pares são sempre identificados como japoneses, ou “japonesada”. Os descendentes de orientais nipônicos, de certa forma, incorporam a seus pares – familiares e amigos –, a denominação que os ocidentais lhes dão. Entre os jovens, é comum o apelido “japonês”, dentro do próprio grupo nipônico.

¹²⁴ Ver explicação adiante.

Aceitar ou não sua “japonesidade” em Campo Grande depende, em grande parte, da relação construída com a cultura oriental pelas mulheres mais velhas das famílias, visto que são elas as freqüentadoras dos Clubes, festas e comemorações nipônicas realizadas na cidade, e que, conseqüentemente, acabam sendo seguidas por seus familiares.

A construção da identidade étnica passa então por suas mãos, pois, a partir de sua influência, as gerações mais jovens aproximam-se da cultura e dos costumes nipônicos, embora seus conhecimentos sobre as tradições dos antepassados sejam apenas superficiais. De fato, suas informações provavelmente nunca serão condizentes com as tradições e costumes do próprio Japão – do passado e atual – devido às transformações e mudanças sofridas naquela sociedade. Poucos possuem noções do idioma, mas o fato de viverem cotidianamente, desde sua infância, fragmentos da cultura japonesa, como a alimentação – presente em quase todas as famílias – faz com que os membros desse grupo identifiquem-se como brasileiros que são “também” japoneses.

Digo “também”, pois, inicialmente, nenhum dos entrevistados formais¹²⁵ identificou-se como japonês, apesar de assumirem essa identidade posteriormente, ao afirmarem que existem algumas diferenças entre sua socialização e a de outros campo-grandenses. Essa identidade não seria, porém, “hifenizada”, pois não se assume uma identidade “nipo-brasileira”¹²⁶. A identidade dos membros da colônia japonesa em Campo Grande depende do momento social, da época e da situação vivida, ou seja, em determinados momentos seriam japoneses; em outros, brasileiros.

¹²⁵ Considero entrevistados formais aqueles cujas entrevistas foram anexadas nesta pesquisa. Houve também conversas informais com outros japoneses e descendentes em outras épocas e que não constam neste trabalho.

¹²⁶ Entendo que uma identidade “nipo-brasileira” significaria que o indivíduo se identificaria ao mesmo tempo com duas etnias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2008 a Imigração Japonesa para o Brasil completa seu Centenário. Entretanto, poucos são os trabalhos que buscam compreender a inserção desse grupo na cidade de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, que recebeu a terceira maior população de migrantes nipônicos desde 1908.

A colônia japonesa da Cidade Morena possui particularidades que a tornam única, como o fato de possuir uma população eminentemente okinawana. Essa característica fez com que as relações sociais entre okinawanos e não-okinawanos fosse muito mais amistosa do que a existente no Japão.

Apesar de durante muitos anos ainda existirem preconceitos contra os *uchinanchu*, esse sentimento foi sendo dissipado ao longo do tempo. Atualmente vários são os jovens de origem não-okinawana que participam de grupos culturais de Okinawa, como o *taiko*, sem a desaprovação de familiares e amigos. Para esses jovens, o que realmente importa é conhecer a cultura “japonesa”, independente da ilha ou província de origem, o que demonstra que, para a nova geração, o Japão está mais unificado do que há alguns anos. As diferenças entre esses grupos existem, porém, não chegam à “desigualdade”.

Em Campo Grande, membros dos dois grupos vêm-se de formas diferentes, mas não negam serem todos pertencentes a uma única nação – são japoneses. Assim são vistos também pela sociedade ocidental da Cidade Morena, e são poucos os que conseguem diferenciá-los apenas pela fisionomia. Os campo-grandenses possuem conhecimento da existência de dois grupos distintos de orientais nipônicos, de que entre eles há diferenças culturais e de que okinawanos são maioria na cidade, mas dificilmente podem dizer quem pertence a qual grupo.

A partir dessa pesquisa, pretende-se também demonstrar que os estudos de Relações de Gênero são de extrema importância para as pesquisas sobre as migrações internacionais, visto que as mulheres, sempre vistas como secundárias, possuem um papel importante na história dos processos migratórios. Migrando sozinhas ou acompanhando suas famílias, como foi o caso japonês, elas constituíram-se como fundamental reforço e contribuição para os que aqui se estabeleceram.

As mulheres nipônicas encontraram no Brasil situações e desafios que as tornam dignas de estudos mais amplos sobre sua condição, em que não sejam vistas apenas como auxiliares ou acompanhantes, mas como peças principais, uma vez que contribuíram para a formação desse país.

As entrevistas e observações realizadas durante a vigência dessa pesquisa apontam para a magnitude de seu trabalho, de seu sofrimento e, principalmente, do descaso com que foram tratadas. Muitas sofreram – e ainda sofrem – abusos e violências por parte de seus maridos. Algumas, nas primeiras entrevistas, somente podiam conversar com seus maridos a seu lado. A relação desigual, que aparentemente não é a mesma existente no país de origem, ainda é reproduzida no Brasil, porém, já com traços de ocidente: velada e camuflada. Em um dos casos analisados, a entrevistada demonstra que, no dia-a-dia, em sua casa, pode não seguir todas as regras impostas às mulheres japonesas, como comer sempre após o maridos, mas que quando se encontra em público prefere servir seu esposo e alimentar-se posteriormente, demonstrando sua condição de submissão.

As mulheres japonesas, como responsáveis pela casa e pela família, são também responsáveis pela transmissão das tradições aos seus descendentes, pois possuem o importante papel de socializadoras das crianças – filhos e netos. Isso é resultado da própria situação de dominação que sofrem cotidianamente. Como estão relegadas ao mundo doméstico, acabam adquirindo a função de dar continuidade às tradições, aos costumes e à cultura nipônica.

Diferentemente dos homens, as mulheres estão também muito mais envolvidas com as atividades das Associações e clubes japoneses na cidade de

Campo Grande, o que possibilita que se mantenha vivo o interesse dos descendentes mais jovens em conhecer e participar de eventos e atividades culturais japoneses. Em famílias compostas apenas pelo pai de origem nipônica, normalmente os filhos e netos possuem pouca ou nenhuma participação na vida cultural japonesa em Campo Grande. Entre os casos formais analisados, apenas em uma família inter-étnica, em que o pai é *issei*, há envolvimento dos jovens com a colônia. Entre os casos informais observados ao longo dos anos, pode-se perceber que o interesse dos membros da geração mais nova, filhos ou netos de relacionamentos inter-étnicos (de pai japonês e mãe ocidental), em participar de algum Clube ou Associação surge após a fase de adolescência. Já entre filhos e netos de relacionamentos japoneses ou inter-étnicos em que a mãe é oriental, o interesse surge ainda na infância, quando as crianças são levadas a participar das atividades existentes na colônia, como o *undokai*.

As mulheres orientais constituem, portanto, as peças de resistência que possuem o importante papel de nutrir nas gerações mais jovens as tradições e costumes japoneses, apesar dos cem anos em que esse grupo construiu sua vida no Brasil.

Uma das formas de expressão da cultura japonesa mantida em Campo Grande é a Festa do *Bon Odori*, realizada anualmente. O que antes era uma comemoração fechada, restrita aos membros da colônia, a partir do final da década de 1990 passou a ser uma festa turística, promovida com a participação da prefeitura municipal, que divulga e comparece com suas autoridades. A festa tomou grandes proporções, o que incomoda alguns japoneses e seus descendentes, que agora o vêem como um “carnaval”, e não como uma homenagem aos mortos. Essa idéia da festa como carnavalesca se deve também ao desconhecimento do público em geral – ocidental e oriental – do real significado da festividade. As transformações que vêm ocorrendo a cada ano contribuem para que os japoneses mais antigos da colônia sintam-se “deslocados” durante a realização do *Bon Odori*. Muitos se dirigem às suas casas logo após a dança das *obasan*, enquanto os jovens permanecem se divertindo com as novas músicas inseridas no repertório.

Apesar de tais transformações, o *Bon Odori*, juntamente com o *sobá*, prato típico da colônia japonesa de Campo Grande, são alguns dos elementos constituintes da identidade étnica dos descendentes de japoneses na cidade, pois servem como elo entre o presente, vivido no Brasil, e o passado, vivido por seus pais, avós e outros familiares no Japão, antes da imigração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Esportiva da Colônia Japonesa em Campo Grande. **AYUMI**. A Saga da Colônia Japonesa em Campo Grande. Campo Grande: SABER Editora, 2005.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. De Criciúma Para o Mundo: Gênero, Família e Migração. **Campos - Revista de Antropologia Social**. Curitiba: UFPR, 2003, v. 3, p. 31-49.

BACELAR, Jeferson. Mulheres de Galícia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004.

Banducci, Álvaro; BARRETO, Margarida. **Turismo e Identidade Local**. Campinas. Editora Papyrus, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

CANESQUI, Ana Maria. Antropologia e Alimentação. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, n. 3, 1988.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social**. Estudo sobre os Japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: 1972

CASTELLS, Manuel. Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Volume 2, 3ª Edição.

DALBY, Liza. **Gueixa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2003.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **De geração a Geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ENNES, Marcelo Alario. **A Construção de uma Identidade Inacabada**. Nipo-Brasileiros no Interior do estado de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GLENN, E. N. **Issei, Nisei, War Bride**: Three Generations of Japanese American Woman in Domestic Service. Philadelphia: Temple University Press, 1986.

HANDA, Toomo. **O Imigrante Japonês**. História de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1987.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3ª edição.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. Questões de Gênero em Estudos Comparativos de Imigração: Mulheres Judias em São Paulo e em Nova York. **Cadernos Pagu**. Campinas: n. 23, p. 279-328, jul./dez. 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: Um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, 15ª ed.

LEÃO, Valdemar Carneiro. **A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934)**: Contornos Diplomáticos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1990.

LEITE, Isabel Leite. **Gênero, Família e Representação Social da Velhice**. Londrina: Eduel, 2004.

LESSER, Jeffrey. **A Negociação da Identidade Nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e Alimentação ou o que Têm a Ver os Macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, 2001.

MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia: Uma Breve Revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. Os (Des)Caminhos da Identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v. 15, n. 42, p. 7 – 21, fev. 2000.

ORTIZ, Renato. **O Próximo e o Distante: Japão e Modernidade – Mundo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. F. Getúlio Vargas, 1999

PEIRANO, Marisa. **Rituais Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. O Espaço Social Alimentar: Um Instrumento para o Estudo dos Modelos Alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 3, 2003.

POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**: Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras, de Fredrick Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Relatos Oraís: Do “Indizível” ao “Dizível”. In: VON SIMSON, O. de M. (Org.). **Experimentos com Histórias de Vida** (Itália – Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 14 – 43.

_____. **Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

Okinawa Tourism & Cultural Affairs Bureau. Cultural Promotion Division. **RyuKyuan Cuisine**. Okinawa: Japan. First Edition, 1995.

SAKURAI, Célia. **Romanceiro da Imigração Japonesa**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1993. (Série Imigração; v. 4)

SAKURAI, Célia. et. Al. **Imigração e Política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995, Série Imigração, v. 6.

SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil**: Estudo de Mobilidade e Fixação. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.

_____. **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1973.

_____ (org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

SAVOLDI, Adiles. A Reconstrução da italianidade no Sul do Estado de Santa Catarina. In: Banducci, Álvaro; BARRETO, Margarida. **Turismo e Identidade Local**. Campinas. Editora Papyrus, 2002.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração**. Ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. **Repensando O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. F. Getúlio Vargas, 1999

_____. Cartas e Narrativas Biográficas no Estudo da Imigração. In: DEMARTINI, Z. B. F. & TRUZZI. O. M. S. **Estudos Migratórios**: Perspectivas Metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

_____. Imigração, Preconceitos e os Enunciados Subjetivos dos Etnocentrismos. **Revista Travessia**. São Paulo: p. 05-15, 2005.

_____. **Imigração e Re(Construção) de Identidade Étnicas**. s/d. p. 17 – 34.

SORJ, Bila; HEILBORN, Maria Luiza. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, S. (Org.) **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

The International Society for Educational Information, Inc. **O Japão de Hoje**, Japan Echo Inc, 1990.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O Japonês na Frente de Expansão Paulista**. O Processo de Absorção do Japonês em Marília. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: Tradição e Modernidade. **Série Antropologia**. Brasília: 183, p. 01 – 20, 1995.

ANEXOS



Imagem de algumas barracas de comida instaladas dentro do salão pouco antes da dança começar.

Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota



Início das danças com as *obasan* ainda sozinhas no salão.

Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota



Momento em que os jovens sobem ao palco e substituem as *obasan*

Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota



Grupo de cantores que animou a festa ao vivo, ao contrário do que ocorria normalmente, quando uma gravação era utilizada

Fonte: Nádía Fujiko Luna Kubota



Momento de uma das danças em que são formados pares ou casais...

Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota



... E a dança continua.

Fonte: Nádia Fujiko Luna Kubota



“Agora vamos, levando a família, para a América do Sul” - convoca o cartaz, de 1925, de uma companhia japonesa de imigração.

Disponível em: < <http://www.terrabrasileira.net/folclore/indice1.html> > Acesso em: 23 fev. 2006.

Diário de bordo relata os 52 dias de viagem no Kasato Maru

Viagem que deu início à imigração japonesa foi marcada pelas dificuldades

30.05.2003 - por Redação Made in Japan

“Depois de uma noite tranqüila de viagem, o Kasato Maru percorreu as primeiras 195 milhas e a viagem transcorre normalmente”, relata o diário de bordo escrito por Ryo Mizuno, considerado o pai da imigração” . “Os passageiros usam trajes ocidentais confeccionados na Europa. Os homens deixam de lado o quimono e vem de terno e gravata, chapéu e bota. Alguns trazem no peito condecorações de guerra com a Rússia.”

“No dia 30 de abril, choveu à tarde. O navio percorreu 247 milhas e os imigrantes viram a pequena ilha de Suwa. Agora todos são ‘soldados da fortuna’ querem enriquecer e voltar dentro de cinco anos.” Na bagagem, além da esperança, trazem manuais práticos de português que se tornariam inúteis na nova terra. Frasco de conserva, molhos para temperos, cobertores, pauzinhos para comer, travesseiros de bambu, papel e tinta nanquim (532 passageiros eram alfabetizados) compõe seus pertences.

“Na quarta-feira, 6 de maio, o primeiro incidente: o foguista Kataoka demonstra irritação e deixa todos inquietos. Ele tentou invadir os aposentos das mulheres e foi contido pelos vigias noturnos. Nada aconteceu”, escreveu Ryu Mizuno.

“A 9 de maio, após uma madrugada de forte tempestade, o navio aportou em Cingapura. Shuhei Uetsuka é o único que desembarca, para despachar a correspondência” .

O diário de Ryu Mizuno diz que a viagem transcorre sem anormalidades até o dia 13 de maio, quando os imigrantes passaram a sofrer mal-estar generalizado, em consequência dos fortes ventos que fazem o navio jogar” .

O farol Lang foi avistado no dia 31 de maio e, em poucas horas, surgia a África. Às 22 horas do dia 2 de junho, o navio chegava à Cidade do Cabo.

Ryu Mizuno foi o único a desembarcar por um curto período de tempo.

Três dias antes da chegada ao Brasil, o foguista Kataoka voltou a demonstrar perturbações. À meia-noite de 15 de junho, armado de uma faca, tentou matar Ryu Mizuno, mas foi contido por seu chefe, Seizo Yokoyama, que acabou sendo ferido

gravemente na barriga . Durante alguns dias ele resistiu. Chegou a ser internado em Santos, mas morreu e foi sepultado no túmulo número 50 do cemitério santista.

Às 17 horas do dia 18 de junho, o Kasato Maru atracava no porto de Santos no cais número 14. Os imigrantes agitavam bandeirolas de seda, do Brasil e do Japão. Somente desembarcaram no dia seguinte e permaneceram na cidade por duas horas, sendo em seguida encaminhados para a Casa da Imigração em São Paulo. Após alguns dias, todos foram enviados às fazendas do interior paulista. Os japoneses começavam a construir sua nova pátria.

Disponível em < <http://www.madeinjapan.com.br/2003/05/30/diario-de-bordo-relata-os-52-dias-de-viagem-no-kasato-maru/> > Acesso em: 23 fev. 2006.

VAPOR JAPONEZ:

A's 9 1/2 horas da manhã de hontem, entrou em nosso porto o vapor japonês *Kasato Marú*, consignado á casa Wilson Sons & C.^a, desta praça.

E' esta a primeira viagem que esse vapor faz para portos do Brasil, tendo levado 51 dias de Kionbin a este porto, tocando em Singepara e Capetown.

O *Kasato Marú* que tem 3.823 toneladas de registo e 91 homens de tripulação, e é commandado pelo capitão A. G. Stevens, trouxe 781 imigrantes japonezes para nosso Estado, que hoje devem seguir para a capital em trem especial, que partirá ás 9 horas da manhã.

O *Kasato Marú* também traz a seu bordo vinte e poucos passageiros de classe, em viagem de recreio.

A's 5 horas da tarde o *Kasato Marú* atracou ao cães das Docas, em frente ao armazem n. 14.

Durante a viagem desse vapor, e já em aguas brasileiras, deu-se no dia 15 do corrente, ás 11 horas da noite, um lamentavel fucto, que vai noticiado noutra parte desta folha.

O nosso solo é tão vasto e está na maior parte deshabitado, que de qualquer modo precisa povoamento.

A nossa lavoura, grita-se por toda a parte, está sem braços!

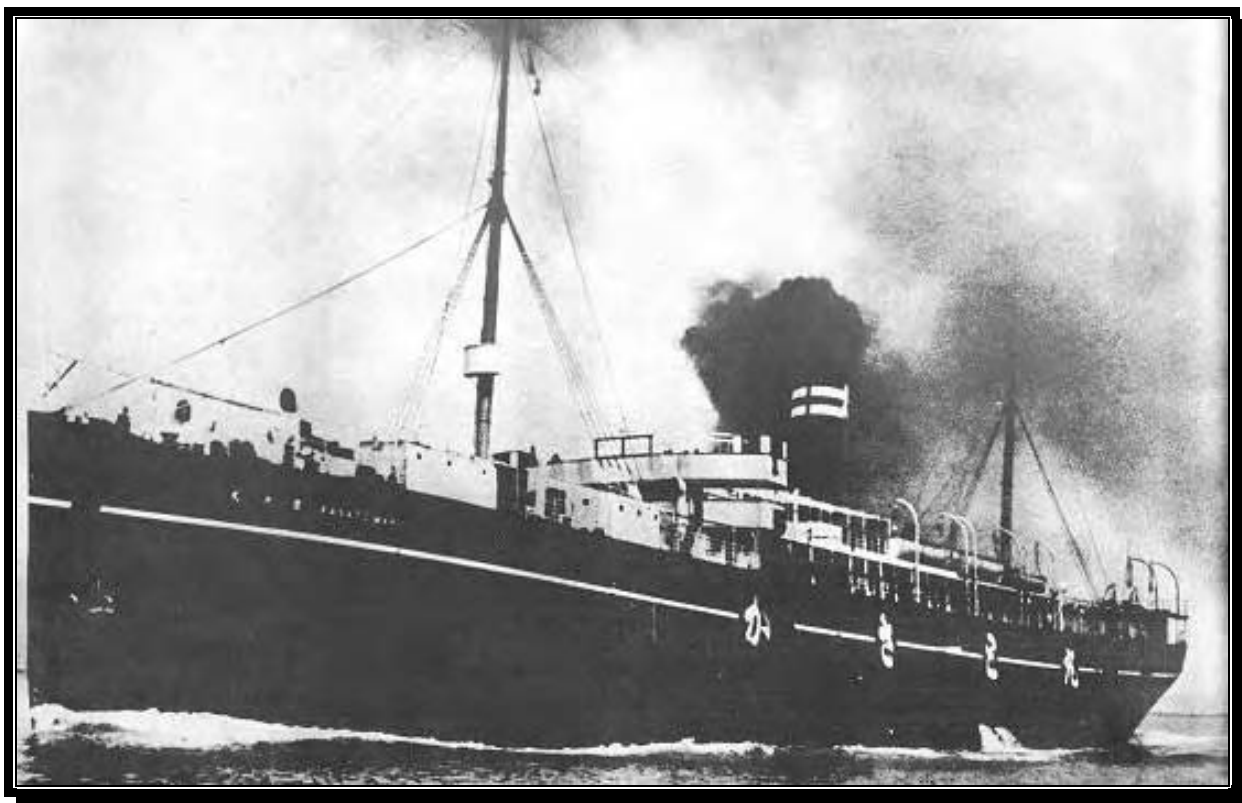
Pois bem. Abi vão braços novos, de uma potencia formidavel.

Parabens á lavoura paulista, apesar de que, a nosso vêr, não é caso par' isso.

A experiencia tem demonstrado que essa colonização asiatica tem dado mau resultado em toda a parte. Os japonezes não se adaptam aos paizê em que vivem, são refractarios aos usos e costumes alheios, constituem, fóra da patria, uma sociedade sua propria, como acontece na America do Norte.

Antes q perigo germanico e o italo, que nos parecem imaginarios.





Kasato-Maru.

**Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: <
www.novomilenio.inf.br/santos/h0150.htm > Acesso em: 23 fev. 2006.**



Foto: autor não identificado, acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
Publicada em *História da Vida Privada no Brasil*, volume 3 (organizado por Nicolau Sevcenko), pág. 238, Companhia das Letras, S.Paulo/SP, 1998, coleção dirigida por Fernando A. Novais. Disponível em: < www.novomilenio.inf.br/santos/fotos088.htm > Acesso em: 23 fev. 2006.



Japoneses recém-chegados, aguardando seu destino na Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo.

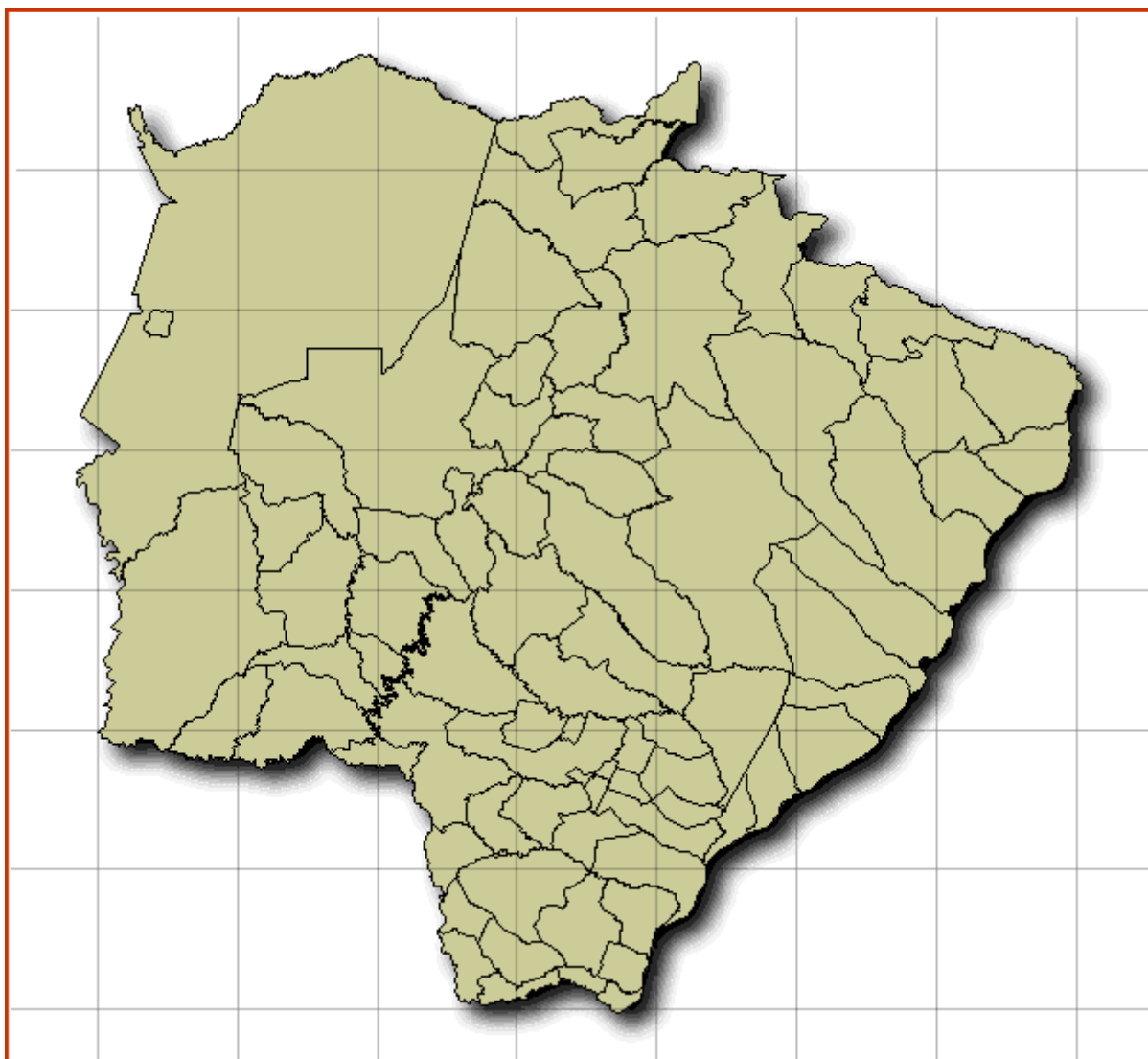
**Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa. Disponível em: <
<http://www.terrabrasileira.net/folclore/indice1.html> > Acesso em: 23 fev. 2006.**



Imigrantes japoneses após a II Guerra Mundial.

Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: < www.novomilenio.inf.br/santos/h0150b2.htm >
Acesso em: 23 fev. 2006.

Mato Grosso do Sul



Capital: Campo Grande

Número de Municípios: 77



Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística.



Imagens de apresentações de Taiko.

Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: < <http://www.big-c.or.jp/~otaiko/> > Acesso em: 23 fev. 2006.



Modelos de Taiko

Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: < <http://www.taiko-center.co.jp/english/engindex.htm> > Acesso em: 23 fev. 2006.

Mapa do Japão



O Japão localiza-se no Continente Asiático. Possui população estimada em 127.417,244 habitantes. Seu governo é caracterizado por uma Monarquia Constitucional com Governo Parlamentarista. A capital do País é *Tóquio*.